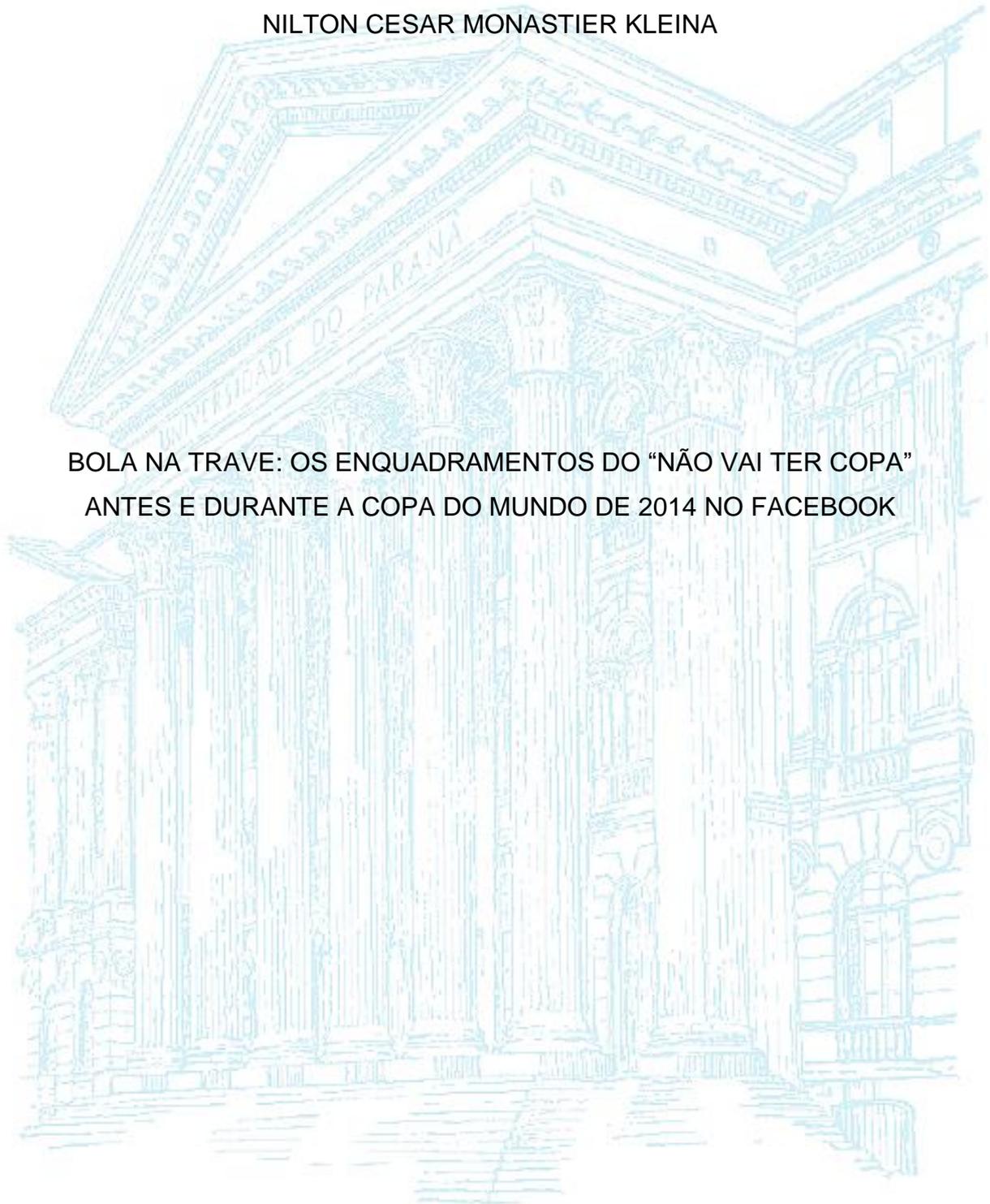


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NILTON CESAR MONASTIER KLEINA

BOLA NA TRAVE: OS ENQUADRAMENTOS DO “NÃO VAI TER COPA”
ANTES E DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014 NO FACEBOOK



CURITIBA

2016

NILTON CESAR MONASTIER KLEINA

BOLA NA TRAVE: OS ENQUADRAMENTOS DO “NÃO VAI TER COPA”
ANTES E DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014 NO FACEBOOK

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação na linha Comunicação, política e atores coletivos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kelly Prudencio

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca do Campus Cabral

Kleina, Nilton Cesar Monastier

Bola na trave: os enquadramentos do “Não vai ter Copa” antes e durante a Copa do Mundo de 2014 no Facebook / Nilton Cesar Monastier Kleina – Curitiba, 2016.

169 f.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Prudêncio

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

1. Mobilização política - Brasil - 2014 2. Movimentos sociais - Facebook
3. Futebol - Copa do Mundo - 2014 I.Título.

CDD 302



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

NILTON CESAR MONASTIER KLEINA

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir o candidato **NILTON CESAR MONASTIER KLEINA**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado “**BOLA NA TRAVE: OS ENQUADRAMENTOS DO NÃO VAI TER COPA**” ANTES E DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014 NO FACEBOOK”, é de parecer favorável à *aprovação* do acadêmico, habilitando-o ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Política e Atores Coletivos” Educação e Formações Socioculturais” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 24 de março de 2016.

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga - PPGCP/UFPR

Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

Profa. Dra. Kelly Cristina Souza Prudêncio
Orientadora e presidente da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Olga, que além do papel na criação é a primeira inspiração na continuidade dos estudos. Ao meu pai, Nilton, que me apresentou ao maravilhoso mundo do futebol.

À Olívia Baldissera de Souza, que me aconselhou durante os muitos lamentos antecipados e preocupações, sendo companhia para todos os momentos, inclusive na revisão deste trabalho, e nunca faltando com palavras bem-vindas de incentivo.

À Prof^a. Dr^a. Kelly Prudêncio, por acreditar na dissertação e em minha condição de mestrando desde que o projeto ainda era uma ideia vaga, além de inúmeros auxílios, sugestões, orientações, papos e análise crítica da pesquisa.

Aos Profs. Drs. Emerson Urizzi Cervi e Francisco Jamil Marques pelas valiosas contribuições acerca da pesquisa durante a avaliação, especialmente no período de qualificação.

Aos professores, mestrandos e alunos de iniciação científica do grupo de pesquisa Comunicação e mobilização política pelas discussões levantadas ao longo dos meses sobre a mobilização política e os protestos em si. O material produzido, a metodologia e a coleta de dados do grupo foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas da turma de 2014 do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná pelos momentos dentro e fora de sala de aula nos anos de duração do mestrado, pela indicação de autores e pelo incentivo na pesquisa.

Aos colegas do Grupo NZN por apoio, compreensão e incentivos durante todo o período do mestrado, realizado ao mesmo tempo em que exerço a profissão de jornalista.

Aos membros da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, ao Coletivo Se Não Houver Direitos Não Vai Ter Copa e às páginas NÃO VAI TER COPA e Contra Copa 2014 pelo trabalho realizado na defesa dos direitos da sociedade brasileira, pelas tentativas em transformar a Copa do Mundo no Brasil em uma mobilização social e por tornarem esta pesquisa possível.

RESUMO

A pesquisa propõe o estudo das páginas do Facebook da campanha contrária à realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil a partir dos conceitos de enquadramento e alinhamento de quadros estabelecidos por Benford e Snow (2000). Os protestos "Não Vai Ter Copa" têm como objetivos impedir a realização do evento e, ao mesmo tempo, evidenciar problemas sociais e realizar reivindicações em setores carentes do país. Eles surgem em meio a um momento de forte presença do ativismo político e social na internet brasileira, acompanhando o crescimento de movimentos sociais emergentes. Para compreender a estrutura e os significados criados durante os protestos online, são utilizados conceitos da teoria da mobilização política (MP) que definem o surgimento de oportunidades políticas em períodos específicos e o uso de repertórios de ação coletiva (TARROW, 2009) em busca de vitórias em um confronto político. É realizada igualmente a contextualização do surgimento da mobilização, necessária de acordo com o aporte teórico para se compreender a natureza e a origem dos discursos e quadros criados. A metodologia selecionada envolve uma análise descritiva e uma análise interpretativa das postagens com o objetivo de definir os quadros mobilizados, como eles interagem entre si e de que forma a estratégia de comunicação empregada foi utilizada para alcançar resultados a partir de dois anos antes e durante este megaevento. Os resultados mostram que a Copa foi uma oportunidade política para o agendamento de temáticas paralelas, além de ressaltar o uso técnico limitado da ferramenta Facebook pelos manifestantes.

Palavras-chave: Enquadramento; mobilização política; Copa do Mundo; movimentos sociais; Facebook

ABSTRACT

The research proposes the study of Facebook pages against the realization of the 2014 FIFA World Cup in Brazil by the framing and frame alignments concepts established in Benford and Snow (2000). The protests "Não Vai Ter Copa", have as objectives to preclude the event realization and, at the same time, spotlight social problems and make claims about deprived sectors of the country. They arise in a moment of strong presence of social and political online activism in Brazilian internet, following the growth of emerging social movements. To understand structure and meanings fabricated during online protests, concepts from political mobilization theory (MP) are utilized to define the appearance of political opportunities in specific periods and the use of repertoires of collective action (Tarrow 2009) searching for victories in a political confrontation. The contextualization of the emergence of mobilization is also held, required by the theoretical contribution to understand the nature and origin of the frames and speeches created. The chosen methodology implicates in a descriptive analysis and an interpretative analysis of the posts to define the mobilized frames, how they interact with each other and in what way the communicational strategy was used to achieve results from two years before and during this megaevent. The results show that the World Cup was a political opportunity for setting the agenda of parallel themes, also highlighting the limited technical use of Facebook by the activists.

Keywords: Framing; political mobilization; World Cup; social movements; Facebook

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Manifestantes queimam álbum figurinhas da Copa	24
FIGURA 2 – Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.....	26
FIGURA 3 – Respostas aos movimentos por objetivos e táticas.....	33
FIGURA 4 – Perfil e capa de “NÃO VAI TER COPA”	61
FIGURA 5 – Perfil e capa de “Contra Copa 2014”	61
FIGURA 6 – Perfil e capa de “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa”	62
FIGURA 7 – Perfil e capa da ANCOP	63
FIGURA 8 – O gasto dos estádios e a contribuição do BNDES	76
FIGURA 9 – Cartaz em postagem da ANCOP em 2012	112
FIGURA 10 – Vídeo em postagem da ANCOP em 2012	113
FIGURA 11 – Votação em postagem da ANCOP 2013	116
FIGURA 12 – Artigo em postagem da ANCOP em 2013	117
FIGURA 13 – Foto em postagem da ANCOP em 2014	119
FIGURA 14 – Montagem em postagem da ANCOP em 2014	120
FIGURA 15 – Montagem na postagem do Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014	122
FIGURA 16 – Montagem em postagem NÃO VAI TER COPA em 2013	125
FIGURA 17 – Imagem na página NÃO VAI TER COPA em 2013	126
FIGURA 18 – Montagem na página NÃO VAI TER COPA em 2014 ...	129
FIGURA 19 – Cartaz na página NÃO VAI TER COPA em 2014	129
FIGURA 20 – Foto em postagem da Contra Copa 2014 em 2013	131
FIGURA 21 – Cartaz na página Contra Copa 2014 em 2014	134
FIGURA 22 – Bridging da ANCOP em 2014	136
FIGURA 23 – Fotos na página da ANCOP em 2013	137
FIGURA 24 – #copapraquem na ANCOP em 2014	138
FIGURA 25 – Chamada na página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014	140
FIGURA 26 - Protoextension na página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014	141
FIGURA 27 – Cobertura na página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014	142
FIGURA 28 – Bridging na página NÃO VAI TER COPA 2014 em 2014 ..	143

FIGURA 29 – Política na página NÃO VAI TER COPA em 2013	144
FIGURA 30 – Charge na página NÃO VAI TER COPA em 2014	145
FIGURA 31 – Montagem na página Contra Copa 2014 em 2014	147
FIGURA 32 – Questionamento na página Contra Copa 2014 em 2014 ..	148
FIGURA 33 – Impedimento na página Contra Copa 2014 em 2014	148

LISTA DE SIGLAS

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

COL – Comitê Organizador Local

FIFA – Federação Internacional de Futebol

MP – Teoria da Mobilização Política

MPL – Movimento do Passe Livre

OMS – Organizações de Movimentos Sociais

ONG – Organização Não Governamental

PM – Polícia Militar

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA COMO SUPORTE PARA MAPEAMENTO DE CONFRONTO	15
1.1 A mobilização política do “Não Vai Ter Copa”	17
1.2 O repertório de ação coletiva	20
1.3 Os repertórios do “Não Vai Ter Copa”	22
1.4 Os ciclos de confronto e os resultados da mobilização	28
2 O ATIVISMO POLÍTICO NA INTERNET E O FACEBOOK COMO PLATAFORMA DE MOBILIZAÇÃO	35
2.1 Internet, política e a agenda de pesquisa	35
2.2 Redes sociais como ferramenta de mobilizações contemporâneas: casos e análises	37
2.3 O Facebook como espaço de organização e manifestação social	43
2.3.1 As plataformas de interação fornecidas pelo Facebook	47
2.4 Mobilizações no Brasil a partir de redes sociais	49
3 QUEM GRITA “NÃO VAI TER COPA”? COMPREENDENDO PROTESTOS E DEMANDAS	53
3.1 A criação e incorporação do “Não Vai Ter Copa”	54
3.2 As vozes da rede: os focos do “Não Vai Ter Copa” na internet ...	59
3.2.1 As páginas do Não Vai Ter Copa no Facebook	60
3.3 Os Comitês Populares da Copa: pioneirismo nos protestos contra o megaevento	64
3.4 Os temas e as reivindicações do “Não Vai Ter Copa”	69
3.4.1 O primeiro conflito: a Lei Geral da Copa	70
3.4.2 Moradia e transporte	72
3.4.3 Emprego e comércio	74
3.4.4 Gastos públicos e acesso à informação, participação e representação.....	75
3.4.5 Meio ambiente e segurança pública	78
4 QUADROS DE AÇÃO COLETIVA COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO EM MOBILIZAÇÕES	81
4.1 Construindo um conceito a partir dos estudos de enquadramento ...	81

4.2 Enquadramentos de ação coletiva: um instrumento de mobilizações	85
4.3 Alinhamento de quadros interpretativos	90
5 O QUE O “NÃO VAI TER COPA” COMUNICOU: ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO	94
5.1 Seleção e coleta de páginas	94
5.1.1 Períodos da pesquisa	95
5.1.2 Realização da coleta	96
5.1.3 Justificativa das classificações	97
5.1.4 Detalhamento das temáticas	99
5.2 O algoritmo do Facebook como ferramenta e obstáculo da mobilização.....	103
5.3 Sobre a análise das páginas	108
5.4 Análise descritiva	109
5.4.1 ANCOP – 2012	109
5.4.2 ANCOP – 2013	114
5.4.3 ANCOP – 2014	117
5.4.4 SE NÃO TIVER DIREITOS NÃO VAI TER COPA – 2014	120
5.4.5 NÃO VAI TER COPA – 2013	123
5.4.6 NÃO VAI TER COPA – 2014	127
5.4.7 CONTRA COPA 2014 – 2013	130
5.4.8 CONTRA COPA 2014 – 2014	133
5.5 Análise interpretativa	135
5.5.1 ANCOP	135
5.5.2 SE NÃO TIVER DIREITOS NÃO VAI TER COPA	139
5.5.3 NÃO VAI TER COPA	143
5.5.4 CONTRA COPA 2014	146
5.6 Reflexões sobre os resultados	149
5.6.1 O “Não Vai Ter Copa” como recurso motivacional	149
CONCLUSÕES	154
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

Em uma cerimônia realizada em 30 de outubro de 2007, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) confirmou a escolha do Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014. A reação natural dos fãs brasileiros do esporte foi de euforia e celebração: em poucos anos, a nação respiraria o futebol ainda mais intensamente. Trata-se de uma chance às vezes única para um torcedor acompanhar de perto algumas das melhores seleções do mundo pisando em gramados modernos em sua própria cidade, que por sua vez recebe investimentos do governo e turistas de várias culturas e partes do globo.

O clima de festa se prolongou até a realização do mundial por quem aguardava o torneio, mas o sentimento não era unânime entre os brasileiros. Ativistas, movimentos sociais e comunidades de todo o Brasil foram assumidamente contra a Copa no país e, a partir dos anos seguintes à escolha, organizaram-se em comitês e coletivos com dois objetivos claros. O primeiro deles era impedir a realização do campeonato ao mostrar que o Brasil estaria claramente despreparado para sediar um megaevento esportivo. O segundo, também utilizado como argumento no motivo anterior, era denunciar atitudes injustas ou incorretas da FIFA, Governo Federal e administrações estaduais e municipais em relação à população para garantir a realização da Copa.

A mobilização é aqui batizada de “Não Vai Ter Copa” — generalização amplamente utilizada em meios de comunicação e, de fato, termo capaz de concentrar os adeptos da causa. Ela milita ao denunciar e expor diferentes mazelas da sociedade brasileira ampliadas ou ignoradas pelas autoridades em razão do evento. Falta de moradia ou desapropriação de comunidades inteiras, obras de transporte atrasadas e turismo sexual desencadeado pela alta presença de estrangeiros são alguns dos fenômenos que se tornaram pauta nas cidades-sede. A partir de 2009, comitês e coletivos vão às ruas e às redes sociais para evidenciar a revolta contra a Copa e seus organizadores. Mas somente um ano antes, em 2013, a mobilização ganha força e cobertura midiática, devido às manifestações desencadeadas pelas passeatas do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da passagem do transporte coletivo em várias cidades, e com a Copa das Confederações no Brasil.

Assim como nos protestos de junho de 2013, o “Não Vai Ter Copa” usa

a internet como mecanismo de organização e propagação de ideias. Além do uso para lazer ou trabalho, as redes sociais trazem a habilidade de conectar pessoas e, ao mesmo tempo, agir como uma ferramenta de exposição, debate e organização política (ISKANDER, 2011). Porém, apesar de ser capaz de desencadear demandas sobre o sistema político formal, é preciso encarar o uso da internet com cautela: os casos de sucesso são descritos como exceção, não regra (SAMPAIO e BARROS, 2011, p. 180).

A pesquisa propõe o estudo das campanhas realizadas via Facebook contrárias à Copa do Mundo de futebol em 2014 no Brasil sob a teoria da mobilização política e da mobilização de quadros. O principal objetivo é analisar a disputa de enquadramentos internos das campanhas do “Não Vai Ter Copa” e identificar a mobilização de quadros durante os protestos. Para isso, os enquadramentos serão catalogados e analisados a partir da análise de alinhamento de quadros. Espera-se não avaliar somente a internet como uma força da mobilização, mas como componente de um vasto repertório de confronto político em uma sociedade que não deve separar as atuações de militância online da presencial. Outro objetivo, portanto, é descobrir qual é o papel do Facebook como ferramenta de mobilização do “Não Vai Ter Copa” e como se desenvolveu essa estratégia de comunicação política na rede social.

Foram selecionadas quatro páginas públicas: Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa, NÃO VAI TER COPA, Contra Copa 2014 e Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). O Facebook foi escolhido como rede social observada pelo fato de ser o site de relacionamentos mais popular do Brasil e do mundo¹. Estudos previamente realizados pelo autor (KLEINA, 2014) já constataram que a plataforma é indicada para observação e estudo de estratégias de comunicação, como a empregada no “Não Vai Ter Copa”.

Prudencio e Silva Jr. (2014, p. 4) entendem que "o processo de mobilização tem seu fundamento na comunicação dos quadros da ação coletiva". Todo processo de mobilização política pode ser encarado como um processo comunicativo. A própria disputa de enquadramento, seja dentro do próprio movimento, contra opositores ou pela mídia, é um exemplo. Esta pesquisa é uma análise de caso capaz de contribuir para a compreensão das

¹ De acordo com dados de julho de 2014 do Serasa disponíveis em: <http://goo.gl/DaF4NM>

mobilizações políticas no Brasil, especialmente após os protestos de junho de 2013. Além disso, com os resultados é possível iniciar a composição de um quadro argumentativo com os enquadramentos de mobilizações e movimentos sociais contrários à realização de megaeventos no Brasil – algo esperado para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

É preciso reforçar que este não é um estudo de recepção, e sim de quadros interpretativos. A quantidade de tópicos observados, como moradia, trabalho, gastos públicos e até o futebol, cria uma grande variedade de enquadramentos que, dependendo de como são apresentados ao público e disputadas internamente, podem levar a uma série de possibilidades dentro da campanha. O autor reconhece a possibilidade de comparações analíticas com a mobilização presencial ou outras plataformas da internet, mas tais ações não estão inclusas aqui para que seja possível estudar de forma minuciosa o comportamento específico em um único site. Estudos futuros que envolvam outros veículos e repertórios poderão se basear nos resultados aqui obtidos.

Como hipótese, supõe-se uma mudança no enquadramento do objeto em algum momento da mobilização, especialmente com a aproximação da Copa. Apesar das demandas serem baseadas em denúncias e levantadas a partir de dados públicos, como gastos com as arenas, as campanhas não foram bem-sucedidas em impedir o evento ou evitar violações contra direitos humanos, embora o agendamento parcial tenha ocorrido especialmente após as manifestações de junho de 2013. Questões relativas ao tema devem compreender quais os fatores envolvidos na consolidação dos enquadramentos, quais são eles e como se relacionam entre si e com outras mobilizações sociais. Sabe-se que os grupos se manifestam para exigir uma resposta por parte do opositor, o Estado e a FIFA. Mas é preciso saber o que isso significa e como essa ação se manifesta e evolui dentro do movimento.

A teoria da mobilização política é o cerne teórico da pesquisa, trabalhada via autores como Sidney Tarrow e Doug McAdam, que estudam táticas utilizadas por movimentos sociais para chamarem a atenção ou serem atendidos. Conceitos importantes para a compreensão de uma mobilização incluem oportunidade política, descrita como chance de defensores ou representantes de camadas da sociedade de apresentar soluções ou receber atenção para problemas específicos. McAdam (1996, p. 339) cita que o

ambiente propício faz surgirem circunstâncias facilitadoras, como um potencial estrutural para a ação coletiva. Ela pode ou não ocorrer, mas a situação deve ser moldada pela compreensão dos atores envolvidos. Segundo Tarrow (2009), pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam padrões de oportunidades e restrições políticas e, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades. Elas podem ser aproveitadas por outros atores em ciclos mais amplos de conflito.

Para uma análise com propriedade, deve-se conhecer as estruturas de mobilização envolvidas, além do repertório utilizado nas mobilizações e as disputas de enquadramento. Para validar a pesquisa, apresenta-se a descrição completa do cenário, que é recente e ainda não foi alvo de uma análise descritiva detalhada. Afinal, no estudo de um movimento social, “é necessário compreender a peculiaridade de sua interação com o contexto político-institucional, visto que o movimento é constituído e radicado na sociedade civil” (MUNCK, 1997). A teoria da mobilização política ainda exige que o cenário da contestação seja conhecido para identificar repertórios e quadros. O corpus envolve postagens nestes períodos: o ano de 2012, a partir da criação da página da ANCOP; o ano de 2013, pela Copa das Confederações e os protestos do MPL; e o ano de 2014 até o mês de julho, quando a Copa do Mundo termina. Todos foram selecionados por importância em relação à Copa ou por indicarem pontos em que se notam os quadros interpretativos.

Benford e Snow (2000) descrevem enquadramento como o conjunto de quadros interpretativos orientados para a ação inspiram e legitimam atividades e campanhas de uma organização de movimento social (OMS). Na ação coletiva, o processo não envolve só agregar significados, mas trocá-los e negociá-los como uma base de conhecimento. Assim, atores políticos podem usar quadros de ação coletiva como tentativa de garantir que um tema seja interpretado de determinada forma pela sociedade — e que, naturalmente, seja favorável aos interesses do grupo (CALVERT e WARREN, 2015).

A análise envolve a observação do alinhamento de quadros, a definição do enquadramento e a identificação aprofundada da situação. O primeiro deles é a descrição propriamente dita e a classificação dos quadros interpretativos identificados em Benford e Snow (2000) – *frame bridging*, *extension*, *amplification* e *transformation*. O enquadramento indica a interpretação

desejada a partir do que é destacado e a identificação aprofundada apresenta as consequências do uso desses quadros. A divisão cronológica auxilia no acompanhamento da evolução dos enquadramentos e o surgimento de novos quadros. Isso é necessário porque, para compreender o funcionamento das mobilizações, é preciso estudar e analisar as diferentes camadas da estrutura de uma campanha (MENDONÇA e ERCAN, 2015). Ao fim, nota-se que, apesar da mobilização e do enquadramento da Copa como mau uso do dinheiro público, corrupção e violência, o evento foi realizado. A mobilização se perdeu em uma pauta muito variada e sem foco de contestação. Combinado com as características técnicas do Facebook, isso fez da mobilização apenas uma porta de expressão de descontentamentos já difusos na sociedade brasileira".

A dissertação está organizada para permitir a compreensão da teoria que embasa a pesquisa, o histórico da mobilização e a metodologia de análise do material coletado. No primeiro capítulo, são expostos os conceitos teóricos dos principais pesquisadores da área, incluindo os possíveis resultados de uma mobilização. O capítulo também apresenta os repertórios encontrados no "Não Vai Ter Copa". No segundo capítulo, a internet é abordada como ferramenta de participação política e organização de movimentos sociais. Nele, é discutido como a rede se tornou parte das táticas de mobilizações modernas e de que modo o Facebook contribui para a estratégia de comunicação em um protesto.

O terceiro capítulo visa à contextualização da campanha estudada. Ele aborda o histórico de criação e desenvolvimento do "Não Vai Ter Copa" e a definição de quais são as principais pautas dos protestos, como mobilidade urbana, moradia e os temas da Lei Geral da Copa. O quarto capítulo envolve os conceitos teóricos-metodológicos, ligando os demais conteúdos da dissertação com a análise e o estudo dos enquadramentos. Em um primeiro momento, os conceitos formulados por autores como Snow e Benford relacionados à identificação são revisados, assim como os preceitos para a análise de alinhamento e mobilização de quadros. Em seguida, no quinto e último capítulo, é feito o estudo das postagens das páginas selecionadas do "Não Vai Ter Copa" no Facebook em três etapas: análise descritiva da atividade dos perfis selecionados, análise interpretativa dos enquadramentos e alinhamentos detectados e uma reflexão acerca do que foi obtido.

1 A TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA COMO SUPORTE PARA MAPEAMENTO DE CONFRONTO

Neste capítulo, o objetivo é revisar os principais aspectos da teoria da mobilização política, assim como detalhar os repertórios de ação coletiva do “Não Vai Ter Copa”. Com o uso de obras clássicas e contemporâneas, é possível contextualizar o movimento a partir da corrente, utilizada na comunicação política em conjunto com a análise de enquadramento interpretativo.

A teoria da mobilização política ou dos processos políticos (MP) é uma vertente norte-americana de estudo dos movimentos sociais em sociedades contemporâneas. A corrente explica o surgimento e o significado de movimentos sociais, atualizando conceitos como o de ação coletiva (CANEL, 1992). A vertente é considerada por Maia (2009, p. 89) como o setor cognitivista da teoria da mobilização de recursos (*resource mobilization theory* ou RM). Nela, autores “introduzem elementos ideológicos e culturais como variáveis importantes para explicar como os movimentos sociais contribuem para a mudança social”.

O foco dos teóricos é descrever, analisar e compreender o processo contextual do conflito, não atentando somente para o processo final da elaboração de políticas públicas ou a formação de um conflito. Elementos sociais, culturais e ideológicos são tão importantes quanto os políticos, pois ajudam a formar um movimento social. Por isso, observa-se “como os atores desenvolvem estratégias e interagem com o ambiente com o objetivo de buscar seus interesses” (CANEL, 1992). Costuma-se dividir a escola em duas vertentes, pela especialização dos autores e suas visões sobre movimentos sociais e processos coletivos. A primeira delas envolve autores como McAdam, Tilly, Gansom e Tarrow, que descrevem como movimentos sociais emergem, qual a estrutura das oportunidades políticas para ação coletiva e o papel de redes pré-existentes nessa campanha. Em paralelo, o modelo de Zald, McCarthy e outros pesquisadores aplica uma versão da teoria a partir de conceitos econômicos, como gerenciamento de recursos, liderança e dinâmicas organizacionais.

Gohn (2012, p. 7) classifica a MP como uma teoria que levou analistas a

“recolocarem as indagações centrais deste enfoque em busca de resposta para os movimentos da atualidade”. Segundo a autora, a expansão de correntes como essa acontece por uma “reestruturação das formas de organização e de protestos das ações coletivas e dos movimentos sociais nas últimas décadas”. O pensamento está correto, mas alterações nas ações coletivas já foram percebidas algumas décadas antes pelos pesquisadores da corrente.

Apesar de autores do segundo modelo contribuírem para o estudo com pesquisas importantes da comunicação política, os pensamentos da primeira vertente são priorizados nesta pesquisa. É deles a preocupação com a formação dos movimentos, assim como o desenvolvimento (e até mesmo o desfecho) da ação coletiva. O interesse parte dos atores coletivos que, empenhados em criar grupos e formar identidades coletivas amplas, tomam atitudes como disputar controle de organizações, eliminar agendas rivais, negociar com autoridades e unificar uma campanha (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 24).

Segundo Gamson (1982), mudanças contra sistemas autoritários geralmente envolvem organização considerável, mobilização de recursos e luta além de encontros pessoais. O papel do pesquisador social costuma ser compreender como pessoas se mobilizam para desafiar os sistemas injustos de autoridades (GAMSON, 1982, p. 10). Os autores utilizam-se do conceito de confronto político para se referir aos embates entre movimentos sociais e opositores, junto às táticas e estratégias adotadas por ambos os lados e possíveis resultados obtidos após eventuais conflitos. Como definem McAdam, Tarrow e Tilly (2009), não se trata de pura economia de linguagem, mas de não segmentar movimentos sociais, revoluções e ação coletiva. Afinal, “cada um desses termos está intimamente identificado com uma subárea específica que é apenas uma parte do domínio acadêmico” (p. 12) da mobilização política.

Tarrow (2009) complementa que “pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros em ciclos mais amplos de confronto” (p. 38). Os participantes das ações tendem a incluir o agrupamento de atores que se dividem entre “representantes legais dos mesmos interesses, defensores dos interesses estabelecidos ameaçados por novas reivindicações,

defensores de interesses adjacentes e grupos ligados a interesses não relacionados que aproveitam oportunidades de alianças ou de pressões sobre as autoridades assediadas” (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 24).

Os protestos são vistos como caminhos não-rotineiros de afetar processos (DELLA PORTA, DIANI, 2006, p. 165). McAdam, Tarrow e Tilly (2009) esclarecem que a política não envolve sempre um confronto, embora ele seja frequente em estudos e noticiários. Entretanto, assim como a utilização de conceitos próprios e generalizantes para caracterizar o contexto e a organização de conflitos na sociedade, a MP defende que o confronto político deve ser estudado como um todo. Nos estudos contemporâneos, é tido como frequente a fragmentação e especialização da área, sem que se conheça antes toda a estrutura dos processos.

1.1 A mobilização política do “Não Vai Ter Copa”

O confronto político da pesquisa em questão é caracterizado pelo seguinte cenário: há um conflito bastante claro entre dois segmentos envolvendo a realização da Copa do Mundo de 2014. De um lado, o Estado, representado pelo Governo Federal do Brasil, atua junto à corporação privada FIFA pelos interesses em receber o torneio, realizá-lo sem incidentes e realizar uma série de obras para adequar cidades-sede aos padrões e normas exigidas pela federação. Neste caso, o Estado serve como alvo — uma condição comum a partir do momento em que as atividades políticas de um governo centralizado se expandiram e passaram a fazer parte da vida pública da sociedade moderna em desenvolvimento no século XVII (TARROW, 2009). A FIFA é igualmente responsável (e responsabilizada), mas acaba menos afetada, especialmente por não ser uma entidade próxima da sociedade. Do outro lado, há a mobilização de recursos e quadros interpretativos chamada nesta pesquisa de "Não Vai Ter Copa", que engloba movimentos sociais, coletivos, ativistas e a comunidade atingida ou discordante de opiniões, aliados às exigências e manobras realizadas antes e durante o torneio de futebol no país.

Faz-se necessário pontuar uma questão que, embora esclarecida nas teorias relacionadas, ainda carece de um olhar mais atento por parte das

próprias figuras envolvidas no confronto. Mesmo que o governo seja o alvo principal ou secundário, como é o caso do “Não Vai Ter Copa”, ele ainda é uma figura de grande importância para a existência e o êxito de movimentos sociais. Sem o aval dele, não é possível ser bem-sucedido na campanha, por maior que seja o desagrado do movimento em relação ao poder político vigente:

o Estado é o árbitro final para a alocação de bens socialmente valiosos. O Estado é, ao mesmo tempo, alvo, patrocinador e antagonista de movimentos sociais, assim como é o organizador do sistema político e o árbitro da vitória. Como organizador do sistema político, o Estado molda as relações entre movimentos sociais e o sistema institucionalizado de representações de interesse. (JENKINS e KLANDERMANS, 2005, p. 2. Tradução nossa².)

Jenkins e Klandermans (2005) argumentam ainda que o Estado ajuda a criar as oportunidades políticas e é capaz de tornar os movimentos sociais representativos. Para isso, é preciso que eles entrem em contato com o Estado, com o objetivo inicial de apresentar as demandas e reivindicações. Os autores alertam que o Estado deve ser diferenciado de dois outros termos relacionados, mas que significam esferas diferentes: o regime em vigor, que indica a estrutura de regras e leis, e o governo, que são as pessoas que estão no comando neste determinado momento. Os movimentos de oposição podem mirar em somente um, em dois deles ou nos três itens. De acordo com Tarrow (2009), a expansão do Estado como o conhecemos hoje coincide com o momento em que ele passa a ser alvo de protestos e também mediador. Esse momento precede a formação de novos movimentos sociais e também da transformação de repertórios de ação coletiva utilizados por esse grupo.

Os pesquisadores da área concordam que protestos e ações precisam ser iniciados e impulsionados durante um determinado período de maior predisposição da sociedade e do Estado, para que os atores em jogo reajam da forma esperada e o confronto tenha como resultado o que é esperado pela mobilização. O conceito de oportunidade política é recente, datado dos estudos da MP nos Estados Unidos que analisam os anos 1960, palco de uma série de

² Trecho original: the state is the ultimate arbiter for the allocation of socially valued goods. The state is therefore simultaneously target, sponsor, and antagonist for social movements as well as the organizer of the political system and the arbiter of victory. As organizer of the political system, the state shapes the relationships between social movements and the institutionalized interest representation system.

alterações sociais, políticas e culturais, considerados como a "última grande mudança no Ocidente" (TARROW, 2009, p. 100). Maia (2009, p. 82) aponta que os autores da MP seguem o pensamento de que "os recursos organizacionais por si – amplos orçamentos e número de participantes – não serão capazes de influenciar a mudança política", criando a necessidade do aproveitamento (e do estudo) das oportunidades políticas.

Gamson e Meyer (1996, p.276) argumentam que oportunidades podem moldar ou conter movimentos, além de ajudar a criá-los. Mas não é possível descartar o processo contrário: que movimentos criem a própria oportunidade política e, a partir dela, abram caminho para a ação coletiva. Segundo McAdam (1996, p. 339), o foco por trás de uma ação coletiva é criar um ambiente propício. Essas circunstâncias facilitadoras consequentes da oportunidade política criam um potencial estrutural para a ação coletiva. Entretanto, a realização ou não da atividade gerada depende da ação dos insurgentes, que é moldada pela compreensão dos atores envolvidos. A Copa do Mundo de 2014 pode ser um exemplo de oportunidade política que resultou na criação de uma mobilização de oposição. Afinal, trata-se de um megaevento que reúne boa parte da atenção da imprensa não só brasileira, mas também mundial – e não somente das editorias esportivas. Assim como aconteceu com a Copa das Confederações, em 2013, o "Não Vai Ter Copa" encarou os jogos do mundial no ano seguinte como uma janela de exposição internacional de enquadramentos para a sociedade e para os opositores, além da possibilidade de fortalecimento de ideais e a realização de denúncias e reivindicações em canais de vasto alcance. Apesar da pesquisa não analisar a mídia, reconhecemos sua presença como oportunidade política e elemento estratégico na luta.

Muitos pesquisadores atentam para o fato de movimentos surgirem somente em certas épocas, em vez de serem mais presente durante um grande período de tempo e englobando uma maior variedade de pautas, por exemplo. É de Kingdon (1984) o conceito de "janela política", que temporariamente abre uma oportunidade para defensores ou representantes das propostas apresentarem soluções ou chamar a atenção para problemas específicos. Ainda assim, essa não é uma fórmula pronta que sempre apresentará o mesmo resultado. Como explica Koopmans (2004, p.24), a

disponibilização de uma oportunidade política não garante um aumento no protesto.

Vale ressaltar que a Copa do Mundo é uma oportunidade política relativamente longa, porém limitada: apesar de durar desde a escolha do Brasil como país-sede, em 2007, até o fim do torneio, na primeira quinzena de junho de 2014, manifestações futuras que envolvam o tema podem não receber a mesma repercussão da mídia ou atenção das autoridades justamente porque a “janela” já não está mais presente – algo que vai ao encontro do conceito dos ciclos de confronto, que serão explicados posteriormente. Aqui, o agendamento temático da mídia torna-se um grande aliado quando realizado. Faz-se necessário, entretanto, ter certo cuidado com conceituações sobre o tema. Kriesi (1996) aponta o uso indiscriminado da ideia de oportunidade política como qualquer movimentação social, cultural ou política que resulta em um protesto, fazendo com que haja uma generalização do termo. Por isso, é essencial compreender o ponto de vista dos principais autores da MP e comparar perspectivas antes de partir para as análises propriamente ditas.

1.2 O repertório de ação coletiva

Uma das formas de compreender o confronto político é a partir da análise do repertório de ação coletiva. A definição mais completa desse aspecto surge dos estudos de Charles Tilly, que durante anos a atualizou com novos casos observados. Seguindo as pesquisas da MP, ela é descrita como um “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1992, apud TARROW, 2009, p. 51). Em outras palavras, trata-se do conjunto de conhecimentos dos atores da mobilização combinados em ação coletiva.

Taylor e Van Dyke (2004) expandem o conceito original chamando de repertórios táticos os episódios interativos que unem movimentos entre si ou com autoridades, objetivando desafio e resistência. Eles classificam as ações como táticas internas (que evitam conflito, como boicotes e petições) e externas (de embate direto, como passeatas), levando em conta que todas têm em comum certas características: contestação, intencionalidade e identidade

coletiva. Porém, a discussão deve ser aprofundada para que o conceito não fique restrito às ações. Isso porque o conjunto que envolve o repertório é “não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam” (TARROW, 2009, p. 51). Nesse sentido, o repertório de confronto não é somente uma atitude física ou simbólica feita por necessidade de chamar a atenção em um conflito, mas também “uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (McADAM, TARROW e TILLY, 2009, p. 24).

Ademais, deve-se ressaltar que o repertório de ação coletiva não é uma seleção de possibilidades exclusivas de alguns movimentos em particular. De acordo com Williams (2004, p. 96), o conjunto deve ser descrito como um leque de símbolos e significados sociais e culturais extraídos pelos ativistas quando necessário. O repertório pode ser compreendido, portanto, como o acervo intelectual e prático de ações empregadas para iniciar, motivar, desenvolver ou finalizar um confronto político.

A identificação de repertórios de ação coletiva data da ascensão da burguesia, a partir do século XVII. Com o desenvolvimento da sociedade moderna e o surgimento de movimentos sociais de caráter nacional, é notável a evolução – não exatamente no sentido de melhora, mas de passagem – na ação e no direcionamento deles. Estudos como os de Tarrow (2009) concluem que o repertório dos séculos anteriores é classificado como “paroquial”, ou seja, endereçado a entidades opositoras locais e no aguardo de uma tomada de decisão daquele mais bem posicionado hierarquicamente. Os membros da mobilização normalmente estão envolvidos em comunidades pré-constituídas. Já o repertório moderno é tido como autônomo e modular, adaptável por uma variedade de atores que buscam uma ampla seleção de objetivos em diferentes épocas e contextos. Ele é formado deliberadamente e pode ser composto por membros sem ligação prévia (TARROW, 2009; DELLA PORTA, DIANI, 2006).

O sucesso de um repertório envolve fatores como a aplicação eficaz “de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos” (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.

25). Porém, essa não é uma fórmula padronizada e sinônimo de resultados em uma mobilização. O primeiro aspecto já é questionável, pois a criação de um novo repertório de confronto a cada nova campanha não é uma tarefa fácil. Muitas vezes, ele é herdado de movimentos anteriores, adaptado para a situação presente de acordo com a necessidade e os pontos fortes e fracos dos manifestantes e opositores em questão. É o que Tilly (1995) cita ao concluir que mudanças na oportunidade política podem levar a alterações no repertório de protestos populares. Tarrow (2009) afirma que ele até pode ser modificado, mas essa transformação é lenta e gradual, já que é necessário que as táticas sejam devidamente assimiladas pela sociedade na medida em que são utilizadas.

Rotinas conhecidas são retrabalhadas em resposta às circunstâncias presentes (McADAM, TARROW, TILLY, 2004). É o que cita Ayres (2005) ao alegar que novas táticas não substituem as antigas, mas complementando o repertório nacional. É com o passar do tempo que o repertório adquire um caráter geral e autônomo, sem necessariamente coincidir com ações do governo. Apesar das alterações, é preciso reafirmar a importância de se estudar tanto os repertórios de confronto tradicionais quanto contemporâneos. É crucial conhecer a evolução na adoção e adaptação de estratégias adotadas para reconhecimento, mobilização e oposição de quadros – elas só existem porque são embasadas em uma longa trajetória de ações coletivas ao longo da História. Prosseguindo com a pesquisa, serão analisados os repertórios de confronto encontrados no “Não Vai Ter Copa”, expandidos a partir de uma coleta realizada pelo grupo de pesquisa Comunicação e Mobilização Política³.

1.3 Os repertórios do “Não Vai Ter Copa”

Segundo McAdam (2006), não se entende o trabalho significativo de um movimento sem dar atenção às táticas e ações que o compõem. Por isso, deve-se catalogar, compreender, identificar e explicar as principais ações concretizadas na campanha. Os seguintes elementos são considerados repertório de confronto por terem sido identificados durante o acompanhamento

³ O grupo de pesquisa do CNPq atuou inclusive na coleta específica de materiais relativos ao “Não Vai Ter Copa.

da mobilização nas redes sociais e nas passeatas organizadas. A definição ocorreu na coleta inicial realizada pelo grupo de pesquisa e todos os elementos foram identificados diversas vezes, estabelecendo um padrão de atividades:

- Protestos nas ruas
- Páginas e eventos no Facebook e Twitter
- Composição e execução de músicas e gritos
- Ataque a símbolos da Copa e da FIFA
- Pichação e grafites
- Uso de hashtags online e nas ruas⁴

Na análise dos repertórios, nota-se que um é direcionado unicamente às autoridades opositoras Governo Federal e FIFA: ataque ou destruição de símbolos do evento. Eles objetivam a mascote do mundial e material publicitário, como o álbum de figurinhas e réplicas da taça, e buscam desestabilizar a estrutura de organização, evidenciando o descontentamento de quem está mobilizado. Notam-se ações em cidades diferentes que utilizam esse repertório. Na cidade de Natal, que recebeu quatro jogos da Copa, um boneco da mascote do torneio foi destruído⁵. A representação do tatu-bola Fuleco estava em exposição em um trecho que dá acesso ao aeroporto da cidade. Em São Paulo, a exibição da taça foi o alvo de protestos, mas os manifestantes foram impedidos pela segurança de chegarem próximos ao troféu⁶. Embora nenhum dano tenha sido feito, a simples presença de manifestantes já indica descontentamento. O álbum de figurinhas, que se popularizou na época do torneio, foi queimado durante um protesto na capital paulista (FIGURA 1). A expressão “Copa Pra Quem?” surge em um skate, comprovando que *hashtags* viram termos das ruas e vice-versa. Entre as máscaras está a do grupo de ativismo online Anonymous.

⁴A fonte da informação é o grupo de pesquisa Comunicação e mobilização política

⁵ Reportagem completa disponível em: <http://goo.gl/YuJz2Q>

⁶ Reportagem completa disponível em: <http://goo.gl/GtdFYj>



FIGURA 1- Manifestantes queimam álbum oficial de figurinhas da Copa
Fonte: Estadão, 2014

Embora a simples destruição do objeto não tenha um efeito real e direto sobre a realização do torneio, ela evidencia a impopularidade da FIFA e dos símbolos entre os manifestantes. O único repertório identificado que é destinado unicamente à sociedade é a criação de páginas e eventos no Facebook. Isso porque a ação é voltada para a organização dos movimentos de protesto e divulgação de conteúdo da mobilização, sem impacto direto contra o Estado. Ele varia entre um repertório diretamente utilizado para o confronto – quando usado para espalhar símbolos e ideais em forma de postagens em toda a rede – ou intermediário, já que pode servir para que a base dos ativistas se reúna e discuta o repertório a ser aplicado nas situações de confronto direto com os opositores.

Por fim, há repertórios de confronto que objetivam ambos os lados, Estado e sociedade. Nessa lista, encontram-se a composição e execução de músicas e gritos, os protestos de rua, os grafites e pichações e o uso de *hashtags* em redes sociais. O primeiro deles é uma tradição que se consolidou nas manifestações de junho de 2013 e remete a grandes manifestações populares que nada têm a ver com os protestos, mas tudo com a Copa do Mundo. Isso porque os cantos dos manifestantes do “Não Vai Ter Copa” se baseiam em melodias e em letras de times e torcidas organizadas de futebol, com paródias entoadas em estádios durante todo o ano nos estádios do Brasil.

“Da Copa eu abro mão, eu quero é dinheiro para a saúde e educação” e “Sem violência” são algumas das músicas mais presentes (BBC, 2013), sendo que a segunda é uma repetição de uma expressão criada durante os protestos de junho do ano anterior com o objetivo de acalmar os ânimos de manifestantes e militares. Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de São Paulo utilizou-se de um grito popularizado nas arquibancadas do Corinthians⁷ para falar sobre as dificuldades da vida nas ruas, em uma tentativa de gerar empatia por parte da sociedade e dos opositores. A letra diz “Aqui tem um bando de louco, louco por moradia. E vocês que acham que é pouco não conhecem a noite fria” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014). O clube paulista é dono de um dos estádios do torneio, a Arena Corinthians, conhecida popularmente como Itaquerão.

Os grafites e as pichações são utilizados para marcar de forma mais permanente do que os protestos de rua — afinal, marcas em paredes, muros e edifícios ou monumentos permanecem impressos mais do que algumas horas. São desenhados símbolos, charges e frases relativas ao “Não Vai Ter Copa”. Especificamente sobre esse repertório, Prosser (2006, p. 11) afirma que há uma relação intensa entre o artista e a rua, que se torna uma tela em branco. As formas de utilização são diversas, já que o indivíduo “não a usa apenas como suporte da sua expressão, mas incorpora-a ao seu discurso, à sua identidade”.

⁷ O Sport Club Corinthians Paulista é um time de futebol de São Paulo fundado em 1910. É uma das equipes de maior relevância no cenário nacional, com cinco títulos brasileiros e uma conquista da Taça Libertadores da América.



FIGURA 2 – Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.
Fonte: Joe's Garage, 2014.

Ao se apresentarem como um repertório na campanha, tanto a pichação quanto o grafite podem ser vistos como uma provocação. A imagem impacta por contrastar com o ambiente e normalmente é publicada em meios de comunicação, ganhando visibilidade nacional.

Os protestos de rua são talvez a mais tradicional forma de repertório de grupos que buscam reconhecimento e visibilidade. As passeatas são relativamente baratas de serem organizadas, ainda que haja dificuldade em reunir pessoas em vias públicas com um trajeto definido e pautas em comum. Elas são um exemplo de repertório modular, que nasce como uma espécie de tática híbrida a partir de insurreições populares e formação de barricadas – situações encontradas antes mesmo da Revolução Francesa, em 1789. É possível incorporar outros repertórios durante um protesto de rua, desde cantos e pichações até a destruição de símbolos. Porém, se é um recurso eficiente para a mobilização, a passeata também pode ser utilizada pelo Estado. No Brasil, são comuns as acusações de que os *black blocs*⁸ desvirtuam a manifestação com violência e depredação de locais públicos e privados nas

⁸ Segundo Costa (2010), o termo original é Schwarzer Block e foi inicialmente citado pela polícia da Alemanha Ocidental na década de 1980. Trata-se de uma tática anarquista em que grupos de esquerda se vestem com roupas pretas, além de cobrirem o rosto com acessórios e panos da mesma cor para evitar identificação e gerar um sentimento de unidade. Geralmente formados durante grandes manifestações, eles praticam ação direta de violência ou enfrentamento de autoridades, além de posicionarem-se a favor do movimento mobilizatório em questão. Por conta do uso de táticas menos convencionais e que podem gerar destruição de patrimônio público ou privado, os *black blocs* são normalmente criminalizados por veículos tradicionais de imprensa e autoridades.

ruas. Nesses casos, a ação policial também se faz mais presente, caracterizando o conflito entre policiais e manifestantes, com acusações mútuas de agressividade.

Prudencio (2014) aponta as *hashtags*⁹, junto com o compartilhamento de conteúdo informativo, como um símbolo em torno dos quais circulam quadros de mobilização. Uma das *hashtags* mais populares da manifestação é também tema de uma campanha lançada pela Articulação dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). Trata-se de #CopaPraQuem?, que questiona quem são os verdadeiros beneficiados pela realização do evento e visa a “expor as violações de direitos humanos sofridas pela população em razão do megaevento e questionar o real legado que ficará para o país após os jogos” (ANCOP, 2014).

A expressão #NãoVaiTerCopa engloba a indignação com a realização do evento e exprime a vontade dos manifestantes de que o Brasil não seja a sede dos jogos, seja pelo cancelamento completo das partidas ou pela dificuldade de partidas e cerimônias. As *hashtags* #FuckFIFA e #FIFAGoHome indicam hostilidade em relação à entidade de organização do futebol. Ambas evidenciam que o órgão não é popular entre os manifestantes, apesar de ser a representante dos torneios profissionais esportivos em todos os 209 países filiados. Por fim, #SeNãoHouverDireitosNãoVaiTerCopa é uma extensão da expressão original e serve como um aviso: caso o direito de trabalhadores, habitantes das cidades, comerciantes e outros interessados não seja respeitado, as autoridades devem esperar por represálias e maior intensidade nos protestos.

Foi encontrada ainda a presença de uma *hashtag* de contraponto à campanha: o #VaiTerCopaSim. Ela faz parte de um movimento não organizado e que não realiza protestos propriamente ditos, manifestando opiniões somente nas redes sociais. Ele é ideologicamente opositor ao “Não Vai Ter Copa”, formado por indivíduos que defendem a realização do torneio ao não reconhecerem as demandas solicitadas, ou simplesmente ao sobrepôr a importância de um evento de tal porte – e de um esporte tão popular no país – às causas sociais dos coletivos e movimentos. Quando não é utilizada para

⁹O Facebook só implementou as *hashtags* em junho de 2013, em um recurso usado para simular o efeito agregador de postagens. O recurso não se popularizou tanto quanto no Twitter, apesar de algumas postagens serem replicadas entre as redes sociais.

criticar os manifestantes, ela é acompanhada de frases humorísticas ou celebrando notícias positivas e conquistas do mundial.

Ao analisar esse repertório, é possível compará-lo com as ferramentas táticas e simbólicas utilizadas nas manifestações de junho de 2013, encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Estudos de autores como Romão (2013) e Aldé e Santos (2013) indicam que as passeatas, a composição e execução de músicas, a destruição de patrimônios públicos e privados, a pichação e o descontentamento com o Governo Federal – e o partido atualmente na Presidência da República, o PT – são repertórios que se repetem. A repetição e a adaptação de táticas para o contexto da Copa do Mundo reforçam a indicação de que MPL e “Não Vai Ter Copa” fazem parte de um mesmo ciclo de protestos. O MPL e os acontecimentos de junho de 2013 serão mais bem retratados em um capítulo posterior da dissertação.

No caso da presente pesquisa, é importante compreender e identificar os repertórios de ação coletiva do “Não Vai Ter Copa” para localizar a mobilização dentro de um contexto e compreender se ela faz ou não parte de um recorte maior de confrontos com semelhanças, como parte de uma mesma onda.

1.4 Os ciclos de confronto e os resultados da mobilização

Os ciclos de confronto constituem o conceito mais abrangente descrito pela MP: é a partir dessa discussão que se aplicam tanto as discussões conceituais anteriores quanto os casos em busca de uma explicação para o andamento de conflitos e mobilizações. Eles representam a fase mais avançada de um conflito ou uma série deles, após a oportunidade política surgir, ser aproveitada por um movimento e gerar ou não uma ação coletiva, seguida de uma resposta do Estado ou opositor. Em geral, o conceito trabalha com a ideia de que a mobilização acontece em ondas ou ciclos que crescem, atingem um ápice e decaem. De acordo com Tarrow (2009), trata-se de

(...) uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos

ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. (p. 182)

Tarrow alega que o ciclo de protestos segue uma espécie de cartilha de resultados, mas possui direções divergentes em seu encerramento – a ponto de terminar de qualquer forma, desde uma revolução ou reforma (com o sucesso do movimento) até a dissolução da campanha sem que o resultado seja alcançado. Em *Poder em Movimento*, o pesquisador retoma o conceito e atualiza o pensamento ao afirmar que os ciclos de protestos começam iguais em termos de mobilização e possibilidades, mas seu desfecho é imprevisível tanto para movimento quanto para opositor. Os ciclos ou ondas de confronto não têm um padrão em seu desfecho em conclusão ao que foi estabelecido ao longo dos anos em diferentes períodos da história. Isso é o que permite uma melhor compreensão da mobilização política pela MP – não das ondas em si, que respondem de forma sempre diferenciada às demandas da sociedade e de acordo com uma série de aspectos em jogo, mas sim dos movimentos sociais e ativistas que deles participam e do processo de ação coletiva como um todo. No caso do “Não Vai Ter Copa”, ao menos nos movimentos presenciais, o desfecho pode ser descrito como um fracasso em seu objetivo inicial: as transmissões pelos veículos de comunicação e a realização das partidas nos estádios não foram prejudicadas em nenhum momento pelos manifestantes.

De acordo com Della Porta e Diani (2006), os primeiros movimentos de um ciclo

(...) emergem como resultado de uma lista complicada de fatores contextuais e autóctones. Uma vez que opositores influentes emergem, eles facilitam a emergência de movimentos subsequentes, criando um reservatório de recrutas em potencial treinados e interessados, uma estrutura organizacional em que outras mobilizações podem tirar recursos e apoio, e um senso de possibilidade ou eficácia (p. 534).

É o que Tarrow (2009, p. 184-185) chama de fase da mobilização. Quando se abrem as oportunidades políticas e cidadãos e movimentos se encontram direcionados sob um mesmo objetivo, há o encorajamento ao conflito. É aqui que três ações-chave são tomadas: a demonstração da

vulnerabilidade das autoridades diante de um confronto, o desafio aos interesses dos próprios participantes e, por último, a sugestão de convergências entre os desafiantes por meio de quadros interpretativos — justamente o ponto da mobilização a ser estudado nesta pesquisa. Ela pode ser violenta ou moderada e, ao contrário da fase seguinte, é bem delineada pelos estudos teóricos. Já os dois primeiros pontos citados pelo pesquisador não aconteceram durante os protestos.

Movimentos e ativistas absorvem o repertório das mobilizações iniciais de um ciclo. A aplicação de determinadas táticas em outros protestos resulta no envio de enquadramentos de mobilização e em possíveis respostas ou opressões. Essas experiências anteriores facilitam o trabalho das campanhas subsequentes. A dificuldade dos ciclos de confronto, portanto, está no fato de os movimentos não poderem controlar integralmente os fatores que definem o sucesso ou fracasso da ação coletiva (TARROW, 2009). Ainda assim, eles têm importância crucial na fase de mobilização, pois o uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental ao longo de um mesmo ciclo (McADAM, TILLY, TARROW, 2009, p. 25). Ainda assim, se a oportunidade política for favorável e o repertório surtir efeito na sociedade e em relação aos opositores, os objetivos podem ser atendidos, mesmo que parcialmente.

Della Porta e Diani (2006) citam o movimento feminista dos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 como exemplo: ele aproveitou o ápice de um ciclo de protestos, quando muitos públicos estavam mobilizados, fazendo com que o mundo inteiro esperasse respostas de transformação do Estado ou, de forma mais radical, uma revolução. A MP estuda o porquê de o movimento funcionar exatamente nessa época — afinal, direitos das mulheres eram debatidos durante todo aquele século. Tarrow (2009, p. 188) sugere que não é possível — ao menos pelas bases da MP — traçar todas as dinâmicas dos ciclos de confronto, mas é possível estabelecer um ponto em que três conjuntos de ações em comum são identificadas, não necessariamente nesta ordem ou presentes em totalidade. São elas: exaustão, polarização, divisão em facções; institucionalização e violência; e repressão e facilitação". O autor cita constantemente que a base organizacional coesa e comprometida com a causa é algo vital para a sobrevivência do movimento.

No caso do “Não Vai Ter Copa”, é possível identificar claramente

algumas das fases. A exaustão surge após a frustração com o não atendimento das demandas e depois de uma série de protestos sem um sinal de diálogo com as autoridades. Aqueles que mais se identificam com a causa e estão dispostos a levá-la adiante mesmo sob adversidades continuam utilizando os repertórios, enquanto uma série de pessoas atraídas para a campanha abandona a causa logo ao se deparar com os primeiros obstáculos. Assim, ativistas que “estão na periferia de um desafio, sem muitas razões para apoiá-lo, são os mais propensos a desertar, enquanto aqueles próximos ao seu núcleo, com fortes motivos para dar o seu apoio, inclinam-se a persistir” (TARROW, 2009, p. 189). Já a divisão em facções existe desde o início; as campanhas mobilizatórias contra a Copa do Mundo mostraram que possuem pautas em comum (e talvez enquadramentos, como espera-se comprovar no decorrer do estudo), mas sem uma união propriamente dita. É a identificação dessa exaustão o principal preceito teórico que levou à formação da hipótese desta pesquisa, de que o “Não Vai Ter Copa” modificaria o enquadramento principal da mobilização com a chegada da realização do torneio.

O uso de violência por parte dos manifestantes e a repressão — que também pode fazer uso da violência, partindo da força policial contra o movimento — ficam claras. Durante protestos dos grupos contrários ao mundial, os manifestantes (especialmente os *black blocs*) entram em confronto com os policiais. Em uma passeata de 26 de janeiro de 2014, uma lanchonete foi depredada, um prédio residencial foi invadido e um grupo policial “foi literalmente colocado para correr pelos manifestantes, que avançaram em direção a eles” (MAGALHÃES, 2014). Em 12 de junho, no dia da abertura da Copa, manifestantes “atearam fogo em lixo no meio da rua, e destruíram várias placas” (RUIZ, 2014). Os resultados variam: no protesto de janeiro, 128 ativistas foram detidos, enquanto em junho o grupo de manifestantes foi dispersado. O segundo momento é identificado ao se observar a evolução tática da Polícia Militar (PM) e de Tropas de Choque (TOMAZINE, 2014), que aprimoram a estratégia de contenção desde os movimentos de junho de 2013 até a Copa do Mundo.

Segundo Koopmans (2004, p. 29), tal variação entre ondas de protesto é consequência de diferentes padrões na interação entre Estado e movimento. Se vários canais institucionalizados são oferecidos aos desafiantes em um

determinado sistema político, autoridades reagem por acomodação e concessões. Isso resulta em institucionalização também nas respostas dos opositores, com radicalização limitada por parte dos confrontos. Se o regime é pouco democrático, entretanto, há também alta frequência em respostas com repressão e desejo de mudança acentuados. Desse modo, é possível resumir a resposta final de reformas com uma contextualização que pode ser aplicada a várias mobilizações ao longo dos confrontos políticos da contemporaneidade.

A reação aos ciclos de confronto é sempre repressiva, mas até a repressão está frequentemente combinada com a reforma. Particularmente quando as elites no interior do sistema veem a oportunidade de se engrandecer aliança com os desafiantes, os governantes são colocados numa posição vulnerável e frequentemente reagem a isso com o reformismo. À medida que o conflito fracassa (...), muitos dos seus ganhos são revertidos, mas quase sempre deixam atrás de si expansões marginais na participação, mudanças na cultura popular e redes de movimentos residuais. Os ciclos de confronto são épocas de sementeira, mas a colheita é sempre feita nos períodos de desmobilização que se seguem, por adeptos de última hora pelas elites e autoridades (TARROW, 2009, p. 251).

McAdam (2006) classifica a ação de resposta do Estado de acordo com quatro possibilidades, definidas por duas variáveis: se a mobilização e as ações realizadas pela campanha são institucionalizadas ou não¹⁰ e se o objetivo é conquistar uma revolução ou apenas realizar uma reforma (ou transformação, entrando assim em consonância com a classificação de Tarrow).

Segundo a tabela de McAdam (FIGURA 3), são quatro as possibilidades de resposta: (1) revolução com táticas não institucionalizadas, resultando em repressão; (2) revolução com táticas institucionalizadas, resultando em indiferença, vigilância e assédio; (3) reforma com táticas não institucionalizadas, resultando em aumento da atenção pública e conflito polarizado; e (4) reforma com indiferença e oposição ou suporte mínimos da oposição.

¹⁰ Segundo Tarrow (2009), quando há a institucionalização de uma mobilização, “acaba o entusiasmo da fase disruptiva de um movimento e a polícia se torna mais hábil em exercer o controle” (p. 134), fazendo com que movimentos se institucionalizem e busquem as demandas a partir de negociações e acordos, às vezes até mesmo com os antigos opositores. Esse caminho, segundo o autor, pode levar o movimento a se tornar um partido ou grupo de interesse. Para Berger e Luckmann (1985), “dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social” (p. 80).

		Tactics	
		non-institutionalized	institutionalized
Goals	revolution	repression	indifference/ surveillance and harassment
	reform	heightened public attention/ polarized conflict	indifference/ minimal opposition and/or support

FIGURA 3 – Respostas aos movimentos por objetivos e táticas
Fonte: McADAM 2006, p. 342

Durante a trajetória, o “Não Vai Ter Copa” caracteriza-se por dois itens: revolução e reforma com táticas não institucionalizadas. Quando o objetivo de certas linhas da campanha é barrar a Copa em si, há proposta de revolução. Quando os objetivos se centralizam em demandas regionais por transformações públicas, o foco está em reformas propostas pela sociedade adotadas ou não pelo Estado. É possível identificar todas as formas de resposta nas ações tomadas pelo Estado contra a mobilização. Quando repertórios mais radicalizados são aplicados, como depredação e violência, a resposta é muito mais repressora. Como citado por Tarrow (2009) e confirmado por Tomazine (2014), isso resulta na dispersão da base organizacional da campanha, no menor número de participantes comprometidos pela causa após momentos de frustração ou dificuldade e na evolução de estratégias de contenção das autoridades, representadas por agentes policiais nas ruas.

Segundo McAdam (2006), grupos são violentos para alcançar metas, o que significa também que a oposição ou repressão será equivalente. Violência não é algo com que todos concordam, mas ela é evidenciada e amplamente divulgada nos meios de comunicação quando ocorre. É o caso dos *black blocs* em protestos como o “Não Vai Ter Copa”. Por outro lado, em conflitos com o objetivo de reforma que também se utilizam de táticas ainda não institucionalizadas, dos protestos de rua à destruição dos símbolos da

Copa do Mundo, nota-se a presença da outra resposta possível do ambiente. De acordo com a classificação do autor, os confrontos são ambíguos por demonstrarem habilidade de interromper a ordem pública e a realização de interesses dos oponentes. Porém, também são moderados em objetivos, o que faz com que o movimento receba suporte de vários públicos e restrinja ações sociais contrárias.

É possível delimitar a desmobilização do ciclo dessa campanha, como prevê Tarrow (2009): ela acontece com a aproximação da Copa. A partir da abertura do torneio, em 12 de junho de 2014, a cobertura da imprensa reflete sobre uma série de fatores que contribuiu para a queda brusca na mobilização¹¹. Em 23 de junho de 2014, data do último jogo do Brasil na fase de grupos do torneio, foram registrados 200 manifestantes¹², número bem menor do que o registrado em passeatas semelhantes¹³. Isso indica o abandono à causa (ou ao menos ao repertório) por agentes menos comprometidos com o “Não Vai Ter Copa”. Além disso, o aparato policial foi mais repressor, com o aumento das tropas e uso de estratégias diferenciadas e efetivas (do ponto de vista do Estado). Uma das táticas envolvia prisões preventivas ou flagrantes forjados: o estudante Fábio Hideki ficou três meses na prisão¹⁴ após uma abordagem durante um protesto. Ele foi acusado de portar explosivos na mochila, mas um laudo posterior descartou que ele estivesse com substâncias perigosas.

Neste capítulo, foram explicitados os principais aspectos da teoria da mobilização política, selecionada para explicar o “Não Vai Ter Copa” a partir de conceitos como repertório de ação coletiva e ciclos de confronto. Foram analisados os principais repertórios identificados na campanha, possibilitando a descrição e discussão das táticas utilizadas presencialmente e online pelos manifestantes. No próximo capítulo, o foco é voltado para as mobilizações políticas na internet e em como o Facebook pode servir como plataforma de ativismo ao redor do mundo.

¹¹No protesto simultâneo ao primeiro jogo, em São Paulo, a PM contabilizou até 750 manifestantes. Segundo o G1, eles se dividiram em focos de protesto que não chegaram a se juntar em uma só passeata. A reportagem está disponível em: <http://goo.gl/r1Ldlq>.

¹²Reportagem feita por iG São Paulo. Disponível em: <http://goo.gl/wCvafU>

¹³De acordo com o iG São Paulo (2014b), em 4 de junho do ano da Copa, um protesto do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) reuniu 12 mil pessoas (número divulgado pela Polícia Militar; o movimento afirma que foram 25 mil participantes).

¹⁴Reportagem do G1 em 2014. Disponível em: <http://goo.gl/DsWcdy>

2. O ATIVISMO POLÍTICO NA INTERNET E O FACEBOOK COMO PLATAFORMA DE MOBILIZAÇÃO

Após discutir a MP como suporte teórico para compreender a manifestação pesquisada e apontar os repertórios de ação coletiva empregados online e presencialmente no “Não Vai Ter Copa”, é o momento de relatar e refletir sobre as discussões acerca da internet na sociedade contemporânea, a importância da rede digital para a mobilização e suas qualidades e fraquezas como ferramenta de movimentos sociais. É preciso também voltar a atenção para a rede social analisada, o Facebook, além de seu uso e as ferramentas disponíveis para discussão e mobilização, inclusive no Brasil.

Como o objeto da pesquisa envolve páginas do Facebook, não se pode ignorar a força da rede nos conflitos. Características como velocidade, acessibilidade e imediatismo de impacto se provaram essenciais para leitores em comunicação ao redor do mundo (AYRES, 2005, p. 39). Manifestações recentes no Brasil “tornaram evidentes para boa parte da opinião pública o papel que a internet e as tecnologias digitais desempenham na geração de novas formas de sociabilidade, de identidade, e de comportamento político e social” (AMADEU, PENTEADO e BRAGA, 2014, p. 5). Porém, é preciso ter cautela e não criar expectativas exageradas em torno dessas ferramentas, que podem não apresentar o caráter revolucionário ou de visibilidade criado por pesquisas inicialmente formuladas em torno de seu uso.

2.1 Internet, política e a agenda de pesquisa

O campo de internet e política parece em construção ao mesmo tempo em que a própria tecnologia progride, com o surgimento consecutivo de técnicas e plataformas de comunicação e interação. Em um levantamento a respeito dos estudos brasileiros de internet e política, Sampaio, Bragatto e Nicolás (2012, p. 4) revisitam o campo de pesquisa em si envolvendo o tema com apontamentos interessantes a respeito da base e do desenvolvimento do setor. Inicialmente, os autores encontram a presença do chamado "discurso da

potência técnica", descrito como a discussão de que, na medida em que surgiam e se popularizavam, novas tecnologias seriam capazes de auxiliar ou participar de mudanças de paradigmas no processo democrático. Logo, a temática avança para como ferramentas e plataformas da rede "podem ser utilizados pelos indivíduos, organizações e instituições envolvidos ou interessados no sistema político para incrementar valores democráticos" (IDEM, 2012, p. 4).

Em âmbito nacional, os autores detectaram uma produção bibliográfica vasta e contínua na área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), embora critiquem a falta de mapeamento dessas iniciativas acadêmicas. Como resultado do levantamento, que coletou trabalhos realizados em 2010 e 2011, foi encontrada uma transição nos estudos: enquanto a internet era o objeto de interesse inicial, blogs e redes sociais passam a despertar maior interesse com o tempo (2012, p. 24). Tal alteração é compreensível, já que a popularização das ferramentas — e, portanto, a importância delas para a sociedade — é algo que progride na mesma proporção. Em paralelo, um debate é criado a respeito dos efeitos possíveis da internet na política. Wright (2012) cita que dois grupos foram formados durante a discussão — mais especificamente direcionada para a formação ou não de deliberação online, porém perfeitamente aplicáveis para participação ou mobilização em ambiente virtual. De acordo com o autor, o grupo dos otimistas revolucionários entra em conflito com a teoria dos defensores da normalização. Porém, o pesquisador não aceita a dualidade e sugere a adoção de um terceiro caminho que questiona as abordagens anteriores: afinal, por que todos os casos seriam necessariamente revolucionários ou normalizantes? Wright sugere uma via que causa mudanças, contudo não tão profundas, e que respeita as instituições políticas estabelecidas, mas sem depender tanto delas. Assim, trata-se de um caminho que não é exatamente neutro, porém original.

De acordo com Wright (2012 p. 249), muitas mudanças políticas e sociais ocorrem em interações de cidadãos comuns, não necessariamente envolvendo atos políticos ou até eleições, por exemplo. Esse é um segmento da pesquisa que, na medida em que os estudos focam em plataformas e ferramentas no lugar da "internet em si", deve ganhar força. Mas, de acordo com o autor, quebrar a dualidade não é uma tarefa fácil. Ao menos o potencial

das TICs que surgem nos últimos anos é estudado por uma alta variedade de metodologias. Wilhelm (2000) cita estudos de caso, pesquisas etnográficas, pesquisas com questionários e análises de conteúdo como algumas das possibilidades.

Para o autor, o objetivo do campo de estudos deve ser encontrar a resposta para dois questionamentos: para quem as redes cívicas abriram portas no acesso à informação política e troca de ideias e o quanto essas conexões públicas são eficazes para influenciar a política. No caso desta pesquisa, a ferramenta do Facebook foi selecionada como plataforma de estudo, com o objetivo de observar a troca de informações e interpretações entre seus usuários em busca de mudanças políticas.

2.2 Redes sociais como ferramenta de mobilizações contemporâneas: casos e análises

A partir de casos nos últimos anos, é possível traçar um histórico sobre as mobilizações nacionais que tiveram como uma de suas principais características a presença de um ou mais movimentos conectados via redes sociais, em especial o Facebook e o Twitter. Como pontos convergentes, Castells (2013, p. 12) destaca que essas formações “ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões”. Nota-se que esses pontos são compatíveis com características encontradas em mobilizações no Brasil, como é o caso das manifestações de junho de 2013 (ALDÉ, SANTOS, 2013; PERUZZO, 2013, PEREZ e MOTTINHA, 2013), que também apostaram na internet e ajudaram na popularização do “Não Vai Ter Copa”.

Logo após o estabelecimento dessas campanhas ao redor do mundo, não foram poucos os estudos que relacionaram a participação política na internet como fator decisivo ou ao menos componente para que certas campanhas fossem bem-sucedidas. É o caso do Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e da Primavera Árabe, em diversos países do Oriente Médio. A presença de fatores e acontecimentos externos como principais motivadores

não é coincidência. Peruzzo (2013, p. 83) alerta para o fato de que a tecnologia atua ao lado de mobilizações “se o seu uso for atrelado à luta social mais ampla, ou seja, relacionadas às organizações de base popular, comunidades, movimentos sociais”. Isso não significa que movimentos específicos de temática e atuação virtual não se sustentam, mas sim que vínculos mais consistentes e atemporais podem garantir o sucesso de uma empreitada.

Iskander (2011, p. 1227. Tradução nossa) estudou o ativismo online após os protestos no Egito que culminaram na deposição do presidente Hosni Mubarak, um dos casos da chamada Primavera Árabe. Trata-se do momento em que diversas nações da região demonstraram publicamente a insatisfação com os governantes, culminando inclusive em renúncias. Como diferencial da mobilização, a autora cita que notícias “viraram bolas de neve via Facebook e Twitter enquanto a informação era espalhada não só de pessoa a pessoa, mas de rede de uma pessoa a outra”¹⁵. A pesquisadora relata que não faltaram tentativas anteriores de organização. Os ativistas encontraram o momento certo nacionalmente somente em janeiro de 2011, permitindo o apoio e a ampliação das redes sociais. Como o acesso à internet chegou a ser cortado no país durante quase uma semana, os manifestantes foram levados a valorizar ainda mais o uso da rede nos dias em que o serviço operava. Após a queda do presidente, a autora notou um aumento em mensagens patrióticas e também em discussões políticas envolvendo a situação do país.

Após um questionário com 1.200 manifestantes que participaram dos protestos presenciais e online do Egito, Tufekci e Wilson (2012) notaram o poder da conexão em rede naquele contexto. Antes, o espaço virtual era segmentado por uma série de blogs e sites. Um quarto dos pesquisados ouviu falar primeiro das manifestações no Facebook e pelo menos metade usou o site para disseminar fotos e vídeos feitos por eles mesmos sobre a ação nas ruas.

Movimentos como o Occupy Wall Street, que aconteceu nos Estados Unidos em 2011, também aproveitaram a força da internet em conjunto com o presencial e ajudaram a moldar o ativismo online. As campanhas “alternativas aos regimes econômicos desiguais e a experimentação do igualitarismo

¹⁵ Trecho original: snowballed via Facebook and Twitter as information was spread not only from person to person but from one person's network to another's

democrático radical” (PESCHANSKI, 2011, p. 30) formaram-se primeiramente por estudantes e trabalhadores em acampamentos em áreas públicas. Junto com o movimento presencial, redes sociais tiveram um papel importante na formação de estratégias, na divulgação dos acontecimentos e ao fortalecer a ligação dos manifestantes, ampliando a área de mobilização e influência. Porém, Alves (2012, p. 37) sugere que novos movimentos sociais como esse projetam “fantasias pretéritas, presentes e futuras de emancipação social ainda não bem discernidas”, o que significa que algumas campanhas podem ser prejudicadas por falta de direcionamento, liderança ou objetividade, por exemplo.

De acordo com Tarrow, esses movimentos não fizeram as ações de massa desaparecerem, mas se adaptarem — como “o desenvolvimento de redes frouxas e descentralizadas de ativistas e líderes que organizam coalizões em torno de campanhas específicas e fazem exigências a autoridades políticas” (2009, p. 257), justamente o que acontece com o “Não Vai Ter Copa” e os exemplos citados acima.

Ayres (2005) acredita que a internet é um espaço-chave para protestos, inclusive iniciativas contra organizações, corporações e iniciativas políticas. Porém, é preciso ter cuidado para não abraçar um conceito otimista demais da internet como espaço público. De acordo com Papacharissi (2002), a esfera virtual é politicamente dividida e ecoa a política tradicional, servindo mais como um espaço adicional de expressão do que reformando radicalmente pensamentos e estruturas. Ao mesmo tempo, Alves (2010, p. 8) nota que não se pode achar que a internet impossibilita ou é a melhor forma para deliberação política ou a formação de uma esfera pública virtual. Na verdade, segundo a autora, deve-se “observar o ambiente virtual com todas as suas nuances e variáveis”. Somente a própria exposição ou visibilidade que campanhas podem ganhar na internet já é algo positivo, pois fala-se que a rede faz com que pessoas readquiram interesse na sociedade civil a partir da participação política (MAIA, 2011, p. 47). Em um nível mais geral, a internet em si oferece sensações como “liberdade de uso, de possibilidades de criação, de múltipla existência no ciberespaço, de navegação anônima, de impossibilidade de observação e acompanhamento dos corpos virtualizados” (AMADEU, 2011, p. 16). Ressalta-se que isso não significa necessariamente que tais promessas

serão cumpridas.

Desse modo, é preciso levar em conta alguns aspectos da internet na ampliação da participação política, como o maior número de integrantes em discussões e a visibilidade para grupos. Segundo Gomes (2008), iniciativas digitais relevantes à democracia seguem ao menos um entre três requisitos: fortalecer a capacidade concorrencial da cidadania, consolidar e reforçar uma sociedade de direitos e promover o aumento da diversidade de agentes. A rede permitiu às pessoas “encontrarem suporte mútuo, coordenar e planejar campanhas e formar táticas e alianças estratégicas com indivíduos e grupos similares, apesar de mínima organização e recursos” (BLOOD, 2001, p. 165. Tradução nossa¹⁶). Ao mesmo tempo, “é inegável seu potencial enquanto espaço de encontro, arena de discussão e lugar para o confronto de identidades e interesses, (...) gerar efeito viral, ou de multiplicação da repercussão e da adesão” (PERUZZO, 2013, p. 83). Maia (2008, p. 74) confirma que “associações voluntárias e os movimentos sociais têm se beneficiado da estrutura de comunicação digital para usos diverso”, mas atenta para os limites da participação na internet. Entre eles, estão a ausência de direção interna (ou seja, foco e organização) e vulnerabilidades que não permitem mudanças na ação política preexistente fora do meio virtual.

Karlsen (2015, p. 2) argumenta que a estrutura em rede dos sites consegue mais conectar as pessoas do que deixá-las isoladas. Porém, também atribui grande importância ao algoritmo que realiza o cálculo e a distribuição de informações nesses sites, já que são eles — e o comportamento das próprias pessoas com o conteúdo de páginas e amigos, que é o mecanismo de ativação dos cálculos algorítmicos — que definem o que aparece na página de atualizações ou linha do tempo e qual a frequência de postagens de determinados amigos ou páginas. Assim, “nessas redes, indivíduos serão expostos a uma grande variedade de mensagens que eles não buscam ativamente”¹⁷, o que significa que muitos conteúdos que não atingiriam certas comunidades podem conquistar públicos diversos. Ou, por outro lado, que conteúdos interessantes, como textos ou convocações a respeito de

¹⁶ Trecho original: find mutual support, coordinate and plan campaigns, and form tactical and strategic alliances with similar individuals and groups despite minimal organisation or resources.

¹⁷ Trecho original: individuals will be exposed to a wide range of messages they do not actively seek out.

mobilizações, são marginalizados e malsucedidos na rede social por não atingirem muitos usuários e serem “soterrados” por outros compartilhamentos.

Christensen (2011, p. 10. Tradução nossa.) acredita que ativismo online não faz com que as pessoas deixem de ir às ruas ou utilizem repertórios tradicionais para mobilizações, substituindo táticas pela internet¹⁸. Desse modo, “ao expandir o número de ativistas em potencial e facilitar o espalhamento de informação, a internet cria terreno fértil para mais envolvimento direto em assuntos políticos”¹⁹. Há então a possibilidade de aumentar a presença de temas de relevância na agenda pública (como *feeds* de notícias e linhas do tempo em redes sociais) e fazer com que pessoas que não eram ativistas de repertórios presenciais adquiram o interesse em fazer parte de movimentos sociais ou campanhas fora da rede. Isso não deve ser confundido com o aumento da participação política em si, algo que é questionado por Maia (2011).

Alguns autores alegam que o uso da internet também resulta em contribuição conjunta com a mídia pré-existente. Iskander (2011, p. 1231) nota que veículos tradicionais ainda têm o papel de atingir quem não é ativo politicamente nos sites. Desse modo, no caso dos protestos do Egito, o relacionamento e a interação entre mídia social e tradicional foram essenciais para o desenvolvimento de um ambiente de ativismo político renovado em ideias, repertório e participantes. Já Blood (2001) cita que o papel-chave das mídias sociais pode não substituir a mídia tradicional ou servir de alternativa, mas ser um mecanismo que assegure a transparência desses veículos, além de garantir que eles não sejam dominados por propaganda estatal. Papacharissi (2002) indica elementos que podem ser prejudiciais à participação na internet, como os anônimos, indivíduos que não possuem identidade definida e costumam gerar brigas virtuais, por acreditarem que não serão punidos; as contas falsas (*fakes*) e os *flammers*, um termo já em desuso que descreve quem evita a troca de ideias racionais, busca sempre o conflito e,

¹⁸ O ativismo puramente na internet, sem consequências no mundo real e com o envolvido somente utilizando o apoio online como arma de mobilização é citado por Christensen (2011) e outros pesquisadores de forma pejorativa como *slacktivism*. Trata-se de um termo em inglês que mistura a palavra ativismo com “slack”, que significa negligência, desinteresse. Em português, o que mais se aproxima disso seria a expressão “ativismo de sofá”.

¹⁹ Trecho original: By expanding the number of potential activists and easing the spreading of information, the Internet creates fertile ground for more direct involvement in political matters.

como o nome sugere, têm como objetivo incendiar discussões. As plataformas online também aumentariam a visibilidade de discursos de ódio.

Relativamente cético sobre o uso de mecanismos eletrônicos para conquistar objetivos de transformação ou revolução na política, Hindman (2009) afirma que a internet não é um espaço tão democrático quanto se acredita – não no sentido de acesso, já que ele é liberado para aqueles com o equipamento técnico necessário, mas no de visibilidade e tratamento dentro daquele espaço. O autor cita que a própria infraestrutura da internet é um ponto limitador, já que certos sites são priorizados, além do próprio consumidor não mudar constantemente de rotina para consumir novos conteúdos — o que significa que os polos de audiência de mídias tradicionais que detêm maior popularidade são replicados no universo online. Ainda assim, ele conclui que a rede é uma forma favorável de disseminação de informação política e que estudos sobre como utilizá-la da forma mais favorável possível devem ser incentivados. Algo similar cita Iskander (2011, p. 1231) ao falar sobre a situação do Egito: segundo a autora, ativistas da chamada Web 2.0 se comunicam bastante em quantidade, mas, na maioria das vezes, estão apenas falando entre si.

A internet, portanto, gera uma falsa sensação de empoderamento que não representa o verdadeiro impacto das opiniões (PAPACHARISSI, 2002). A pesquisadora acredita que a rede é um espaço público que não leva a uma nova cultura política, mas uma adaptação à atual. Em apontamento na mesma direção, Neumayer e Raffl (2008) descrevem participação, discussão, benefícios sociais e organizacionais da internet como papéis importantes ou até a base da atual participação política e do ativismo. Porém, as autoras confirmam que líderes políticos, atores comerciais globais e instituições internacionais apresentam influência na estrutura da internet.

Blood (2001) mostra duas preocupações relacionadas às redes sociais na política. A primeira diz respeito ao alcance: segundo ele, sites de ativismo e grupos viraram “guetizados”, isolando-se e sendo somente notados por membros ou aqueles já politicamente ativos (p. 165). A segunda é a percepção de que grupos de ativistas se enxergam como competidores e não cooperam entre si, a não ser que representem temáticas completamente diferentes. Gomes (2011, p. 32-33) também apontou essa característica como chave da

cidadania digital, mas ampliou o debate. Para o autor, a cidadania possui fraca capacidade de influência se comparada com outros agentes de interesses próprios: o sistema político em si; instâncias bastante sólidas, como economia e religião; e corporações sociais estabelecidas (mas ainda muitas vezes marginalizadas), como ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais que possuem defesas particulares e "concorrem" por interesse e espaço nas agendas.

Anteriormente, Gomes (2008, p. 41) havia concluído que a participação deve estar alinhada com a sociedade e ao fortalecimento da “esfera civil e as minorias políticas nas lutas concorrenciais pela decisão política”. Não entraremos nos conceitos de esferas pública e civil na pesquisa, mas nota-se que, para o autor, um protesto não deve bastar por si: é necessário que ele realize contribuições para a democracia e busque visibilidade para uma causa.

2.3 O Facebook como espaço de organização e manifestação social

Plataforma que abriga o objeto de estudo desta pesquisa, o Facebook é uma rede social desenvolvida em 2004 nos Estados Unidos por Mark Zuckerberg, na época estudante da Universidade de Harvard. O site foi lançado inicialmente para alunos do campus, sendo posteriormente liberado para acesso público em 2006. Atualmente²⁰, é a rede social mais utilizada em todo o mundo, contando com mais de 1,59 bilhão de usuários mensais ativos, ou seja, que fazem login e realizam alguma atividade no site ao menos uma vez por mês, sendo que mais de 1 bilhão de pessoas acessam o site ao menos uma vez por dia. Um dos trunfos para manter o crescimento e a alta taxa de engajamento dos membros é a experiência via *tablets* e *smartphones*: do total de usuários diários ativos, cerca de 823 milhões acessam via *mobile* — seja de forma exclusiva ou em conjunto com o computador. De acordo com o ranking da Alexa para novembro de 2015²¹, o Facebook é o segundo site mais acessado no mundo e de toda a internet atual, perdendo somente para o mecanismo de pesquisas de sites, termos e imagens da Google.

²⁰ Dados do último trimestre de 2015 divulgados pelo Facebook em: <http://investor.fb.com/releasedetail.cfm?ReleaseID=952040>

²¹ O ranking completo pode ser acessado em: <http://goo.gl/lhhA8P>

A movimentação de dinheiro envolvendo a marca é tão espantosa quanto a de pessoas. De acordo com o relatório financeiro do Facebook para o terceiro trimestre de 2015, o site fechou o mês de setembro com rendimentos de US\$ 4,5 bilhões (aproximadamente R\$ 17,1 bilhões), um número 41% maior do que no mesmo período do ano passado. Levando em conta eventuais perdas e gastos operacionais, o lucro também foi alto: ele totaliza US\$ 896 milhões (cerca de R\$ 3,4 bilhões) para os cofres da companhia, que também é dona do serviço de mensagens para celular WhatsApp e da rede social de fotos e vídeos Instagram.

Para efeitos de comparação, o Twitter, outra rede social bastante pesquisada na comunicação política, possui 316 milhões de usuários ativos mensais. Os dados de junho de 2015 também indicam que 80% dessas pessoas visualizam por dispositivos móveis. Isso mostra que o computador de mesa ou notebook não é mais necessário para o acesso e a participação na internet: a qualquer momento, bastando apenas um plano de internet móvel ou um sinal de WiFi, é possível entrar nas redes sociais e enviar ou receber mensagens.

É curioso perceber como várias das funções atuais do Facebook não eram objetivos iniciais de seu criador. Antes de se tornar uma plataforma de visibilidade para movimentos sociais, organização de mobilizações e discussões acerca dos mais variados temas sociais e políticos, o objetivo do serviço era simplesmente manter amigos e familiares conectados pela internet a partir de postagens e bate-papo e permitir o compartilhamento de conteúdo publicamente ou restrito aos contatos. Aos poucos, a plataforma ganhou novas ferramentas (eventos, grupos e o gerenciamento de páginas, por exemplo) e passou a acumular diversas utilidades. Westling foi um dos primeiros pesquisadores a avaliar a rede social como uma possível ferramenta de impacto na comunicação política, enxergando potencial no site para simular a esfera pública no virtual. De forma bastante otimista, Westling (2007, p. 4. Tradução nossa) cita que a invenção de Mark Zuckerberg combina quadro de recados, jornais e prefeituras em um só lugar, disponível a todo momento e em praticamente qualquer espaço. Assim, "políticos podem usar o Facebook para se comunicar com membros da comunidade que estão dispostos a ouvir (...). Membros da comunidade têm os meios de expressarem suas opiniões a atores

políticos e organizar e criar sua própria voz"²².

Ele alerta, entretanto, que o Facebook não é perfeito e nem pode ser o único ambiente de comunicação política, operando como complemento das comunidades e dos acontecimentos presenciais. O que o site faz é concentrar grande parcela dos conectados à internet e oferecer uma alta quantidade de ferramentas em um único espaço virtual. Trata-se também de uma evolução tecnológica natural da rede em si, substituindo antigas plataformas de texto e conversação. Nesse meio virtual, para Westling (2007, p. 6), vemos discussões que aconteciam em blogs e quadros de recados antes do advento da rede social, mas o formato do Facebook garante um tom mais pessoal ao debate.

Para Tang e Lee (2013, p. 756), quem é apático politicamente pode estar conectado via Facebook com conhecidos interessados no assunto que compartilham conteúdos relacionados, levando a uma influência positiva na disseminação de mensagens e informações entre os usuários do site. É preciso, entretanto, ter o cuidado de não criar expectativas exageradamente grandiosas a respeito do papel do ativista político na internet. Afinal, pessoas estão nas redes sociais para uma série de atividades e a frequência de uso para a participação política pode não ser alta. Isso não significa que ela seja inexistente: o autor nota que uma rede vasta e heterogênea não significa necessariamente altos níveis de participação, pois uma grade de conexões reduzida, porém de composição de qualidade, pode ser mais efetiva em trazer novos adeptos de mobilizações. Ativistas, figuras públicas ou representantes políticos podem impulsionar uma manifestação em larga escala.

Conroy, Feezell e Guerrero (2012, p. 1535) usaram métodos como questionários e análise do discurso para avaliar a influência em potencial e o conteúdo online de grupos políticos no Facebook. O estudo toma como base o fato de associações encorajarem o engajamento político, mas alerta que a seleção de conteúdo e a baixa regulação de material na internet podem produzir grupos que somente compartilham valores e ideias similares entre si, levando a uma exposição até mais seletiva que no presencial. A equipe notou que o Facebook permite a criação de grupos políticos com os mesmos

²² Trecho original: Politicians can use Facebook to communicate with community members who are willing to listen (...). Community members have the means to express their opinions to political actors and organize to create their own voice if they feel no candidate yet represents their stance

benefícios fora da internet, como garantir informação e motivação para ação política e providenciar um fórum de discussão e troca de argumentos. O meio acadêmico também é beneficiado, já que o avanço da internet e a popularização das redes sociais não só garantem uma ponte para usuários em rede, mas também a possibilidade de outros pesquisadores investigarem esse tipo de mídia e seus efeitos no engajamento e na participação política.

A internet pode ajudar até conflitos estritos geograficamente a ganharem dimensão internacional, inclusive com a possibilidade de auxílio por parte de pessoas longe do ponto de eclosão de mobilizações. Neumayer e Raffl (2008) analisaram a campanha contrária às ações de guerrilha e narcotráfico das FARC na Colômbia e, apesar de notarem o sucesso em quantidade de pessoas engajadas em discussões e participação em um grupo, notaram que a plataforma não emulava completamente a formação da comunidade colombiana afetada, mas sim uma representação dependente das mesmas elites colombianas existentes fora do Facebook. Assim, as autoras refletem que habilidades adicionais, poder e influência são condições que podem fazer a diferença na rede — e garantir privilégios a certas pessoas ou comunidades que já exerciam tais valores presencialmente. Apesar disso, a campanha é considerada exemplo de protesto organizado pela rede social. O motivo atribuído foi "a arquitetura global que permite que um conflito local transpasse fronteiras nacionais e seja levada globalmente por novas formas de comunidades (online)" (NEUMAYER e RAFFL, p. 9. Tradução nossa²³). Criar solidariedade em meio a uma sociedade oprimida é o que também ocorreu no Egito, segundo Iskander (2011).

Porém, é preciso levar em conta que concordar com algo na internet não significa necessariamente engajamento contínuo. Peruzzo (2013, p. 83) cita que exemplos de apoio em rede, como curtidas no Facebook, "são atos apenas cordiais, outras vezes criam nuvens, como de gafanhotos que logo se acomodam". Assim, compartilhar (dar visibilidade a um conteúdo de outra página ou perfil para seus próprios contatos) e a quantidade (ou o teor) de comentários são recursos que podem ser mais importantes para que movimentos construam enquadramentos para a sociedade. Marichal (2013,

²³ Trecho original: a global architecture that enables a local conflict to trespass national boundaries and to be carried out globally by new forms of (online) communities.

p.1) também apresenta um ponto de vista menos idealizado da participação política na rede social, sem reduzir sua importância no contexto das mobilizações. Segundo ele, o Facebook deve ser visto menos como forma de promoção de mudança social e política e mais como uma performance discursiva feita de expressão de identidade política.

2.3.1 As plataformas de interação fornecidas pelo Facebook

Em Kleina (2014), uma análise produziu uma breve descrição das ferramentas de interação disponibilizadas pelo Facebook. Embora não tenham necessariamente o debate ou ativismo de mobilizações como objetivo primordial, elas servem como espaço e ferramenta de uso para tais meios. A seguir, cada uma é revisada com base no estudo anterior, com a inclusão de um quinto elemento: os próprios perfis pessoais dos cadastrados no site. São estas as funções da plataforma que podem servir para argumentação e exposição de ideias na rede social: Grupos, Eventos, Perfil Pessoal, Hashtags e Páginas.

Com os **Grupos**, cria-se uma associação aberta ao público ou fechada para visualização somente de membros. Neles, é possível postar discussões e compartilhar conteúdos. A diferença é que os Grupos são utilizados de forma mais restrita. No caso do "Não Vai Ter Copa", em Kleina (2014) foram identificados seis grupos citados pelo autor, com divisão entre abertos e moderados. O mais populoso contava com 724 membros e pouco compartilhamento de conteúdo. Os grupos podem ser mais bem melhor usados por mobilizações e movimentos sociais como espaços fechados de articulação e organização interna.

Os **Eventos** são páginas de calendário, convite e organização de festas, protestos e outros atos comunitários. Eles possuem maior visibilidade que os Grupos por aparecerem no *feed* de novidades dos usuários e também podem ser abertos ou restritos aos convidados. É comum que eventos como passeatas reúnam um número alto de convidados, com uma fração bastante reduzida confirmando a presença e uma parcela ainda menor realmente comparecendo. No caso do "GRANDE ATO 12 DE JUNHO NÃO VAI TER

COPA ! (SP)²⁴", foram 211 mil convidados e 9,3 mil confirmados. Como foi relatado pelo G1 São Paulo, com informações da Polícia Militar, ao todo compareceram 730 manifestantes.

As **Hashtags** (expressões precedidas do símbolo "#", a cerquilha) são recursos que transformam termos em hiperlinks. Além de serem uma ferramenta textual, elas são uma plataforma de postagem da rede social: ao clicar em uma delas ou pesquisá-las, é possível ter acesso a uma lista contendo todas as postagens que se utilizam da *hashtag*. Desse modo, você pode realizar campanhas que compartilhem uma única *hashtag* ou encontrar posicionamentos contrários ou favoráveis ao seu dentro de uma dessas buscas.

O **Perfil pessoal** de um membro cadastrado na rede social compreende duas listas de postagens. No *feed* de notícias personalizado, surgem as atualizações de amigos e páginas curtidas, em uma ordem que segue o algoritmo do Facebook. Já a linha do tempo pode ser pública e compreende tanto publicações do usuário quanto o que ele recebe via compartilhamento direto por seus contatos. Essa forma de comunicação é mais restrita, pois os perfis podem ser liberados só a amigos e publicações podem não receber grande visualização por conta do algoritmo.

Por fim, as **Páginas** (*fanpages*, no termo original em inglês) são seções que podem ser criadas por qualquer usuário para representar marcas, pessoas, serviços, ideias ou a si mesmo. O administrador pode compartilhar qualquer conteúdo, inclusive de outras páginas, para surgir no *feed* de notícias de todos que a curtiram, além de estar disponível para conferência de quem acessá-la diretamente. Assim como no caso dos perfis pessoais, outros usuários podem realizar postagens nas páginas, normalmente buscando uma interação direta com o administrador e chamar a atenção do público para algum conteúdo.

O Facebook oferece às páginas um sistema de anúncio em que, sob o pagamento de uma quantia em dinheiro, certas postagens selecionadas ganhem visibilidade até mesmo entre quem não as curtiu, na forma de publicação patrocinada. Entretanto, por envolver uma verba que mobilizações podem não ter (ou utilizarem para outros recursos), tal possibilidade não é

²⁴O evento pode ser conferido em: <https://goo.gl/AVeUmC>

comum em campanhas sociais. Mais detalhes sobre as Páginas da pesquisa serão fornecidos no capítulo sobre a mobilização e durante a análise.

As Páginas foram escolhidas por serem um recurso com alta popularidade e visibilidade em relação a grupos e perfis pessoais e por mesclarem a publicação de conteúdos dos responsáveis e o espaço para comentários de qualquer usuário —com o único pré-requisito de ser cadastrado na rede social. Uma *fanpage* serve ao mesmo tempo para construir quadros de ação coletiva e reforçar a própria identidade como uma mobilização. Porém, ainda que a análise se concentre em uma das funções, a rede social deve ser vista como um todo. Como complementa Westling (2007), são poucas as funções realmente originais do Facebook, mas é a combinação delas que faz com que a plataforma seja popular.

2.4 Mobilizações no Brasil a partir de redes sociais

Carvalho (2006, p. 113) descreve a chegada da internet no Brasil com o início da década de 1980 sendo o marco zero na disseminação de computadores pessoais em casas, não só escritórios. A popularização só veio a partir de 1996 — e, antes, a comunicação era feita por redes paralelas e serviços de recados que interligavam computadores, os chamados BBS (BulletinBoard Systems). Um deles era o Alternex, que reunia entidades como ONGs, instituições de pesquisa e movimentos de áreas como meio-ambiente e direitos humanos. As funções eram restritas a correio eletrônico, acesso a uma base compartilhada de dados e teleconferências. Isso mostra que, desde 1987, atores sociais buscavam alternativas de comunicação e organização nos embriões da rede.

Cinco anos depois, a conferência da ONU Rio-92 foi o primeiro grande evento em que redes com o suporte da internet foram criadas para comunicação, acesso e compartilhamento de dados entre jornalistas, ONGs e demais membros da sociedade civil. Mesmo assim, levou tempo até que interfaces fossem simplificadas e a disponibilização de informações se tornasse acessível. Assim, as mobilizações na internet voltam a ser assunto somente anos depois, quando a técnica já está mais ao alcance de algumas parcelas da população com familiaridade a conexões e às plataformas.

Como formas de ação política online no país, PENTEADO (et al, 2011) cita alguns usos da internet brasileira na área de política no ano de 2011: acesso a portais de notícia, para fins informativos; uso de plataformas de governo eletrônico, para a prática do *accountability*, da transparência e até de participação; e participação em listas de discussões, grupos, chats, blogs de ativistas ou movimentos sociais e comunidades. Redes sociais não são citadas: a Primavera Árabe é um ponto de ignição para organização e enquadramento de movimentos sociais nesses sites — que ainda não eram tão populares no país. De acordo com o Ibope Nielsen Online²⁵, o Facebook só se tornou a rede social mais popular do Brasil em 2011, após ultrapassar o Orkut. O serviço da Google, que foi desativado em 2014, possuía uma estrutura bastante diferente: debates e interações eram organizados em tópicos criados em comunidades. Perfis pessoais possuíam um mural de recados e contavam com uma caixa de texto para a descrição de cada usuário.

Desse modo, no período anterior a 2011²⁶, o emprego da internet e de suas ferramentas é descrito por Penteado como limitado e pouco criativo, tendo como característica principal a replicação de atos já existentes no presencial. No campo de estudos da Comunicação, a área da internet é mais explorada na e-democracia ou governos eletrônicos e nas campanhas eleitorais. Prudencio (2014) nota que o ativismo digital emplaca em menor nível grandes causas contínuas de movimentos sociais. O mais comum é a figura da micromobilização²⁷, que se traduz em campanhas específicas que mobilizam

²⁵ De acordo com o Ibope (2011), o Facebook acumulava 30,9 milhões de usuários únicos no país, o que correspondia a 68,2% dos brasileiros com acesso à internet. No mesmo período, o Orkut registrou 29 milhões de usuários únicos (64% dos brasileiros com acesso). O Twitter registrou 14,2 milhões de usuários (31,3%). No segundo trimestre, o Brasil já tinha 77,8 milhões de usuários da internet. O Facebook não perdeu a primeira colocação após a conquista, mantendo larga distância. Três anos depois, o Orkut foi desativado.

²⁶ São poucos os casos estudados antes desse período. Maya, Doimo e Maia (2003) citam um exemplo de "guerrilha eletrônica ou digital" ocorrida em 1996, quando o advogado de Gilson Nogueira, do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), foi assassinado. O movimento se organizou em uma rede já existentes, a chamada DH Net, e enviou a agências de notícias e instituições de direitos humanos as informações relacionadas ao crime que não eram transmitidas pelos veículos tradicionais de comunicação. Desse modo, a tal guerrilha, uma espécie de embrião da mobilização política nas redes sociais, "articula diferentes grupos e indivíduos para lutar contra as injustiças sociais e as violações aos direitos humanos" (p. 79-80).

²⁷ O termo já existia antes da utilização por Benford e Snow (1986), mas foram os pesquisadores que cunharam um significado mais completo e preciso a respeito desses processos. Trata-se de um conjunto de práticas empregadas por atores sociais para mobilizar influências de outros grupos em busca de um interesse comum, algo que pode envolver ativismo ou participação e a busca pelo chamado alinhamento de quadros — o

quadros de atores coletivos ou individuais e buscam gerar influência.

Bastante interligados ao “Não Vai Ter Copa”, os protestos que ocorreram no Brasil em 2013 são temas recorrentes em pesquisas a respeito do ativismo no país pela internet. As manifestações envolveram grande quantidade de participantes tanto no repertório de ação coletiva presencial quanto no online. Mendonça e Ercan (2015) descrevem este e outros protestos contemporâneos como descentralizadores em organização e horizontais em termos de hierarquia ou divisão de poderes. No caso das campanhas na internet, a mobilização possui várias características peculiares.

Henriques (2014), por exemplo, aponta uma ocorrência curiosa que causou uma espécie de ciclo de retroalimentação entre as plataformas de comunicação. As informações e os materiais postados em redes sociais eram, em sua maioria, originados do que acontecia nas ruas. E esse conteúdo era posteriormente aproveitado também pela chamada mídia tradicional, que passa a acompanhar o movimento mais de perto, dedicando mais tempo e recursos à cobertura. Peruzzo (2013) comenta que a primeira reação do governo e dos meios de comunicação aos protestos do MPL foi justamente a desqualificação das demandas e da campanha em si, algo que só inflamou ainda mais os ânimos dos participantes. Ao analisar a popularidade de termos como "protesto", "corrupção" e "passe livre" nos sites de busca durante os dias da manifestação iniciada pelo Movimento Passe Livre, Perez e Mottinha (2013, p. 205) notam um comportamento peculiar da sociedade brasileira em meio a protestos de grande porte. No caso do Brasil, “o cidadão comum é desinteressado dos assuntos políticos técnicos, mas é altamente engajado nos assuntos sociais comuns”. Desse modo, a conclusão é que há exceções, mas cabem a usuários com maior engajamento nos temas ou diretamente relacionados aos protestos o papel de falar — ou iniciar uma fala — sobre os tais assuntos políticos técnicos.

Dessa forma, a importância da rede social é ser um meio político usado para apresentar, fortalecer e divulgar uma identidade. O site opera em conjunto com outras plataformas online e com os repertórios de ação coletiva presenciais. No caso do MPL, isso aconteceu: as redes sociais ajudaram a

“aglutinar interesses díspares com um objetivo comum, mesmo que vagamente coeso e sem contornos políticos claros” (ALDÉ e SANTOS, 2014, p. 5). No entanto, o principal elemento da mobilização consistia nas passeatas que levaram milhares às ruas e efetivamente conquistaram o objetivo, cancelando o aumento nas passagens de ônibus em várias capitais — muitas vezes organizadas também via internet. Na análise do “Não Vai Ter Copa”, deve ser possível detectar se o papel da rede social confirma o uso citado por esses pesquisadores.

A função atribuída por Marichal ao Facebook pode ser exemplificada e acrescida de outras possibilidades de uso das redes sociais, atuando como

canais de informação, em ambientes comunicacionais, em pontos de encontro, enfim, em redes e, às vezes, até em comunidades, que facilitaram os relacionamentos (...), a articulação entre as pessoas e as ações conjugadas (...) Claro que servem ainda de arena de debate, de difusão, acesso e troca de informação (PERUZZO, 2013, p. 79).

Neste capítulo, foi discutido o uso da internet para mobilização política, fazendo o uso de redes sociais para organizar ideias, disseminar opiniões e convocar protestos online ou presenciais. As plataformas como o Facebook, priorizado na discussão por ser o espaço do objeto desta pesquisa, são vistas não como algo infalível, mas como uma ferramenta importante para organização de ideias e repertórios e divulgação de valores para a sociedade.

3. QUEM GRITA “NÃO VAI TER COPA”? COMPREENDENDO PROTESTOS E DEMANDAS

Após definir as bases teóricas da mobilização política e do ativismo na internet em capítulos anteriores, este segmento explica o surgimento das mobilizações do “Não Vai Ter Copa”, desde as suas raízes nos protestos online e presenciais de junho de 2013 no Brasil. O capítulo busca também a listagem de discussões levantadas pela campanha, quem são os principais organizadores envolvidos e quais as demandas levantadas segundo os próprios manifestantes.

Embora possua um caráter predominantemente descritivo, exceto em paralelos traçados com a MP para auxiliar na explicação de determinadas características do “Não Vai Ter Copa”, o capítulo é essencial para a compreensão do estudo. Ainda durante a pesquisa inicial, ao agrupar páginas no Facebook relacionadas à mobilização, foi identificada a falta de organização e agrupamento de informações relativas aos movimentos contrários à Copa do Mundo de 2014, dificultando a criação de um histórico sobre a evolução dessa campanha. Isso indica não só a ausência de estudos focados estritamente na articulação do movimento como objeto de pesquisa, mas também a baixa preocupação da campanha em manter uma concentração de informações online. As páginas do Facebook não possuem informações cronológicas o suficiente, enquanto os sites dos comitês, embora mais completos, sejam fragmentados por região (exceto no caso do Portal Popular da Copa, insuficiente para uma visão geral da mobilização). A presença de vários núcleos diferentes – e, aparentemente, sem grande comunicação entre si além de poucos compartilhamentos mútuos – também é notada. Várias das páginas descritas a seguir possuem conteúdos similares (às vezes compartilhadas de outros perfis), assim como certa coincidência no número de curtidas e até na data de origem.

De qualquer modo, realizar a descrição da origem e do andamento do “Não Vai Ter Copa” não é só um ponto de partida para o presente trabalho, já que a partir dela é possível traçar o desenvolvimento dos quadros interpretativos, mas também uma contribuição para futuras pesquisas da

campanha, sanando uma eventual dificuldade na busca por informações. Para Tarrow (2009), a estrutura de mobilização de movimentos sociais, coletivos e ativistas que se unem em torno de uma causa ou reivindicação em comum deve ser organizada e flexível, para ser funcional e garantir a própria importância para outros elementos em jogo: a mídia, capaz de divulgar o repertório e agendas os quadros interpretativos, e a sociedade, que deve receber esses quadros e adotá-los ou não, com a possibilidade de solidarizar-se ou até mesmo integrar-se à causa.

Essa estrutura é a responsável por manter os diálogos abertos entre opositores e aliados, realizar conexões internas entre líderes e seguidores e integrar as redes sociais online ou presenciais do movimento. A base da organização de uma mobilização é que, ainda segundo Tarrow (2009), possibilita ações coletivas mais rápidas e com um maior número de adeptos comprometidos. Portanto, é essencial compreender o contexto e as demandas para posteriormente catalogar os enquadramentos do conflito. Com o objetivo de compreender as bases formadoras, as motivações e as conexões presentes nos coletivos, movimentos, ativistas individuais, ONGs e outras instituições que em algum momento participaram dos protestos contra a realização da Copa do Mundo, a seguir serão apontadas as origens e a descrição dos grupos mobilizados que fazem parte do universo de estudo da pesquisa, assim como os principais fatos envolvendo tais agentes durante os protestos.

3.1 A criação e incorporação do “Não Vai Ter Copa”

Escolhido por grande parte dos manifestantes, pela imprensa e também por este estudo como um nome em comum que caracteriza os protestos, o grito “Não Vai Ter Copa” é uma expressão nascida no ciclo de confrontos de junho de 2013 no Brasil, que culminou com a ida às ruas da população de várias cidades brasileiras sob diversas bandeiras, como as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus (estas em maioria e que motivaram as passeatas, normalmente encabeçadas pelo MPL), contra a aprovação da PEC 37 e contra a presença do deputado Marco Feliciano na Comissão dos Direitos Humanos. É neste período que se intensifica o processo de mobilização de quadros da campanha, que procura explicar demandas e

contexto à sociedade e conquistar o maior número possível de adeptos, simpatizantes ou novos membros aos movimentos.

O “Não Vai Ter Copa” torna-se a partir de junho de 2013 não só o nome de atos, a *hashtag* central e o grito mais popular dos setores insatisfeitos com o evento, mas também o principal *slogan* dos protestos contra o mundial. A adoção da expressão como repertório de ação coletiva e a união com outras pautas de confronto político são previstas em protestos por Tarrow (2009). Segundo o autor, organizações populares superam a fraqueza ao se aliarem a causas e concepções similares para fortalecer a base dispersa e pouco numérica.

Ao analisar o enunciado "Não Vai Ter Copa" como uma fórmula da língua portuguesa, Macedo (2014, p. 415) cita que a união entre adjunto adverbial, locução verbal e substantivo foi adotada por ser um discurso que remete a mudanças políticas e sociais. Por conta dos significados variados — impedimento do torneio ou reivindicação de direitos —, os manifestantes “têm diversas percepções do enunciado e protestam motivados por discursos e reivindicações diferentes, mas estão escritos em uma mesma dimensão discursiva”. Ou seja, mesmo com focos diversos, há convergência na insatisfação. Segundo Macedo, por conter uma opinião direta, ele é chamativo e levanta polêmica, gerando discussão acerca do tema. Além disso, a autora aponta o termo como “produtivo” durante as manifestações entre junho de 2013 e junho de 2014, inclusive gerando derivados —irônicos, como o "Vai Ter Copa", ou diretamente ligados à crítica, como "Não Vai Ter Liberdade", sobre as repressões. Maringoni (2014) nota como ela é quase uma progressão natural de outros gritos populares, como "Tarifa zero" ou "Não vai ter aumento".

Em julho de 2013, o Brasil ainda foi palco da Copa das Confederações, um torneio de futebol que reúne os campeões continentais dos últimos três anos, além da última seleção a vencer a Copa do Mundo e a representante da sede do torneio seguinte. Com o ciclo de protestos em alta, várias manifestações antes e durante as partidas marcaram os jogos, realizados em estádios prontos para a Copa do Mundo. Os autores que estudaram esse período (ALDÉ e SANTOS, 2014; DAMO, 2014; GORITO, 2014 e ROMÃO, 2014) concordam ao considerar junho e julho de 2013 como o ápice dos protestos, reconhecem o alto potencial das manifestações e a

possibilidade de que protestos do mesmo porte se repitam durante o megaevento do ano seguinte. Antes e durante o torneio, manifestantes no contorno dos estádios (sem ultrapassar o policiamento e a barreira formada por seguranças imposta pela FIFA) deixaram o futebol de lado para protestar.

A adesão popular ainda fez com que os grupos mobilizados que lutavam por pautas específicas fossem suplantados pelas reivindicações mais generalizantes. Desse modo,

(...) esses coletivos foram engolfados por uma marcha multiforme que ostentava as mais variadas pautas e comportamentos, embora tivesse adquirido, repentinamente, uma tonalidade verde e amarela, com discursos moralizantes, por vezes avessos e noutras agressivos em relação às instituições políticas tradicionais (DAMO, 2014, p. 3).

Os estudos que priorizam os protestos de junho e julho de 2013 notam ainda que as manifestações possuíam algumas características em comum, como “base organizada (...); manifestações com motivo local, mas expressão nacional; organização potencializada pelo uso das redes sociais na internet; e pouquíssima relação com partidos políticos” (ROMÃO, 2013, p. 156), indo ao encontro do conceito de estrutura de mobilização de Tarrow. A ida às ruas, entretanto, parece ter desestabilizado essas bases de organização, já sem o devido controle de todos os participantes por parte das articulações e comitês e com uma adesão popular que empolga à primeira vista, porém não pode ser garantida até o final dos protestos. Tarrow (2009) alega que o déficit de capital social na modernidade e a dificuldade em garantir tempo hábil e periódico a ser dedicado às manifestações são alguns dos problemas enfrentados pelas estruturas de mobilização dos movimentos sociais modernos. Além disso, faltam recursos e comprometimento por parte da população — que pode aderir a uma causa em certo momento, porém não a seguir durante todo o percurso de lutas ou abandoná-la por considerar outras prioridades fora das mobilizações.

Outras falhas foram identificadas por Aldé e Santos (2014). Segundo a análise dos autores, que estudaram as estratégias adotadas pelos manifestantes, o que eles chamam de redes policêntricas causam instabilidade na organização por segmentação devido a discordâncias com relação a métodos violentos, às clivagens preexistentes, competição interna, o poder

pessoal e divergências ideológicas. Aliada a isso, está a baixa interligação entre as convocações para eventos no Facebook e a presença de black blocs, os manifestantes mais dispostos à violência e à destruição de patrimônio público e privado como repertório de confronto político – algo que causa divergências entre os próprios manifestantes. Os *black blocs* também aparecem nas palavras de autoridades, policiais e políticos como os grandes vilões dos protestos e motivadores das respostas truculentas por parte dos agentes militares.

Ainda assim, o ciclo de protestos poderia continuar no ápice até a Copa do Mundo ou se renovar e voltar com força total durante o evento. Nisso acreditava Romão (2013, p. 153), que cita a possibilidade de reedição dos protestos no ano seguinte e na perpetuação dos símbolos dessa jornada ao afirmar que “seu espectro permanecerá para sempre a atormentar governantes de plantão e os comandos policiais”. Ao estudar os protestos durante a Copa das Confederações, Gorito (2014, p. 354) fala em duas hipóteses: “a de que o futebol já não ocupa o mesmo espaço em nossa nação e/ou a de amadurecimento político do povo brasileiro”. Enquanto a segunda alegação é difícil de ser medida, a primeira poderia ser avaliada pelo interesse do brasileiro nos jogos do torneio. Ambas podem ser consideradas puramente especulativas.

Outro aspecto interessante de ser estudado em relação ao “Não Vai Ter Copa” é o significado da expressão. Quando o grito foi incorporado aos protestos, a ideia era literal: fazer com que a ida às ruas e outras manifestações populares atrapalhassem a organização do torneio, impossibilitassem certas cerimônias e prejudicassem a realização da Copa do Mundo. Em último caso, para manifestantes mais utópicos, o Brasil poderia até mesmo deixar de ser a sede do torneio, caso a FIFA chegasse à conclusão de que a situação no país era imprópria para receber jogadores e turistas ou o próprio governo desistisse oficialmente de receber a competição. Isso porque o Comitê Organizador Local (COL) deve manter a ordem e a segurança durante os jogos, prevenindo surtos de violência²⁸ e garantindo o efetivo policial, o bloqueio de ruas no entorno dos estádios em horários de jogo e que tais

²⁸ Relatório disponível completo em: <http://goo.gl/Q4PCVt>

campos sejam entregues no prazo e de acordo com as normas do órgão realizador do torneio.

A esperança de mudança de sede pode parecer distante, mas não se trata de uma situação inédita. Situação similar ocorreu na Copa do Mundo de 1986: pela votação da FIFA, a Colômbia foi definida como sede em 1974. Em 1982, o presidente em exercício, Belisario Betancur, rejeitou o envolvimento do país e recusou-se a participar da organização. "Aqui no país, temos muitas coisas a fazer e não há tempo para atender às extravagâncias da FIFA e de seus sócios. O mundial deveria servir à Colômbia, e não a Colômbia à multinacional do mundial" (ESCORCIA, 1982). Naquele momento, o presidente decidiu-se também com base nos atrasos das obras e nos gastos a serem realizados.

Imediatamente, a FIFA ofereceu a sede a outros países. O Brasil foi um deles: o presidente da CBF, Giulite Coutinho, enviou a candidatura, prontamente aceita pela FIFA. Porém, o país estava sob a ditadura militar de João Baptista Figueiredo, que rejeitou a realização do mundial citando a situação econômica delicada do país²⁹. O México foi o último recurso: o país candidatou-se mesmo já tendo sediado o mundial de 1970. Ao contrário de Estados Unidos e Canadá, que também disputaram a vaga, o país latino já contava com estádios nas normas da FIFA, oriundos do torneio anterior, e restavam poucas adequações que poderiam ser feitas em três anos, até começarem os jogos.

Ainda assim, nem todos os segmentos pregam a necessidade de impedir a realização do torneio. Alguns objetivam primeiramente as denúncias e a fiscalização antes, durante e depois da organização da Copa do Mundo. Isso é exemplificado em entrevistas concedidas durante o período de manifestações.

O lema 'Não vai ter Copa' veio das ruas, das manifestações, não foi imposto por nenhum grupo político. A gente claro que aceita. Não temos a pretensão de ser vanguarda ou monopolizar a resistência à Copa. Mas no entendimento que a gente tem discutido bastante, o 'Não Vai Ter Copa' é muito mais uma palavra de ordem do que um objetivo concreto. Dentre os nossos objetivos não está não acontecer a Copa. Temos objetivos concretos, como reparações às vítimas da Copa (MATTAR, 2014).

²⁹ Disponível em: <http://goo.gl/wZgWr4>

Desse modo, o “Não Vai Ter Copa” passa a abarcar significados diversos, desde os manifestantes que desejam impedir o evento até aqueles que enxergam no nome a presença de conflito e as desigualdades, não uma palavra de ordem — leituras mais políticas e até poéticas dos movimentos.

Ao dizer que não vai haver Copa do Mundo, o que se está a afirmar é que não haverá consenso nacional algum (...) mesmo que no dia 13 de julho o capitão do time campeão erga bem alto a taça diante das câmeras de TV do mundo inteiro. O que teremos, afinal, não será aquela Copa do Mundo da montanha mágica da Fifa em seu paraíso fiscal da Suíça, mas a irrupção à cena pública das contradições e disputas que constituem a nossa sociedade até o carço, além de um chamamento em grande estilo aos povos do mundo para que se revoltam contra essa mais nova modalidade de controle ideológico capitalista, que é o circo sem pão. (TOMAZINE, 2014b).

Maringoni (2014) é autor de um texto opinativo em que sugere que slogans menos imperativos e passíveis de falhas fossem adotados, como o "Copa pra quem?". Segundo ele, "em havendo Copa, a população pregará os olhos nas TVs e na internet para torcer entusiasticamente. A turma do "Não vai ter Copa" acabará por falar sozinha". Protestos contra o mundial não devem ser feitos, então? Ao contrário! O descontentamento popular tem razão de ser".

3.2 As vozes da rede: os focos do “Não Vai Ter Copa” na internet

Juntamente a blogs especializados e o Twitter, o Facebook foi um dos principais palcos online de atuação do “Não Vai Ter Copa”. Várias páginas foram criadas ao longo do tempo para concentrar pessoas interessadas nos protestos — predominantemente favoráveis — e compartilhar conteúdos como denúncias, vídeos, notícias, eventos e outras informações relacionadas. Algumas delas continuam atuantes após o torneio e concentram um alto número de “curtidas” (ou seja, usuários que acompanham as atualizações). A partir do acesso aos respectivos endereços no Facebook, é possível ter uma ideia da dimensão e do direcionamento ideológico desses manifestantes. Primeiramente, as *fanpages* pesquisadas no site pelo termo “Não Vai Ter Copa” foram filtradas com base em popularidade, relevância nas pesquisas da plataforma e número de “curtidas”, quantidade de usuários que recebem as atualizações e postagens em seus *feeds* de notícias. Em seguida,

para traçar o panorama da mobilização na rede social, foi selecionado um menor número de páginas que correspondiam aos diferentes segmentos da mobilização: uma delas corresponde ao movimento pioneiro, duas foram criadas espontaneamente por membros insatisfeitos da sociedade que não fazem necessariamente parte de movimentos sociais e a quarta corresponde a um coletivo criado especificamente sobre a reivindicação de direitos (Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa).

A análise mais aprofundada das postagens a ser realizada tem como base a mobilização de quadros e será explicitada na metodologia desta pesquisa.

3.2.1 As páginas do Não Vai Ter Copa no Facebook

A página **NÃO VAI TER COPA**³⁰ foi criada em 30 de setembro de 2013, três meses depois da Copa das Confederações e das manifestações subsequentes. Ela possui 4.247 curtidas até novembro de 2015. O nome está em caixa alta na rede social³¹ e a foto do perfil (FIGURA 4) exibe um manifestante mascarado com uma balaclava e com o dedo apontado para o usuário, enquanto a capa da página mostra um confronto com a polícia e o slogan “Até que você acorde, nós lutaremos por você”, indicando que aqueles são os representantes de uma sociedade ainda adormecida para o confronto. O teor das postagens varia, mas a grande maioria é composta por imagens, de montagens a charges. Pela falta de créditos concedidos no conteúdo, não é possível saber se elas são de autoria dos próprios responsáveis ou se foram compartilhadas de outras páginas.

³⁰Página disponível em: <https://goo.gl/8KCzBo>

³¹Em 2 de janeiro de 2016, a página mudou o nome e a identidade visual, passando a se chamar Nova Revolução Brasileira. Por este motivo, algumas capturas de tela relativas ao perfil já aparecem com a nova nomenclatura. O conteúdo postado anteriormente foi preservado.



FIGURA 4 – Perfil e capa de “NÃO VAI TER COPA”
Fonte: Facebook

A página **Contra Copa 2014** possui 24.138 seguidores em novembro de 2015 e foi criada em 9 de novembro de 2013, um período já posterior aos protestos de junho daquele ano. Além de ser o endereço com mais “curtidas” e não contar com “Não Vai Ter Copa” na composição do nome, ela é também a mais influente e ativa — tanto na frequência de postagens, que acontecem até hoje, quanto na interação dos usuários, com o maior número de curtidas, compartilhamentos e comentários em fotos, textos e convites postados. A página também é a principal responsável pela organização dos eventos no Facebook que convidam a todos para algumas das principais passeatas do “Não Vai Ter Copa”. Como é possível notar (FIGURA 5), tanto a imagem de perfil quanto a de capa são ilustrações com uma identidade gráfica personalizada que simula rabiscos. O slogan “Não Vai Ter Copa” é identificado.



FIGURA 5 – Perfil e capa de “Contra Copa 2014”
Fonte: Facebook

O coletivo **Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa**³² é um dos grupos organizados mais presentes na militância online contra a Copa do Mundo. A página dos manifestantes (FIGURA 6) foi criada no Facebook em 24 de janeiro de 2014 e, até maio de 2015, acumula 5.443 curtidas.



FIGURA 6 – Perfil e capa de “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa”
Fonte: Facebook

A imagem de capa foi trocada algumas vezes no decorrer de 2014 e já incluiu duas fotos tiradas durante passeatas de rua. Atualmente, ela exhibe uma foto com os dizeres “Fim de jogo para Blatter” em inglês. Ela diz respeito a recentes investigações contra escândalos de corrupção na FIFA, culminando no afastamento seguido de renúncia do presidente na época da Copa do Mundo de 2014, o suíço Joseph Blatter³³. Já a foto de perfil é a arte oficial do coletivo.

O “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa” nasceu no final de 2013 e se define, de acordo com um de seus membros, como uma comunidade aberta, horizontal e para coletivos (MELLIS, 2014). A primeira ação do grupo foi a divulgação de um manifesto de mesmo nome na internet, revelado na simbólica data de 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No documento, consta que o movimento tem como objetivo primordial “explicar o papel do levante popular, mostrar que a única opção do povo brasileiro que vive neste Estado autoritário que é opressor é a negociação coletiva através da revolta” (FÓRUM POPULAR DA SAÚDE, 2013), deixando claro que é a favor

³²Disponível em: <https://goo.gl/1E1cZl>.

³³O jornal norte-americano The New York Times produziu uma reportagem completa sobre "a ascensão e queda" do presidente da FIFA. Disponível em: <http://goo.gl/VaDrxZ>

de barrar o evento em nome da sociedade brasileira. O coletivo tornou-se um dos responsáveis pela organização e mobilização de atos online e presenciais no país. O próprio nome virou um dos lemas do conflito, diretamente relacionado com reivindicações e praticamente uma versão estendida do slogan “Não Vai Ter Copa” original.

O conceito é usado no sentido de popularização do grito e capacidade de levá-lo à agenda pública de maior alcance, em vez de permanecer somente sob as bandeiras de coletivos e comitês específicos. Entretanto, as campanhas de denúncias e reivindicações foram iniciadas anos antes, a partir de grupos organizados e regionalizados que agrupavam pautas polêmicas sobre a realização do torneio. É um dos objetivos desta pesquisa observar se os quadros mobilizados no período se alteraram e, se possível, notar se eles foram mais efetivos ou não para a campanha.

Por fim, há a página da **Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP)**. A página do ANCOP no Facebook segue uma estrutura visual simples feita a partir de duas ilustrações personalizadas. A foto de perfil (FIGURA 7) é um símbolo que lembra o troféu da Copa do Mundo de 2014, mas com casas representando a luta por moradia.



FIGURA 7 – Perfil e capa da ANCOP
Fonte: Facebook

Estrelas indicam os comitês presentes nas cidades. A foto de capa é uma montagem que traz crianças em uma zona carente não identificada, além de uma chamada para o documento de denúncia da ANCOP, o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. As ilustrações

evocam patriotismo ao usarem o verde e o amarelo da bandeira brasileira. Estrutura e histórico desse movimento são detalhados a seguir.

3.3 Os Comitês Populares da Copa: pioneirismo nos protestos contra o megaevento

A mais bem estruturada forma de monitoramento e protesto relacionada à Copa do Mundo de 2014 existe na forma dos Comitês Populares da Copa, presentes tanto nas campanhas presenciais quanto na mobilização feita na internet (incluindo no Facebook, já que eles são uma das páginas componentes da pesquisa). Unidos na chamada Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), eles podem ser considerados a primeira voz crítica organizada contra a realização do evento, com trabalhos de mobilização realizados de uma forma mais assertiva que qualquer outro grupo, movimento ou coletivo ainda no despertar dos protestos — e, se não é possível confirmar que eles são os pioneiros cronologicamente, é preciso afirmar que os comitês são os de maior importância no período inicial.

Fundados de forma espontânea ou tomando como exemplo os grupos de outros setores do país, os comitês são entidades não governamentais formadas por “uma ampla rede de organizações sociais e movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas para monitorar as intervenções públicas e privadas” (PORTAL POPULAR DA COPA, 2011). Esses grupos são os responsáveis por reunir denúncias recebidas por quem milita contra o torneio ou foi atingido por algum de seus impactos, enviar as reivindicações ao poder público, chamar a atenção da mídia, organizar protestos online ou presenciais e representar o descontentamento de setores da sociedade com a realização do evento no Brasil.

É incerta a data de início das articulações entre os comitês populares. No texto “Manifeste: Que outras vitórias queremos para o Brasil?”³⁴, escrito pela ANCOP, consta que as lutas contra as violações da Copa do Mundo no país acontecem desde 2010. Em outra nota postada na mesma

³⁴ Texto na íntegra disponível em: <http://goo.gl/SXP2r4>

página³⁵ e referente ao mesmo documento, porém publicada em outra data, há a informação de que a ANCOP atua desde 2009. Nota-se, entretanto, que a segunda data é imprecisa: as primeiras organizações de comitês regionais têm seus registros iniciais em 2010, como é o caso do Rio de Janeiro, com a estrutura sendo transportada para outros estados no decorrer dos meses ou no ano seguinte. Como resultado dessa mobilização, todas as cidades que seriam palco de algum jogo do torneio também adotaram a criação de um comitê popular — além de municípios adicionais, mobilizados informalmente e sem qualquer ligação com a ANCOP, ou seja, de forma menos aguda e integrada.

Cada comitê possui uma seção própria dentro do site do Portal Popular da Copa³⁶, uma página mantida pela ANCOP que reúne textos, enquetes, arquivos multimídia, links e contatos da articulação nacional e dos comitês populares, concentrando as denúncias e reivindicações em um só domínio. Nas seções nacionais e regionais, o conteúdo priorizado é a postagem de notícias, convites para eventos e documentos ou dossiês para serem baixados ou visualizados. Ainda assim, a organização de cada cidade também possui outras formas de comunicação na internet que serão descritas posteriormente nesta pesquisa, como perfis próprios em redes sociais (Facebook e Twitter, preferencialmente), além de manterem blogs independentes ao portal.

Apesar de nascerem com pouca diferença de tempo entre si e terem seus representantes interligados pelas redes da ANCOP e pelo Portal Popular da Copa, os comitês surgiram de forma localizada e espontânea. Além da organização estrutural, a principal diferença entre eles está no discurso e nas bandeiras levantadas, já que cada cidade “reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos” (PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2014). A ANCOP apoia e fornece divulgação para os coletivos e comitês, mas não atua diretamente na organização regional. Isso significa que “cada Comitê Popular em cada cidade-sede tem independência para aderir ou não aos atos” (BARROS, 2014).

De acordo com os apontamentos de Sidney Tarrow, em vez de enfraquecer a causa e abafar os protestos por conta da dispersão de agentes,

³⁵ Texto na íntegra disponível em: <http://goo.gl/OJJeJ>

³⁶ O site pode ser visitado em: <http://goo.gl/H7fLsO>

essa forma de separação é benéfica para a mobilização — especialmente porque comitês regionais não estão exatamente separados entre si, pois há a integração por meio do portal na internet e o apoio de um órgão maior, a ANCOP. As estruturas de mobilização mais efetivas “são baseadas em unidades locais parcialmente autônomas e contextualmente enraizadas, ligadas por estruturas conectivas e coordenadas por organizações formais” (TARROW, 2009, p. 160). Essas características foram observadas no estudo de confrontos realizados na Europa do século XIX – período histórico de fortalecimento do conceito de movimentos sociais modernos e, conseqüentemente, que serve como consolidação das bases da teoria da mobilização política.

No caso do “Não Vai Ter Copa”, várias das demandas são regionais e específicas, sendo necessário exemplificar cada gasto, obra e polêmica para que haja a validação argumentativa da denúncia. Nesses casos, é preciso que os atores estejam inseridos no contexto daquele estado ou cidade, já que conhecimentos específicos são necessários para melhor compreensão do tema, além de auxiliarem na divulgação válida dos quadros interpretativos a serem enviados para os demais setores da mobilização, a mídia e a sociedade. Os governos municipal e estadual também podem ser cobrados com maior proximidade a partir de atores regionais, sem a necessidade de dividir o foco do movimento nacional — em vários casos, a verba de ambas as instituições também é destinada ao evento, especialmente nas obras de mobilidade.

Os grupos que fazem parte da articulação são os seguintes: Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas (Rio de Janeiro), Comitê Popular da Copa SP (São Paulo), Comitê Popular dos Atingidos pela Copa 2014 (Belo Horizonte), Comitê Popular da Copa 2014 Pernambuco (Recife), Comitê Popular da Copa – Brasília (Brasília), Comitê Popular da Copa 2014 Natal/RN (Natal), Comitê Popular da Copa Bahia (Salvador), Comitê Popular da Copa de Curitiba (Curitiba), Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (Porto Alegre), Comitê Popular Da Copa Fortaleza - Ceará (Fortaleza), Comitê Popular Copa 2014 - Manaus (Manaus) e Comitê Popular da Copa Cuiabá (Cuiabá). Exceto no caso do comitê de São Paulo, que possui uma seção especial no blog oficial

da campanha³⁷, não há uma especificação sobre quais são os movimentos sociais e as lideranças envolvidas. Essa falta de informações dificulta a compreensão sobre quem são os membros desses comitês.

As bandeiras defendidas são parecidas, porém regionalizadas. Todos falam no comprometimento e na participação não só de movimentos sociais e ativistas, mas também da própria comunidade atingida pelos impactos da Copa. Tal passo é citado por McAdam, Tarrow e Tilly (2009) como uma necessidade dos agentes de mobilização de afirmarem suas identidades como atores dignos, significativos e solidários – indo além da luta pela causa e das denúncias, portanto. No capítulo anterior, a questão de atores e confrontos é abordada com maior profundidade sob a ótica dos autores da Teoria da Mobilização Política.

No Rio de Janeiro, os movimentos contrários à realização da Copa do Mundo de 2014 iniciaram a articulação em 2010. A cidade é uma das sedes mais mobilizadas entre as que possuem comitês populares, por fazer parte do atual ciclo brasileiro de megaeventos: além de abrigar os Jogos Pan-americanos em 2007 e a Copa do Mundo, a cidade é a responsável pelos Jogos Olímpicos de 2016.

Seu nascimento se deu durante o Fórum Social Urbano, realizado entre 22 e 26 de março de 2010. Trata-se de uma resposta ao Fórum Social Mundial, que aconteceu quase ao mesmo tempo no Rio de Janeiro. Em vez de reunir delegações oficiais de potências mundiais, “o objetivo do Fórum Social Urbano é o de possibilitar o diálogo, a troca de experiências, a expressão da diversidade e o fortalecimento das articulações de movimentos sociais e organizações do mundo inteiro” (FÓRUM SOCIAL URBANO, 2010).

O foco do comitê é buscar “estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global para os chamados megaeventos esportivos” (COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS, 2014). Ele é formado por uma união entre movimentos sociais, ONGs, membros de universidades e atingidos por obras e leis relacionadas à Copa. Além de participar de passeatas, mobilizar a população local e coletar demandas e

³⁷ Relatório completo disponível em: <https://goo.gl/u4ktew>

denúncias, o comitê foi o responsável pelo Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil 2014, um documento inicialmente publicado em 2011, e no ano posterior atualizado com dados, casos e leituras críticas sobre várias cidades brasileiras que sediarão a Copa do Mundo. O dossiê tornou-se referência nacional no estudo dos impactos.

Já o comitê de São Paulo é resultado da III Jornada pela Moradia Digna, organizado em fevereiro 2011 para discutir a Copa do Mundo e seus impactos. Formado por 88 movimentos, coletivos, líderes populares e comunidades, ele busca “reforçar as pautas de denúncia das violações, reforçar os espaços já existentes e criar espaços de formação para a resistência qualificada e incidência nas políticas públicas” (COMITÊ POPULAR DA COPA SP, 2011). Ativamente envolvido nos protestos de rua e atos populares a partir de 2012, o comitê afirma ser aberto, horizontal e apartidário. Ele reconhece que foi formado tardiamente – quatro anos após a escolha do país como sede – devido à falta de debates públicos relacionados ao evento e, “assim que as violações aos direitos humanos e sociais da população começaram a ocorrer (...) movimentos sociais e ativistas perceberam a necessidade de uma articulação para debater e questionar o megaevento” (COMITÊ POPULAR DA COPA SP, 2011). Ainda assim, foi um dos mais presentes nas etapas finais de mobilização.

Também bastante ativo regionalmente, o comitê mineiro começou a ser pensado em 2010, mas somente no ano seguinte iniciou o contato com as comunidades atingidas de Minas Gerais. Ele se diz formado “por pessoas de diversos setores da sociedade que buscam discutir e entender os processos ativados para a realização da Copa de 2014” (COMITÊ POPULAR DOS ATINGIDOS PELA COPA 2014, 2011). O grupo é dividido em três segmentos, ou “Comissões”, cada uma com um setor de atuação: a Comissão de Mobilização e Articulação, que faz o contato com a população atingida pelo megaevento; a Comissão de Elaboração e Mapeamento, que levanta dados e realiza estudos sobre a Copa; e a Comissão de Agitação e Propaganda, responsável por divulgar o comitê e realizar contato com o governo e a imprensa.

A capital Brasília abriga o estádio mais caro de todo o torneio, o

Estádio Nacional Mané Garrincha, que precisou de R\$ 1,4 bilhão³⁸ para ficar pronto. O comitê foi uma das entidades responsáveis pela organização de protestos contrários à Copa na capital brasileira. Em vez de manter um blog ou site constantemente atualizado, como no caso das demais cidades, o comitê é mais ativo no Facebook e em um grupo de e-mails. Há poucas informações sobre a entidade em si: as atualizações no blog começaram em janeiro de 2011, mas somente com a reprodução de notícias de relevância nacional relacionadas ao torneio.

3.4 Os temas e as reivindicações do “Não Vai Ter Copa”

É possível conhecer as reivindicações das campanhas do “Não Vai Ter Copa” a partir de documentos como o dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, produzido pela ANCOP. No documento, que recebeu várias versões e foi originalmente redigido em 2011, há uma explicação sobre quais as demandas da população, as polêmicas envolvendo o torneio e os descontentamentos em relação às autoridades responsáveis pela organização do campeonato e manutenção dos espaços a serem utilizados. Segundo a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2011), o manifesto

fala de dezenas de milhares de pessoas (170 mil, segundo estimativas conservadoras), cujo direito à moradia está sendo violado ou ameaçado. (...) De milhões de cidadãos a quem o direito à informação e à participação nos processos decisórios tem sido atropelado pelas autoridades constituídas, assim como por entidades privadas (Comitê Olímpico Internacional, Comitê Olímpico Brasileiro, comitês organizadores locais dos eventos) e grandes corporações, a quem os governos vêm delegando responsabilidades públicas. (...) De desrespeito sistemático à legislação e aos direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao direito ao trabalho. (...) Do desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados a atender às necessidades da nossa população: déficit habitacional de 5.500.000 de moradias e 15.000.000 de domicílios urbanos destituídos das condições mínimas de habitabilidade (p. 6-7).

Há até um espaço para crítica ao próprio futebol: fala-se em elitização, privatização e “europeização” do futebol, alegando que a prática

³⁸ Informação divulgada pelo Ministério do Esporte em reportagem do site G1. Disponível em: <http://goo.gl/pJ1yyL>

perdera a essência de competição e popularização para se tornar algo caro, lucrativo e restrito. Decidimos por separar as demandas em tópicos, seguindo uma divisão similar ao índice do dossiê da ANCOP. Antes, entretanto, é preciso analisar a primeira grande batalha travada no conflito.

3.4.1 O primeiro conflito: a Lei Geral da Copa

A primeira grande mobilização dos grupos contrários à realização da Copa ocorreu durante a discussão da Lei nº 12.663 de 5 de junho de 2012, conhecida como Lei Geral da Copa. É importante conhecer esse episódio por dois motivos. O primeiro é que a MP pede uma contextualização detalhada para que seja possível compreender os aspectos de um cenário de conflito (TARROW, 2009). O segundo é que as críticas relacionadas a essa imposição da FIFA em parceria com o Governo Federal foram o primeiro grande episódio de protesto observado na internet, mais especificamente no site e na página do Facebook da ANCOP.

Em linhas gerais, ela inclui modificações em leis já existentes e parágrafos e artigos novos na legislação brasileira. Contém ainda uma série de medidas que entra em voga somente durante a preparação e realização de três megaeventos, além de um benefício concedido a atletas de seleções nacionais anteriormente campeãs no país. Cheia de detalhes, a lei tem como objetivo garantir o bom andamento do evento. De acordo com o documento aprovado:

Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. (BRASIL, 2012).

No caso da Copa do Mundo FIFA 2014, esse período inclui cerimônias de sorteio, abertura e encerramento, as partidas, eventuais reuniões, sessões de treino e outras atividades de divulgação das marcas relativas ao mundial. A lei engloba seções como “Da Proteção e Exploração de Direitos Comerciais”, “Dos Vistos de Entrada e Das Permissões e Trabalho”,

“Da Responsabilidade Civil”, “Da Venda de Ingressos”, “Das Condições de acesso e Permanência nos Locais Oficiais de Competição” e “Das Campanhas Sociais nas Competições”.

Entre os pontos mais polêmicos, estão a exclusividade na distribuição e venda de ingressos, as punições judiciais pela simples reprodução de símbolos da FIFA, o controle da circulação de carros e pessoas no entorno de estádios durante a realização de jogos e o monopólio comercial dos parceiros da entidade, excluindo pequenos comerciantes e empresários locais sem vínculo prévio com o mundial³⁹. Os comitês criticaram o caráter de urgência da votação imposto pela FIFA. Segundo a ANCOP, a Lei Geral da Copa não atende interesses públicos e visa a um acordo entre uma entidade privada e órgãos governamentais. Desse modo, somente

(...) que a Copa do Mundo maximize o lucro da FIFA, de seus patrocinadores e de um conjunto de corporações nacionais, ampliando o canal de repasse de verbas públicas a particulares e fortalecendo um modelo de cidade excludente, que reproduz a lógica da especulação imobiliária e do cerceamento ao espaço público”. (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012).

Segundo a interpretação da ANCOP, a Lei Geral da Copa preserva interesses privados da FIFA, garantindo várias isenções e restrições do Estado para que a Federação maximize lucros e tenha menos obstáculos constitucionais para suas demandas nas cidades. É preciso lembrar, entretanto, que ela é uma entidade privada de objetivos próprios — e que o Governo Federal concorda em assinar os termos anos antes da realização do evento.

Em outras palavras, a Lei Geral da Copa é uma espécie de “carta branca” ou autorização dos governos dos países-sede para que a FIFA tenha plenas liberdades de organização do evento no país. Sem ela, a entidade costuma dificultar negociações e apresentar mais exigências nas obras de estádios e infraestrutura. Ainda assim, há meios de contorná-la. De acordo com

³⁹ Mais especificamente, o Art. 11 da Lei Geral da Copa objetiva "(...) assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso" (BRASIL, 2012).

a BBC, a Alemanha recusou-se a aprovar uma Lei Geral da Copa em 2006, alegando que a legislação nacional já era suficiente para cobrir todas as exigências da FIFA. Por outro lado, a África do Sul, em 2010, aprovou a Lei Geral da Copa cinco anos antes do torneio (ver CARNEIRO, PUFF, 2012).

Por conta da rigidez das imposições da FIFA às cidades-sede, a Lei Geral da Copa foi acusada de ser inconstitucional. A ANCOP publicou cartas abertas direcionadas ao Senado enquanto o conjunto de normas estava em pauta nas sessões⁴⁰ e, posteriormente, uma nota de repúdio⁴¹ à aprovação do projeto. Além disso, a denúncia feita pela Procuradoria Geral da República foi julgada como improcedente pelo Supremo Tribunal Federal dois meses antes do torneio e permaneceu em vigor (ver BRASIL, 2014). Os tópicos mais polêmicos e criticados pela Procuradoria incluíam isenção de despesas judiciais e impostos por parte da FIFA, responsabilidade da União por eventuais danos e a necessidade de disponibilizar segurança, serviços médicos e de imigração.

A Lei Geral da Copa e os temas nela presentes foram importantes para a organização dos enquadramentos e argumentos do “Não Vai Ter Copa”. Ao apresentar as solicitações da FIFA em tópicos, a lei também explicita as maiores demandas dos Comitês Populares e dos demais coletivos e movimentos que atuam na campanha. É verdade que a lei não engloba todo o espectro de reivindicações do “Não Vai Ter Copa”, mas ajuda a direcionar alguns dos esforços e catalogar determinados problemas da realização do torneio no país.

As seguintes reivindicações relacionadas à mobilização seguem a classificação do dossiê Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil.

3.4.2 Moradia e transporte

A questão de moradia tem a ver com a alteração do espaço público para a realização de obras do torneio – especialmente os estádios e o entorno das arenas, que precisam não só atender às normas da FIFA, mas

⁴⁰ Texto completo disponível em: <http://goo.gl/4nlxjG>

⁴¹ É possível conferir a nota completa em: <http://goo.gl/zHJR4O>

também respeitar um projeto que normalmente envolve ambições por parte das construtoras e clubes responsáveis. Schimmel (2013, p. 56) aponta que as mudanças realizadas em um espaço urbano durante a construção de arenas esportivas, incluindo estádios e outras instalações, têm como característica serem extremamente dispendiosas e renovarem em larga escala o espaço ao redor. No caso das obras, “os planos de desenvolvimento urbano se concentram no projeto específico que utiliza mais espaço, alavanca mais financiamento público e altera a paisagem talvez mais do que qualquer outro projeto de desenvolvimento”. O dossiê dos megaeventos caracteriza a questão como uma consequência de “grandes projetos urbanos com extraordinários impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais” (ANCOP, 2012, p. 14).

Um dos aspectos é a remoção forçada e em massa de moradores. Alguns desses habitantes têm moradia regulamentada e, nesses casos, prefeituras e governos estaduais e federal não agem corretamente no reassentamento e pagamento de indenização aos prejudicados. Além disso, em algumas das cidades-sede, ocorre a demolição de casas sem aviso prévio de longo prazo e a posse de ocupações – muitas delas não exatamente legalizadas – e comunidades que haviam se estabelecido nas proximidades de locais que mais tarde foram escolhidos para abrigar as arenas ou no entorno dos estádios a serem reformados. Nestes casos de desapropriação e remoção, o dossiê denuncia que um dos argumentos é o não comprovado risco ambiental e estrutural no local. Isso confere autoridade legal e fundamentada, apesar de contestável, para que ocorra a remoção.

No caso da expansão e reforma da Arena da Baixada e seu entorno, em Curitiba, 16 imóveis foram demolidos para uso de território. A negociação dos moradores com a Prefeitura de Curitiba transcorreu normalmente⁴², mas a simples necessidade de desapropriação de terrenos para o uso do futebol já é considerado incorreto pelos movimentos. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)⁴³ participou mais especificamente das campanhas relacionadas à moradia, reivindicando

⁴² Reportagem completa disponível em: <http://goo.gl/JFkNdw>

⁴³ Ocupações como a Copa do Povo, em São Paulo, resultaram em negociações entre o MTST e a presidenta Dilma Rousseff, que passou a responsabilidade dos contratos e projetos futuros para o Ministério das Cidades.

projetos habitacionais e ocupando áreas próximas a estádios como protesto. Especialmente em São Paulo, os grupos realizavam passeatas, bloqueavam ruas e erguiam bandeiras e cartazes com as demandas. Um dos lemas escolhidos foi “Copa sem povo, tô na rua de novo”, reforçando a falta de participação popular nas decisões do torneio (G1 SÃO PAULO, 2014).

Já as demandas que dizem respeito à mobilidade urbana estão diretamente relacionadas com a questão de moradia, pois também dizem respeito ao uso do espaço durante e após o evento. Neste caso, o sistema de transporte público “privilegia de maneira recorrente trajetos e corredores que atendem ou atenderão a determinados parcelas já privilegiadas da população, negando a outras amplas parcelas o direito à mobilidade, principalmente em seu trajeto casa-trabalho-casa” (ANCOP, 2012, p. 79). As acusações citam que as obras não atenderam demandas constantes da população, priorizando, por exemplo, a ligação do aeroporto com o estádio e outros pontos movimentados e turísticos da cidade, com interesse puramente comercial e de curto prazo, especificamente para a Copa do Mundo. Áreas nobres receberam obras de asfaltamento, maior circulação de ônibus ou novos planos para o metrô.

3.4.3 Emprego e comércio

As principais demandas relativas a emprego envolvem a possibilidade da oferta de vagas na construção e reforma de obras da Copa. A realização de um megaevento envolve uma alta quantidade de alterações no espaço público (e até privado), o que pode resultar na necessidade por mão de obra. O que o dossiê e outras denúncias relatam, entretanto, é a desvalorização do trabalhador e uma oferta reduzida em relação ao esperado. No geral, observa-se a presença de “operários empregados e subempregados nas grandes obras, como estádios e rodovias, (...) um padrão de crescente precarização, conduzido por empresas e consórcios contratantes – sob a omissão dos órgãos fiscalizadores – e pelo próprio Estado” (ANCOP, 2011).

O não cumprimento dos prazos, especialmente no caso dos estádios, resultou em condições precárias de trabalho, além de “atropelos legais, aportes adicionais de recursos públicos, irregularidades nos processos de licenciamento de obras e inconsistência e incompletude de alguns projetos”

(IDEM, 2011). A violação dos direitos dos trabalhadores foi evidenciada por conta de uma série de greves em diversas cidades-sede, assim como repressão e intimidação nas paralisações por parte das autoridades responsáveis pelas obras. Na Arena da Baixada, em Curitiba, trabalhadores do setor elétrico paralisaram as atividades por conta do não pagamento de salários, enquanto funcionários contratados para a construção do estádio com as obras mais atrasadas do torneio — a Arena das Dunas, em Natal — ficaram dez dias parados (BRUM, 2014 e GLOBOESPORTE.COM, 2012).

Os acontecimentos mais impactantes foram as mortes de operários que trabalhavam nas obras dos estádios. Ao todo, foram oito óbitos registrados⁴⁴ e duas mortes em arenas em construção que não foram selecionadas para o mundial⁴⁵. Os acidentes se tornaram um dos mais recorrentes temas de gritos e postagens do “Não Vai Ter Copa” com a proximidade do evento. Por fim, há a questão dos estabelecimentos comerciais impedidos de funcionar no entorno (organização é exclusividade da FIFA nos locais, nas imediações e nas vias) e a restrição a trabalhadores informais de comercializarem objetos e serviços com o nome do evento, a não ser que sejam parceiros da FIFA —reivindicações já presentes na pauta do movimento desde a discussão sobre a Lei Geral da Copa.

3.4.4 Gastos públicos e acesso à informação, participação e representação

Os gastos de prefeituras, governos estaduais, o Governo Federal e construtoras da iniciativa privada geram descontentamento entre os manifestantes, que acreditam que a verba é um exagero e que parcelas do dinheiro seriam mais bem utilizadas em setores como saúde, educação, segurança e obras urbanas de maior necessidade. De acordo com uma tabela produzida pelo Portal da Transparência da Copa⁴⁶, do Governo Federal, (FIGURA 8), nota-se que os gastos financiados por instituições financeiras como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

⁴⁴ Compilação feita pelo site GloboEsporte. Matéria completa em: <http://goo.gl/L9Cxn1>

⁴⁵ As mortes envolvem trabalhadores no Allianz Parque, da Sociedade Esportiva Palmeiras, e na Arena do Grêmio, do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (ENVOLVERDE, 2014)

⁴⁶ As contas e os relatórios podem ser acessados pelo seguinte endereço: <http://goo.gl/3N1sEi>

Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil totalizam R\$ 8,97 bilhões. Os gastos totais totalizam R\$ 27,34 bilhões. Eles incluem as obras de mobilidade urbana, reformas e adequações em aeroportos, ajustes no entorno de estádios⁴⁷ e outros temas. Maior motivo de indignação a respeito dos gastos, os estádios (cuja nomenclatura é alterada para arena) custaram R\$ 6,54 bilhões do orçamento. Na área privada, clubes, empreiteiras e construtoras envolvidas dividem verbas. Algumas contribuições são indiretas, como empréstimos do BNDES aos governos ou clubes, que ficam endividados com os cofres públicos em vários setores⁴⁸.

Cidade-Sede	No. Emp./Ações	Financiamentos Federais (em R\$)	Aplicação direta de recursos (em R\$)					Total previsto
			Federal	Estadual	Municipal	Distrital	Outros	
Belo Horizonte	25	1.345.250.000	437.711.228	396.616.672	187.998.139	0	254.500.000	2.622.076.039
Brasília	13	50.350.000	12.013.480	0	0	1.463.896.422	642.400.000	2.168.659.901
Cuiabá	17	848.100.000	104.976.154	1.490.300.000	283.072	0	0	2.443.659.226
Curitiba	25	436.160.000	173.901.686	99.867.594	149.611.765	0	260.340.000	1.119.881.044
Fortaleza	26	761.345.150	412.545.897	369.380.628	98.918.975	0	0	1.642.190.650
Internacional	1	0	6.600.000	0	0	0	0	6.600.000
Manaus	14	400.000.000	523.358.287	384.878.731	0	0	0	1.308.237.018
Nacional	63	0	2.399.553.244	0	0	0	0	2.399.553.244
Natal	22	701.600.000	294.531.292	95.200.000	79.612.136	0	375.400.000	1.546.343.428
Porto Alegre	18	275.100.000	106.118.462	25.872.537	10.210.087	0	91.200.000	508.501.085
Recife	36	1.078.000.000	44.174.359	451.326.316	99.636.469	0	0	1.673.137.144
Rio de Janeiro	28	1.579.000.000	461.110.000	931.800.000	901.086.212	0	0	3.872.996.212
Salvador	34	323.600.000	178.352.321	446.861.580	316.100	0	0	949.130.000
São Paulo	21	400.000.000	684.786.410	459.900.000	152.588.652	0	3.387.900.000	5.085.175.062
Valor total	343	8.198.505.150	5.839.732.820	5.152.004.057	1.680.261.607	1.463.896.422	5.011.740.000	27.346.140.056

FIGURA 8 – O gasto dos estádios e a contribuição do BNDES

⁴⁷Custos divulgados pela Agência Brasil em: <http://goo.gl/xn50h5>

⁴⁸ O Estádio Mário Filho, o Maracanã, é a que melhor exemplifica as transferências. Segundo a Agência Pública, "além do empréstimo de R\$ 400 milhões com o BNDES, o governo estadual recorreu a um empréstimo de R\$ 250 milhões do CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e ainda destinou uma porcentagem de um empréstimo de R\$ 1,2 bilhão, contraído junto à Caixa Econômica Federal, para ajudar a bancar a reforma. O restante foi pago com recursos do tesouro do estado" (AFIUNE, BARROS, FONSECA, MOTA, 2014).

Fonte: Portal da Transparência

É preciso acrescentar que a questão dos altos valores das arenas vai além do custo de construção de cada estádio. Em algumas das cidades, as arenas não serão devidamente utilizadas em sua capacidade total após a realização da Copa do Mundo de 2014, especialmente por conta da falta de uma equipe de grande expressão do futebol brasileiro. Brasília, Cuiabá, Manaus e Natal são apontadas como as cidades-sede que sofrem do problema⁴⁹.

Por conta do baixo público durante toda a temporada de campeonatos regionais e nacionais, a solução encontrada pelos responsáveis é alugar o espaço para times de relevância nacional e torcidas massivas em todas as partes do Brasil, como Corinthians ou Flamengo, para eventos corporativos ou até transferir secretarias públicas para o ambiente administrativo não utilizado no interior dos estádios⁵⁰. O dinheiro arrecadado não é necessariamente lucro: os valores são normalmente destinados para os altos custos de manutenção das arenas em setores como estrutura e iluminação — o “padrão FIFA” da Copa do Mundo normalmente é mantido nesses locais, mesmo quando equipamentos, salas e cadeiras não são aproveitados na totalidade. Os estádios caros e abandonados, chamados de “elefantes brancos” no jargão futebolístico, foram notados meses após a realização do torneio no Brasil.

Ainda de acordo com o dossiê, há falta de transparência por parte de órgãos públicos, evitando a divulgação de gastos, obras e processos de preparação — o que seria ilegal e autoritário, além de excludente. Desse modo, “multiplicam-se em todas as cidades as manifestações de autoritarismo que, à revelia da legislação existente, excluem as populações atingidas dos processos decisórios e, quase sempre, sonegam até mesmo informações básicas sem as quais o próprio exercício do direito de defesa fica comprometido” (ANCOP, 2012, p. 52). A participação popular é, segundo os comitês, prejudicada e

⁴⁹ De acordo com levantamento da BBC Brasil em fevereiro de 2015 (MENDONÇA, 2015), Mané Garrincha (Brasília), Arena da Amazônia (Manaus) e Arena Pantanal (Cuiabá) somam um prejuízo de R\$ 10 milhões aos cofres dos responsáveis. O número é obtido na comparação dos custos de manutenção com o dinheiro arrecadado nas partidas realizadas. Os valores de Natal não foram divulgados.

⁵⁰ É o caso do Mané Garrincha, o estádio mais caro da Copa do Mundo, que recebeu a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável (DUTRA, 2015).

desestimulada pela falta de abertura do Governo e dos órgãos responsáveis, que não estão dispostos a negociar ou dialogar com comunidades e coletivos do “Não Vai Ter Copa”. Tal blindagem afeta o diálogo entre os dois extremos do conflito, dificultando eventuais negociações de demandas. Por fim, a questão de acesso a bens e serviços públicos pode ser resumida nas exigências da FIFA já descritas na discussão acerca da Lei Geral da Copa, que privilegia parceiros comerciais e patrocinadores e cria barreiras e impedimentos a moradores locais ou residentes nas cidades-sede durante horários de partidas.

3.4.5 Meio ambiente e segurança pública

Para construir estádios, entornos de arenas e obras de urbanismo nas cidades-sede, o dossiê acusa governos estaduais e prefeituras de burlarem legislações e acordos. O objetivo seria acelerar as obras e evitar negociações custosas com entidades da área, fora relatórios demorados e caros que poderiam atrasar ainda mais as construções. Segundo o documento, são necessárias várias medidas para o andamento de obras de grande porte, como é o caso dos estádios. É preciso atenção a itens como "planejamento ambiental, avaliação de impactos, delimitação de área de influência e definição de mecanismos de compensação e mitigação dos danos previstos" (ANCOP, 2012, p. 66). Tais avaliações poderiam indicar problemas graves, como falhas no solo capazes de comprometer a estrutura das arenas, futuros desarranjos no ecossistema da região ou até desmatamento desmedido nas áreas em obras. O documento da ANCOP resume as limitações e polêmicas relacionadas ao tema:

Além das pressões políticas a que são submetidos pelos seus respectivos governos, as agências ou órgãos licenciadores (...) são carentes de pessoal técnico qualificado e infraestrutura adequada para cumprir suas atribuições na avaliação de impactos ou para o estabelecimento de políticas públicas relacionadas. Situações de crise têm ainda sido utilizadas como justificativa para simplificação de processos e eliminação de etapas (...) como consultas e audiências públicas (IDEM, 2012, p. 67).

Descuidos são seguidos de uma publicidade tida pelo dossiê como falsa e exagerada: estádios sem licenciamentos ambientais no Brasil ganharam

selos de preocupação ecológica, garantindo argumentos às autoridades. Um caso é do Estádio Mané Garrincha, em Brasília, condecorado com o selo de Estádio Verde da instituição norte-americana Leed Platinum (ANCOP, p. 72) — mesmo sem aprovação oficial (como estudos de impacto de vizinhança ou de relatório de impacto de tráfego) ou a manifestação de órgãos públicos, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Entretanto, o tema parece gerar menos apelo popular quanto questões de moradia ou trabalho, com efeitos a curto prazo e que atingem mais diretamente a população.

A questão da segurança pública é dividida na insegurança da população, desprotegida no cotidiano ao ser vítima de assaltos e outros crimes; e em críticas sobre a truculência da Polícia Militar e a militarização da segurança em protestos de rua e partidas esportivas, quase sempre culminando em conflitos contra manifestantes. É este tópico que mais recebe destaque de ativistas e coletivos. São comuns nos atos públicos, de passeatas a manifestações próximas aos estádios, relatos do uso de violência física por parte dos agentes policiais, além do emprego de gás de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha.

Tomazine (2014a) expõe as táticas militares utilizadas e cita o policiamento desproporcional (tropas de choque equipadas e mais preparadas do que a situação exige), ataque policial preventivo (cerco e ações ofensivas para impedir aglomeração) e detenções por falsos flagrantes coletivos (prisões sem contestação e baseadas em alegação por porte de materiais explosivos)⁵¹. Como é abordado no capítulo anterior da pesquisa, o foco na militarização com a aproximação da Copa do Mundo pode ser um dos fatores que contribuíram para o enfraquecimento repentino do “Não Vai Ter Copa” a partir de junho de 2014.

Percebe-se a dimensão presencial e online dos protestos contra a Copa. São diversas demandas, uma campanha que se prolonga por anos e vários

⁵¹ O caso mais emblemático e que motivou a maioria dos protestos de libertação de ativistas aconteceu em São Paulo, quando Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvarghi foram detidos no dia 23 de junho de 2014 durante um protesto. Eles foram presos até a primeira semana de agosto, quando um juiz acusou falta de provas e liberou ambos os manifestantes. Eles foram acusados de portarem materiais explosivos, mas laudos constataram que os objetos carregados pelos dois no momento da abordagem não tinham o potencial identificado pela polícia. Hideki e Lusvarghi viraram símbolos da luta contra a militarização, inclusive nas páginas do “Não Vai Ter Copa” no Facebook. A reportagem completa sobre a liberação da dupla pode ser conferida em: <http://goo.gl/eVCCsT>

“focos” que não estabelecem ligação direta entre si, como os Comitês e algumas páginas no Facebook. Isso pode ser um fator determinante na análise do alinhamento de quadros das postagens da rede social, que será feita no decorrer desta pesquisa.

Neste capítulo, foram descritos os principais componentes da mobilização contra a Copa do Mundo de 2014, incluindo as origens dos principais movimentos presenciais e na internet. As páginas do Facebook e as demandas também são relatadas, com o objetivo de conhecer a estrutura da campanha e estabelecer uma base de conhecimento do tema para a análise e identificação do alinhamento de quadros.

4 QUADROS DE AÇÃO COLETIVA COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO EM MOBILIZAÇÕES

A mobilização “Não Vai Ter Copa” foi até aqui tratada pela teoria da mobilização política, com a apresentação nos capítulos anteriores de estruturas de mobilização e repertórios, além dos contextos de oportunidade política. Aqui, introduz-se outro aspecto teórico, os enquadramentos da ação coletiva.

Antes de iniciar as discussões a respeito do método selecionado e descrever a análise em si, é preciso fazer uma breve revisão acerca do estudo dos enquadramentos e da importância deles para o sucesso de uma campanha política. Para isso, deve-se fortalecer pontes entre os autores que mais transitam entre os campos da política e dos quadros interpretativos. A existência do enquadramento da mídia em relação ao movimento e como o material noticioso é produzido pelos meios de comunicação de massa não são focos desta pesquisa, mas sim a observação do enquadramento interno, ou seja, dentro da própria base organizacional da campanha.

4.1 Construindo um conceito a partir dos estudos de enquadramento

Como resume Maia (2011), cientistas que enveredam pelas correntes de estudo dos movimentos sociais deparam-se com uma série de desafios teóricos e metodológicos relacionados com o conceito de enquadramento e processo de enquadramento. Enquanto o problema nos estudos iniciais envolvia a falta de delimitação do enquadramento em si, discute-se atualmente os princípios metodológicos que devem ser aplicados em casos contemporâneos a partir dos conhecimentos acumulados ao longo dos anos. Há maior rigor nesse procedimento, o que leva o pesquisador a selecionar um modelo de análise adequado à proposta de pesquisa que traga respostas e resultados satisfatórios sobre os quadros interpretativos presentes em um determinado caso.

Pozobon e Shaefer (2015, p. 125) revisam e refletem sobre as perspectivas contemporâneas do enquadramento, detectando que “o vasto e crescente uso do conceito de enquadramento acabou acarretando em problemas tanto de ordem teórica quanto metodológica”. Ainda assim, tal

inconsistência tem como consequência ao menos um ponto positivo, já que essa disparidade foi detectada e tornou-se objeto de estudo de vários autores, todos buscando esclarecer os conceitos e objetivando uma unidade nos estudos. Vimiero e Dantas (2009) citam que o campo apresenta maneiras muito díspares de conceituação, além da falta de sistematização na aplicação metodológica, levando à pouca padronização nas estruturas de análise e até em resultados, que podem tomar rumos diferentes se forem delegados a diferentes pesquisadores⁵². Para Porto (2002, p.3), o conceito de enquadramento é visto de forma otimista “tanto como alternativa a paradigmas em declínio, como também um complemento importante para cobrir lacunas de teorias existentes”.

O conceito de enquadramento é utilizado em diversas ciências, da Psicologia à Linguística. Esses pesquisadores formam uma base em que se desenvolvem décadas de pesquisa. Em Sociologia, Ciência Política e Comunicação, isso ocorre particularmente graças aos trabalhos iniciados por Erving Goffman e continuados por outros autores na área de ação coletiva e mobilização a partir de movimentos sociais. Segundo o pioneiro pesquisador, os enquadramentos (ou *frames*) são esquemas de interpretação que permitem a indivíduos “localizar, perceber, identificar e catalogar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (GOFFMAN, 1974, pg. 21. Tradução nossa⁵³).

Quando somos apresentados a um fenômeno novo e inexplicável da vida cotidiana, Goffman (1974) cataloga nossa reação e tentativa de explicação a partir da distinção entre enquadramentos primários naturais (percebidos por aspectos físicos e biológicos) e sociais (que garantem compreensão de eventos com objetivos claros por parte de alguém ou uma organização). Isso é determinado pelo conhecimento próprio e prévio de um indivíduo, como uma crença, e é “armazenado” por uma pessoa ou por toda uma sociedade, em uma espécie de repertório de quadros primários. Ele pode ou não ser

⁵² Por conta de tais dificuldades e críticas, esta pesquisa se atém ao enquadramento interpretativo de ação coletiva utilizado por mobilizações políticas e movimentos sociais, com base na metodologia de análise de enquadramento sucedida de alinhamento de quadros. Um dos objetivos da escolha é manter a coesão aos trabalhos do grupo de pesquisa Comunicação e mobilização política (CNPq), do qual este pesquisador faz parte.

⁵³ Trecho original: each primary framework allow its user to locate, perceive, identify and label a seemingly infinite number of concrete occurrences.

modificado por enquadramentos realizados na sequência, já sob transformações e influências. Os trabalhos de Goffman são fundamentais para o desenvolvimento da teoria do enquadramento e devem ser compreendidos como uma das bases da corrente acadêmica, mas são mais utilizados em outra vertente de pesquisa, diferente dos quadros de ação coletiva de movimentos sociais deste trabalho.

Porto (2002) diferencia os enquadramentos em duas grandes categorias básicas, entre noticiosos e interpretativos. A respeito do primeiro conjunto, é preciso reconhecer que as teorias do enquadramento englobam a forma com que os veículos de comunicação apresentam seus materiais para que sejam interpretados de determinada maneira pela audiência⁵⁴. Entre outros pesquisadores, Gaye Tuchman, Todd Gitlin e Robert Entman desenvolveram avanços teóricos e classificações metodológicas para determinar posicionamentos midiáticos frente a temáticas variadas, influenciados pelo processo de produção de notícias. Por essa vertente, enquadramentos são “recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2002, p. 6).

Segundo o pesquisador, enquadramentos interpretativos são mais específicos e têm independência relativa em relação aos jornalistas, sendo os padrões de interpretação que direcionam uma análise particular a respeito de um tema ou evento. Porto (2002, p. 17) nota ainda que atores sociais, normalmente opositores do governo e de outros grupos políticos, “possuem seus próprios enquadramentos e buscam, muitas vezes com sucesso, influenciar a produção de sentido e significados pela mídia”. Os responsáveis

⁵⁴ Sheufele (2015) faz uma importante distinção a respeito das teorias de agendamento e enquadramento. De acordo com revisões teóricas do pesquisador, apesar de coincidirem em determinados pontos e serem tomadas por autores como um mesmo fenômeno ou etapas diretamente relacionadas, ambos os procedimentos são feitos de forma diferenciada e buscam objetivos distintos. Após fundamentar as bases da teoria do agendamento (ou *agenda-setting*) em conjunto com Shaw, McCombs cita o enquadramento como uma espécie “versão mais refinada” de sua teoria, constando como o segundo nível do agendamento — sendo o primeiro a definição do tema, enquanto o segundo é privilegiar saliências de um conteúdo. Porém, Price e Tewksbury (1997 apud SCHEUFELE) rejeitam a alegação com uma simples comparação teórica que individualiza com precisão as vertentes. “Agenda setting olha para a seleção da história como uma determinante na percepção do público sobre a importância de um tema (...). O enquadramento foca não em quais tópicos ou assuntos (...), mas sim nos caminhos particulares pelos quais esses temas são apresentados” (p. 184. Tradução nossa.).

podem variar entre agentes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos ou associações. A sociedade também pode ser alvo dessa distribuição de significados, recebendo símbolos e sugestões da ação e dos ideais de agentes mobilizadores.

Calvert e Warren (2015, p. 2) fazem uma importante e atual contribuição a respeito da conceituação e da relevância do enquadramento. Além de realizarem uma revisão das teorias que incluem essa ferramenta de atribuição de significados, os autores refletem sobre o uso indevido da técnica e de consequências negativas dos quadros coletivos. Para os pesquisadores, o processo de atribuição de símbolos e ideais é parte inevitável da política em geral, ao possibilitarem ou facilitarem a compreensão de assuntos pela sociedade, garantindo que eles sejam pensados e discutidos fora dos movimentos sociais.

O enquadramento, portanto, afeta como argumentos são "pesados" ou "medidos", no sentido de importância, visibilidade e alcance. Dessa forma,

atores políticos usam os quadros de ação coletiva para se certificar de que um tema seja interpretado de uma forma que seja favorável aos interesses deles. O tempo e os recursos empregados para determinar o tipo de linguagem e quadros que vão ressoar com as audiências são evidência de algo que os estrategistas políticos conhecem bem: quadros são uma forma poderosa de influência (CALVERT, WARREN, 2015, p. 4. Tradução nossa.⁵⁵).

Benford e Snow (2000) notam que a operação de movimentos sociais virou uma área de interesse para estudo de processo de enquadramento progressivamente, a partir da segunda metade da década de 1980. As mobilizações são então vistas não só como estruturas que carregam ideias e significados que parecem florescer sem uma intenção. Na verdade, segundo essa corrente, movimentos sociais e atores são vistos como agentes que buscam produção e manutenção de significados para observadores, antagonistas e indivíduos dotados de poder constituinte.

Esses quadros são gerados por uma seleção diversificada de atores em relação a um grupo de amplitude igual ou superior, seja ele interno ou externo

⁵⁵ Trecho original: political actors deploy frames to ensure that an issue is interpreted in a way that favours their interests. The time and resources devoted to determining the kinds of language and frames that will resonate with audiences is evidence of what political strategists know well: frames are a powerful form of influence.

ao movimento (ZALD, 1996, p. 261). Desse modo, o processo de enquadramento significa atribuir significados a assuntos de forma estratégica para que os atores envolvidos atinjam seus objetivos. Normalmente, eles acarretam convencimento, motivação e legitimação de símbolos, ideais e metas de uma campanha.

Para Gamson e Meyer (1996, p. 293), o enquadramento é um processo interno de confronto em um movimento com diferentes atores tomando posições que nem sempre convergem. Esse pressuposto de que não há necessariamente concordância entre os indivíduos é importante para que se compreenda a existência de diferentes quadros interpretativos em um movimento e como isso pode influenciar na visão da sociedade sobre a mobilização.

Benford e Snow (2000, p. 616) sugerem operações que acontecem no núcleo dos enquadramentos, elaborando classificações para as estratégias que são detectadas dentro de um discurso. A classificação do emprego dessas ações é feita em: diagnóstico, prognóstico e motivacional. Diagnóstico e prognóstico são autoexplicativos: enquanto o primeiro estabelece quem ou o que culpar, o segundo tipo envolve a articulação de uma solução para o problema ou ao menos um plano de ataque, assim como as estratégias subsequentes. Já o terceiro é praticamente um chamado ou convocação, indicando um maior engajamento nos atos da coletividade. Isso é importante para compreender quais podem ser os objetivos dos quadros de ação coletiva quando empregados por movimentos sociais e mobilizações em geral.

4.2 Enquadramentos de ação coletiva: um instrumento de mobilizações

A escolha pelos quadros da ação coletiva segue uma tendência dos estudos de comunicação e política. Os quadros estão intimamente relacionados com movimentos sociais e as mobilizações de cunho político e, por essência, é um fenômeno ativo e processual. Para Snow, Soule e Kriesi (2004, p. 8), a ação coletiva é uma atividade direcionada por um objetivo com engajamento superior a dois ou mais indivíduos. Ela pode ser ou causar um comportamento comunal, ou seja, pessoas trabalhando juntas por uma variedade de razões. Torcidas de futebol, movimentos sociais e até

consumidores em massa podem ser classificados como integrantes de uma ação coletiva. Porém, os autores alertam que não se pode compreender fenômenos de multidões em geral ou movimentos sociais sem entender a relação entre seus integrantes — justificando assim a importância de se estudar ou ao menos levar em consideração também o histórico, as características e os argumentos de uma mobilização, inclusive repertórios e acontecimentos presenciais, como é o caso do “Não Vai Ter Copa”.

De acordo com Tarrow (2009, p. 40), “a coordenação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados”. É a partir dos quadros que a ação coletiva se justifica e reforça a própria importância na sociedade que ainda não se posicionou em relação aos motivos da mobilização.

Segundo Benford e Snow (2000, p. 614), quadros de ação coletiva direcionados para mobilização envolvem o trabalho de OMS ou ativistas e podem ser caracterizados como de confronto, por envolverem uma seleção de enquadramentos que não só diferem dos atuais, mas buscam oposição em relação a eles. De acordo com os autores, esses enquadramentos também fazem a função interpretativa ao simplificar e condensar aspectos do “mundo lá fora”, ou seja, da sociedade que não está diretamente envolvida com a campanha. Assim, eles servem como uma espécie de ponte entre a mobilização e a população que ainda não está mobilizada, mas tem a chance de se informar a respeito do ocorrido e tomar partido.

No caso do “Não Vai Ter Copa”, percebe-se, ao analisar o histórico da mobilização e os textos de apresentação dos movimentos, que um dos objetivos da campanha é justamente ressignificar a Copa do Mundo de 2014 à sociedade, ao fornecer informações do âmbito social e econômico do evento que remodelariam o que antes seria somente entretenimento ao público brasileiro. Desse modo, a partir da aplicação do repertório selecionado, quem não faz parte das mobilizações ou não possui conexões com elas torna-se informado a respeito das lutas.

Em uma breve e geral análise a respeito do tema no país, Vimieiro (2014) identificou três enquadramentos relacionados ao tema Copa do Mundo. Há o enquadramento de festa, encontrado em material publicitário e oficial; o da falta, indicando problemas do Brasil que precisam ser solucionados antes ou

em substituição à realização do torneio; e o de comodificação, em que a monetização exagerada do evento e a falta de transparência de órgãos como a FIFA se transformam em alvo de discursos. A classificação de Vimieiro é interessante para uma avaliação inicial do tema e para compreender outros estudos relacionados ao campeonato, mas o recorte da presente pesquisa impede que ela seja utilizada na análise — afinal, o estudo foca nas mobilizações e em uma classificação de quadros de ação coletiva que já exclui automaticamente um dos tópicos (o de festa) e apresenta mais ramificações a respeito de críticas e reivindicações do que somente problemas de organização da Copa na parceria entre governo e FIFA.

Contextualizando a importância do processo para movimentos e campanhas em geral, Zald (1996) observa que a gestação contemporânea de enquadramento costuma direcionar-se para os conceitos sociais de relações, direitos e deveres, buscando quadros interpretativos que evidenciem injustiças, problemas ou sugestões de mudança. É desse modo que coletivos, movimentos sociais e ativistas atuam para enviar símbolos a serem interpretados por quem está fora da mobilização.

Um dos principais objetivos de um movimento social em relação aos quadros de ação coletiva é fazer com que os enquadramentos sejam interpretados da forma esperada pela sociedade e pelos opositores, a fim de conquistar mais adeptos ou ao menos a simpatia de setores da população, além da aceitação dos argumentos ou da atenção das autoridades e instituições envolvidas. Para McAdam (1996, p. 339-340), a principal arma de um movimento é justamente saber fazer uso do processo de enquadramento, para atrair e moldar a cobertura da mídia, ganhar o suporte do público observador, constranger oponentes e influenciar autoridades do Estado. O autor complementa que as escolhas táticas e as atividades em que se engaja (ou seja, o repertório de ação coletiva) são as tarefas mais importantes de um trabalho de enquadramento de um movimento.

A tensão interna de saber quais os enquadramentos existentes entre um grupo de pessoas é um momento delicado também pela possibilidade de se colocar em xeque todos os repertórios de ação coletiva já empregados, além de futuros esforços previstos na campanha. Ou seja, por mais que a causa seja realmente justa e que o movimento de mobilização tenha chances de ocasionar

mudanças políticas concretas, o emprego equivocado de enquadramentos é capaz de fazer o confronto pender completamente para o lado do opositor.

Zald (1996, p. 261) argumenta que eles são recepcionados de forma contraditória dentro do movimento: isso pode acontecer por líderes que debatem visões e objetivos alternativos; e externamente, por atores contrários à mobilização, além de espectadores e autoridades em oposição. Esse cenário não deve ser visto como um obstáculo, mas sim como um processo de contestação integrante da criação de quadros interpretativos. Essa competição merece ser encarada como prova de fortalecimento da trajetória de enquadramento, pois visa a provar que a argumentação e os símbolos e significados construídos são fortes o suficiente para ultrapassarem diferentes filtros e barreiras na sociedade. Como resumem Benford e Snow (2000, p. 626), a “competição” entre enquadramentos não acontece apenas entre movimentos e seus opositores, mas também internamente — e, assim como a existência de uma oportunidade política, do repertório de ação coletiva e da estrutura de mobilização, esse embate pode ser tanto prejudicial quanto facilitador para a campanha.

Igualmente difícil de se avaliar é o porquê de certos enquadramentos serem “absorvidos” fora da mobilização, enquanto outros passam despercebidos ou resultam em um efeito diferente do desejado. Ainda segundo Benford e Snow (2000), o enquadramento está sempre em movimento e pode ser alterado constantemente por vários fatores. Para os pesquisadores, a estrutura de oportunidades políticas, as acessibilidades e restrições culturais de uma sociedade e o público-alvo são três elementos em jogo na transformação de quadros interpretativos. A dupla também fala sobre a dificuldade da atribuição de responsabilidade em quadros de diagnóstico, por exemplo. Entretanto, esse direcionamento não pode acontecer sem que seja identificada, estudada e devidamente enquadrada a natureza do problema.

Esse é um ponto de convergência com Tarrow (2009, p. 145). O pesquisador afirma que o enquadramento não se resume a convencer indecisos. Ele “identifica descontentamentos e os traduz em reivindicações mais amplas dirigidas a outros”, mas também deve criar ou estimular energia emocional — e determinados sentimentos possuem uma “carga mobilizatória” superior a outros, como injustiça, lealdade, amor e raiva. Saber despertar

essas sensações é uma das chaves para atingir o público-alvo dos quadros interpretativos. A partir de revisões históricas, o autor também conclui que as mudanças no simbolismo de qualquer mobilização “não são derivadas diretamente da cultura nem totalmente construídas só de ideologia, mas são o resultado de sua interação estratégica em seus cenários variados e sempre em mudança” (2009, p. 143). Em outras palavras, os quadros interpretativos dependem de uma série de fatores que não é simplesmente “atirada” na direção da sociedade com um efeito totalmente previsível, já que eles competem com outras variáveis.

Diante da necessidade de decisão de quadros para manter acesa a disputa entre opositor e movimento, Tarrow (2009, p. 148) ainda ressalta que movimentos sociais vivem um dilema: as organizações devem optar entre apresentar símbolos que correspondam ao pensamento daquela mobilização, mas que podem não ser tão bem interpretados ou aceitos pela sociedade, ou mascará-los e fugir do posicionamento inicial para conquistar maior aproximação do público. O autor diz que o Estado (normalmente o opositor de campanhas de mobilização política) também fará o próprio processo de enquadramento, com o diferencial de já controlar determinados meios (como emissoras estatais e veículos institucionais) e, sobretudo por conta de seu grande alcance, contar com instrumentos de construção de significados mais “poderosos”.

Por isso, a mídia — na forma dos meios de comunicação de massa — ganha um papel importante na validação do movimento, inclusive para definir se esses atores devem ser levados a sério como agentes capazes de realizar uma mudança (GAMSON, MEYER, 1996, p. 285-287). Logo, a abertura dos veículos de comunicação aos movimentos sociais e o agendamento que mobilizações recebem é parte importante da oportunidade política, mas também uma arena em que diferentes quadros competem por atenção e significação. Caso decidam não dar voz à mobilização ou ao enquadrarem a campanha de forma negativa, os meios de comunicação de massa se juntam ao poder do Estado, ao ambiente político normalmente estabilizado construído sob interesses diversos (McADAM, 1996) e aos conflitos internos dos participantes de um movimento como formas de restrição ou enfraquecimento de determinado enquadramento interpretativo.

O “Não Vai Ter Copa” ainda precisa competir com o noticiário esportivo, que privilegia informações das partidas ou a preparação para o mundial, fora matérias voltadas ao turismo para as cidades-sede, citando só alguns exemplos de reportagens que fogem à cobertura das mobilizações ou às críticas ao evento. A cobertura dos meios de comunicação, embora importante na transmissão de informação à sociedade, não será analisada nesta pesquisa, que prioriza quadros interpretativos enviados diretamente por manifestantes à sociedade via Facebook. Porém, qual deve ser a meta estabelecida por quem busca o processo de enquadramento ou mobilização de quadros? Zald (1996) sugere que enquadramentos dos movimentos vencedores viram políticas públicas, slogans e símbolos de cultural geral, sendo apropriados por outros grupos em suas lutas como modelos ou posteriormente incorporados pelo próprio Estado. Por outro lado, perdedores são marginalizados, caem no esquecimento ou podem retornar em outro momento histórico.

Apesar de tamanha importância no processo de discussão e mobilização, o enquadramento também deve ser visualizado como um potencial obstáculo para movimentos sociais. Calvert e Warren (2015) identificam três formas de quadros de ação coletiva. São eles: quadros dominantes (criam um consenso pré-deliberativo seguido de solução, impedindo qualquer forma de discussão); quadros polarizantes (separam o movimento e o opositor como em uma competição de fronteiras demarcadas demais e poucas soluções possíveis); e quadros baseados em grupo (quando decisões em conjunto e julgamentos ou estereótipos viram o argumento de uma decisão política). Porém, os quadros podem ser classificados como não problemáticos e ainda assim dificultarem a mobilização. Embutidos no discurso, eles influenciam como pedidos se apresentam e são recebidos pré-discursivamente, ausentes de qualquer reflexão (CALVERT, WARREN, 2015, p. 6). Em outras palavras, esses pontos de vista impedem argumentos baseados em razão ou debate. Esse conflito a respeito de deliberação contra conflitos e mobilizações é melhor explorado em Mendonça e Ercan (2015).

4.3 Alinhamento de quadros interpretativos

Benford e Snow (1986, p. 466-467) definem o alinhamento de quadros

como ligações ou conjunções de indivíduos e trabalhos de enquadramento interpretativos de uma OMS. Trata-se de um dos processos estratégicos possíveis para o uso do enquadramento por uma mobilização. Tal metodologia gabarita o estudo porque os ativistas não só agem sobre uma sociedade buscando grupos-alvo ou obstruindo rotinas para chamar atenção, mas também enquadrando o mundo em que atuam. O trabalho interpretativo dos quadros influencia a ação estratégica, os esforços de aquisição de recursos e a viabilidade temporal de uma mobilização.

O alinhamento de quadros é, portanto, uma forma processual de comunicar os enquadramentos desejados. Tarrow (2009, p. 144) resume o processo da seguinte forma:

Primeiro, os líderes dos movimentos competem com outros movimentos, com os agentes da mídia e com o Estado pela supremacia cultural (...). Segundo, os movimentos que se adaptam bem demais às culturas de suas sociedades perdem o poder de oposição e alienam seus apoiadores mais militantes (...). Terceiro, as pessoas comuns fazem frequentemente a sua própria 'leitura' dos acontecimentos, que difere daquelas feitas por seus líderes e frequentemente assimila a interpretação que as elites dão a seus fracassos.

A escolha do alinhamento de quadros como método de análise segue a orientação de Benford e Snow (1986) a respeito das limitações da MP, insuficiente para uma análise detalhada de participação de movimentos. Segundo os pesquisadores, se isolada, a teoria é generalista e deixa de lado elementos importantes em jogo para a compreensão de um processo político. O uso da internet (ou, como é o caso, da rede social Facebook) também é uma forma de atualizar os conceitos da MP para estudos contemporâneos.

Benford e Snow (1986, p. 467-476) catalogam quatro classificações possíveis de formas de alinhamento de quadros que, de acordo com os pesquisadores, respondem as dúvidas sobre como essas interações acontecem. O **frame bridging** é uma ponte ou ligação entre dois enquadramentos ideologicamente proporcionais, porém desconectados entre si. Isso pode ocorrer entre um movimento social com outros indivíduos ou entre organizações diferentes. O objetivo é agregar adeptos que compartilhem sentimentos, angústias e atribuições similares, sendo que o "alvo" possui uma desorganização maior em relação à mobilização que realinha o quadro.

O **frame amplification** refere-se à idealização ou fortalecimento de um quadro. Modelos de conduta são identificados, idealizados e elevados — algo que normalmente ocorre se eles forem essenciais para a mobilização, mas estão atualmente em desuso ou suprimidos por outros. Associações com família, etnia e sentimento de comunidade podem ser acompanhadas do fortalecimento de significados conectados entre si, como a importância da campanha e a probabilidade de mudança ou eficácia da ação coletivas.

Já o **frame extension** indica um quadro interpretativo que se prolonga além do interesse inicial para incluir problemas e temas importantes para recrutas ou simpatizantes. Ele acontece normalmente quando há alguma dificuldade na busca de potenciais adeptos ou na contextualização do problema da mobilização com a situação da sociedade. Dessa forma, torna-se possível abraçar causas adicionais que tenham alguma relação com o trabalho de quadros interpretativos iniciais.

Por fim, o **frame transformation** envolve a troca de significados e conclusões anteriores ou a geração de novos ideais. Ela não é obrigatória para que quadros interpretativos sejam alinhados com sucesso, mas é uma estratégia poderosa de mobilização. Novos valores são cultivados e quadros de ação coletiva são ressignificados. Assim, situações antes toleradas tornam-se injustas ou observa-se a emergência de novos enquadramentos antes sem tamanha importância, transformados no principal motivador de uma campanha. Caso esse fenômeno seja identificado no trecho metodológico desta pesquisa, a hipótese de que o enquadramento do objeto alterou-se no decorrer da mobilização tem grandes chances de ser confirmada.

Seguindo o conceito, é possível concordar com a afirmação de Benford e Snow (1986, p. 467) de que o alinhamento de quadros (seja em uma dessas variedades, em duas delas ou mais) é uma condição necessária para a participação de um movimento, independentemente de natureza ou intensidade da mobilização. O processo é então considerado uma conquista interacional. Prudencio (2014), Prudencio e Silva Jr. (2014) e Prudencio e Carbornar (2015) já realizaram análises baseadas em micromobilizações, confirmando a possibilidade de aplicação dessa metodologia nas campanhas, incluindo

constatações iniciais a respeito do “Não Vai Ter Copa”⁵⁶.

Prudencio (2014) revisa as teorias de quadros de ação coletiva e alinhamento de quadros, aplicando a metodologia aos movimentos “Não Vai Ter Copa”, “Movimento Passe Livre”, “Marcha pela Humanização do Parto” e “Marcha das Vadias”. O objeto envolveu as *hashtags* de cada uma dessas mobilizações, sendo possível, a partir desse repertório, extrair o direcionamento do enquadramento nesses casos e que símbolos e formas de pensar foram enviados à sociedade. No caso da campanha sobre os partos, houve *frame transformation*, gerando uma modificação radical no objetivo do movimento, embora a estrutura do protesto tenha continuado a mesma. Silva Jr. (2014) fala da luta urbana por reconhecimento da comunidade *hip-hop* em Curitiba a partir do alinhamento de quadros. O autor nota que o movimento não é unificado, o que leva a uma maior quantidade de quadros de ação coletiva na luta por estabilidade. Porém, isso é visto de forma positiva ao significar uma maior ocupação territorial e uma forte presença de interações simbólicas.

Já Prudencio e Carbornar (2015) adicionam ao alinhamento de quadros a teoria do reconhecimento, que explica a busca por visibilidade e os processos de disputas quando o tema envolvido ainda não está intrínseco à agenda pública. No caso, foi estudada a qualificação do debate dos direitos de animais no Brasil, colocando lado a lado enquadramentos de diferentes grupos e movimentos sociais atuantes no setor. Um dos resultados obtidos é de que a comunicação tida como “mais coerente” não é necessariamente a mais efetiva. Em alguns casos, um quadro definido por *amplification* é capaz de “constranger” o processo de *bridging* e colocá-lo em segundo plano, não estabelecendo redes de solidariedade entre as mobilizações.

Neste capítulo, foram abordados os principais pontos das teorias do enquadramento, assim como a diferenciação do tipo de análise a ser feita na pesquisa e dos elementos da técnica de alinhamento de quadros, que será aplicada nas postagens do “Não Vai Ter Copa” no Facebook. Com a revisão teórica devidamente concluída, é possível realizar a análise de enquadramento e o alinhamento de quadros com fundamento. Na análise a seguir, os alinhamentos serão identificados nas publicações das páginas, a partir da

⁵⁶ As três pesquisas fazem parte do projeto de pesquisa Mapeamento e repertório do ativismo digital brasileiro, do grupo de pesquisa Comunicação e mobilização política (CNPq).

classificação de temas, fases da mobilização, estratégia de comunicação adotada e quadros interpretativos formados.

5 O QUE O “NÃO VAI TER COPA” COMUNICOU: ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Após percorrer as discussões teóricas a respeito da teoria da mobilização política e do processo de enquadramento, além de reflexões acerca do ativismo na internet e o processo de formação dos protestos do “Não Vai Ter Copa”, é possível realizar a análise propriamente dita das páginas da campanha no Facebook. Este capítulo dedica-se a explicar passo a passo a metodologia selecionada para estudo da mobilização, da seleção de páginas às classificações da tabela que concentra a coleta de publicações na rede social. Além disso, as análises propriamente ditas também estão concentradas nesta seção, divididas em três segmentos: análise descritiva, análise interpretativa e reflexões acerca dos materiais coletados.

5.1 Seleção e coleta de páginas

As quatro páginas escolhidas para a pesquisa são: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa ANCOP, Contra Copa 2014, NÃO VAI TER COPA e Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa. A descrição de cada uma delas está no item 2.2.1.

Todas foram selecionadas por apresentarem relevância no processo de estratégia de comunicação da campanha “Não Vai Ter Copa”, cada uma possuindo uma forma de destaque e método de postagem para enquadrar os valores e ideais desejados. A ANCOP é o segmento institucionalizado e organizado dos protestos; a Contra Copa 2014 é a que apresenta o maior número de curtidas (e maior frequência de outras interações); a NÃO VAI TER COPA representa um perfil diferente de manifestação via Facebook em relação ao evento; e a Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa é um coletivo surgido em 2014 especificamente para reivindicar demandas e melhorias relacionadas com a realização do torneio.

Todas foram selecionadas após uma pesquisa pelo sistema de busca do próprio Facebook utilizando os termos “Não Vai Ter Copa” ou somente “Copa” — o slogan e a temática da mobilização, respectivamente. Somente páginas de relevância nacional (excluindo, portanto, os comitês populares regionais) com um número de curtidas maior que mil foram escolhidas. Compreendemos que o número de seguidores não é determinante único da popularidade ou visibilidade de uma página, mas foi necessário realizar o filtro para ater-se somente às principais *fanpages* da mobilização.

Duas páginas de nome Não Vai Ter Copa com mais de mil seguidores também foram excluídas: a “Não Vai Ter Copa” apresenta números muito baixos de engajamento e de postagens se comparada com a “NÃO VAI TER COPA”, de teor muito similar de publicações. Esta justificativa de repetição de publicações vale também para a “Não vai Ter Copa”, criada por uma filial do grupo *hacktivista* Anonymous de Pernambuco e também com alto teor de regionalização nas publicações. Portanto, as quatro páginas selecionadas englobam a campanha de forma nacional e apresentam características diferentes entre si, o que permite à pesquisa obter um panorama bastante vasto da mobilização, com ativistas de diferentes repertórios, temáticas e motivações.

5.1.1 Períodos da pesquisa

Os períodos da pesquisa também foram selecionados com o objetivo de estudar a mobilização do “Não Vai Ter Copa” no Facebook a partir de um recorte reduzido o suficiente para permitir uma análise de qualidade. O limite temporal também garante a cobertura dos principais momentos da mobilização durante o tempo de atuação selecionado para a presente dissertação.

O ano de 2012 foi selecionado por ser o primeiro em que uma das páginas selecionadas na pesquisa faz-se presente. A *fanpage* da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa é criada e inicia as atividades neste ano. Esse agregador não é a primeira página do “Não Vai Ter Copa” (a primeira é a do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, que existe desde 2010, quando a organização presencial também foi criada), mas é o precursor na campanha em nível nacional. O ano também foi escolhido por ser um momento

em que repertório, pautas e temáticas ainda são testados e discutidos, com experimentações por parte dos ativistas online. O momento precede tanto a Copa do Mundo quanto a Copa das Confederações, assim como as manifestações de junho de 2013 encabeçadas pelo MPL, o que também significa uma atividade livre da influência dessa bem-sucedida mobilização.

O ano de 2013 enquadra-se na pesquisa por ser a sequência cronológica direta do anterior. Além disso, trata-se da época em que aconteceu a Copa das Confederações, torneio que serve de preparação para o país que sedia a Copa do Mundo no ano seguinte. É durante o evento, de pequeno porte se comparado ao mundial, que o Brasil testa alguns dos estádios já prontos, além da estrutura de mobilidade, hotelaria e comércio. Várias das partidas foram marcadas por protestos presenciais no entorno das arenas, organizados ou não pelos mesmos ativistas que já lutavam anteriormente sob a bandeira do "Não Vai Ter Copa" pelo respeito aos direitos da população. Em junho, mesmo mês da Copa das Confederações, o país também presenciou uma série de manifestações nas ruas de diversas cidades contra o aumento na passagem de ônibus (sob a liderança e um repertório institucionalizado do MPL) e outras pautas, livremente selecionadas pelos participantes e exibidas em cartazes e faixas. Com exceção de "Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa", que surgiria somente no início do ano seguinte, todas as demais páginas da campanha aqui estudada estão em plena atividade.

Já o ano de 2014 é selecionado principalmente por ser o ano da Copa do Mundo em si, durante junho e julho. Além disso, nos meses que precedem o evento, o número de manifestações online e presenciais é bastante alto. As páginas encontram-se em um momento em que impedir a realização do torneio já parecia bastante difícil, pois as obras estavam adiantadas e as seleções participantes já estavam em direção ao território nacional, mas a cobrança por direitos é intensificada com a maior visibilidade internacional do Brasil naquele momento. Optou-se por encerrar o recorte da pesquisa em julho de 2014 para que a análise se concentre na mobilização feita antes e durante a Copa do Mundo. A escolha abre espaço para que trabalhos futuros sejam inteiramente dedicados às pautas posteriores, em um complemento da pesquisa.

5.1.2 Realização da coleta

Todas as publicações das páginas no Facebook foram coletadas e organizadas em uma planilha de dados em formato XLSX, editada a partir do *software* Microsoft Excel. É possível consultar a tabela no anexo em mídia física contida nesta pesquisa e também a partir de um endereço eletrônico⁵⁷.

Para a realização da coleta, cada uma das páginas foi aberta no navegador individualmente, com todas as publicações relativas ao ano da coleta organizadas em ordem cronológica (ou seja, não por relevância dentro da própria página) e sem excluir ou deixar de exibir alguma publicação. Uma a uma, as postagens foram lidas e cadastradas na planilha de acordo com as respectivas informações. O procedimento foi repetido com cada um dos anos relativos às páginas pesquisadas.

Após a catalogação, tornou-se possível a produção de gráficos e tabelas para simplificar a consulta e visualização dos dados mais relevantes para a pesquisa: uma tabela produzida manualmente que separa as temáticas das postagens e um gráfico em linha feito no próprio Microsoft Excel que representa comentários, compartilhamentos e curtidas ao longo de cada ano nas páginas selecionadas.

5.1.3 Justificativa das classificações

Nas tabelas, um sistema de catalogação criado pelo autor foi utilizado para categorizar as postagens analisadas na pesquisa. A partir dele, é possível organizar o conteúdo de cada uma das páginas, separadas também por anos, além de possibilitar algumas conclusões a respeito de pautas, temas e do enquadramento — de forma preliminar, já que esta discussão envolve a leitura e a comparação de publicações. A **Data** da publicação auxilia na organização das publicações e na comparação entre páginas. Esse item facilita na identificação das postagens que precedem ou sucedem manifestação presenciais de grande porte, ou que são feitas durante a Copa do Mundo e a Copa das Confederações.

O **Texto** que compõe a publicação é relativo ao conteúdo escrito contido em uma postagem da página analisada. Ele pode ser uma criação original, um

⁵⁷ Tabela disponível em: <http://1drv.ms/1ZUFjHk>

comentário a respeito de alguma publicação adicional (também catalogada e explicada a seguir) ou algum trecho deste material. Como é possível identificar pela tabela e a partir da análise descritiva, ele ajuda a detectar o tema e o enquadramento de cada uma, além de servir como parte do mecanismo de enquadramento e expressão de opinião da página e de seus administradores. Quando ela é composta unicamente de um conteúdo adicional, estes campos recebem a atribuição "Sem texto".

O **Conteúdo Adicional** e o **Endereço Adicional** indicam qual tipo de material está presente em cada postagem individual. Eles apontam que forma de mídia ou conteúdo cada página compartilha com os leitores, variando entre notícias, artigos, publicações de outras páginas do Facebook, imagens, eventos e vídeos. O estudo desta seção leva a conclusões a respeito dos temas mais frequentes de cada página, além de representar um fragmento do repertório coletivo no Facebook a partir da forma de atuação das *fanpages*. Enquanto algumas exibem notícias, possivelmente para garantir maior credibilidade às denúncias, outras optam pela utilização de imagens em forma de montagens, charges e memes, por exemplo. Conteúdo Adicional também especifica quem é a fonte primária do material, como o site de origem de uma reportagem. Já o endereço consta para facilitar a consulta desses conteúdos a partir da própria tabela. Quando a postagem é composta unicamente de um texto, estes campos recebem a atribuição "Sem conteúdo adicional".

O **Tema** é uma classificação que indica qual o assunto que se destaca na publicação. Normalmente, eles estão relacionados com pautas da mobilização contrária à Copa do Mundo de 2014, mas outras temáticas foram identificadas ao longo da pesquisa. A nomenclatura foi definida pelo autor após a leitura e coleta inicial de cada uma das publicações. Cada classificação é explicada detalhadamente no item seguinte neste mesmo capítulo.

O número de **Comentários**, **Compartilhamentos** e **Curtidas** consta para mostrar a quantidade de engajamento online gerado por cada publicação. Somente os administradores da página possuem o número exato de visualizações e o quanto cada postagem atingiu o público, mas os três valores complementam as demais informações da tabela. A partir deles, é possível notar se as mensagens são disseminadas via perfil pessoal por quem curtiu a página (ou seja, compartilhadas), além de receberem uma manifestação de

aprovação (a partir das curtidas). Os comentários podem variar entre críticas, sugestões, discussões ou postagens que não complementam em nada a argumentação, mas também indicam um grau de disposição para a interação de quem visualiza as postagens. É sabido que, sozinhos, eles não indicam a importância ou a visibilidade de um material.

Optou-se também pela organização das publicações a partir de seu endereço individual. O **Endereço da Postagem** consiste no link de cada publicação coletada, lida e posteriormente analisada. Isso otimiza futuras consultas à tabela tanto pelo pesquisador quanto por leitores. Esse mecanismo também facilita a consulta ao material diretamente em sua fonte original, ou seja, o próprio Facebook. Como a plataforma de busca da rede social é bastante limitada e é preciso passar por todas as publicações em ordem cronológica para chegar a determinada postagem, a lista é uma forma rápida de visualização de diferentes períodos das páginas pesquisadas.

As **Observações adicionais** são comentários que auxiliam na catalogação e na organização do próprio autor e de eventuais consultas à tabela. Elas indicam algumas observações pertinentes a respeito da atividade da página, dos números apresentados e sobre a interação com outras *fanpages*. A repetição de temas, que são constantes por serem polêmicos ou importantes para as páginas, também é identificada. A presença do alinhamento de quadros em forma de *bridging* com alguns temas também é mostrada. As publicações que não recebem comentários adicionais são deixadas de ser importantes, porém não se destacam ou serão necessariamente utilizadas para ilustrar a análise desta pesquisa.

5.1.4 Detalhamento das temáticas

A classificação por temas auxilia na catalogação das pautas do "Não Vai Ter Copa" que são abordadas nas publicações feitas no Facebook. Alguns não correspondem a demandas e o surgimento deles será discutido na análise discursiva e interpretativa. Em algumas postagens, dois ou mais temas são atribuídos de acordo com o espaço e a importância com que cada um deles é retratado no texto e no conteúdo adicional.

O tema **Moradia** engloba postagens sobre o desalojamento, a remoção forçada de residências por obras de estádios ou mobilidade urbana nas cidades-sede e a respectiva reação das comunidades atingidas. Notícias que abordam essa temática e charges comparando a falta de casas para a população com os estádios modernos são alguns dos exemplos de conteúdos encontrados durante a coleta.

O item **Repressão policial/Vigilância** diz respeito a acusações de violência de órgãos da polícia, normalmente durante manifestações, ou vigilância do governo em redes sociais. Vídeos que comprovam a estratégia truculenta das autoridades, imagens de manifestantes feridos ou do cordão de isolamento da Polícia Militar durante passeatas presenciais e avisos das próprias páginas a respeito da possível resposta violenta figuram entre os exemplos de postagens encontradas na tabela.

Transporte refere-se primeiramente às obras de mobilidade realizadas como parte das promessas de governos estaduais e municipais para a Copa do Mundo, como ampliação de linhas de metrô em uma cidade-sede ou a reforma de uma rodovia que liga o aeroporto a um município. Entretanto, o estado atual dos meios de transporte também pode ser abordado nas publicações, como críticas às filas intermináveis em estações ou pontos de ônibus e à falta de cuidado e manutenção de veículos de transporte público.

No item **Gastos da Copa**, encontram-se publicações que citam o dinheiro gasto na construção de estádios e outras despesas do governo para a realização do torneio. Normalmente, o tema faz uma comparação com a falta de destinação de verba para áreas como saúde, educação e segurança, caracterizando o gasto com o torneio de futebol como algo desproporcional à realidade do país e lamentando o eventual mau gerenciamento da verba.

O tema **FIFA** está associado a postagens diretamente relacionada à instituição organizadora do futebol internacional. As postagens são críticas, citando a ganância de seus dirigentes e as imposições da Lei Geral da Copa. O presidente da entidade na época, o suíço Joseph Blatter, é figura constante nos materiais adicionais a respeito destas publicações. A logo escolhida para representar o torneio e o mascote, um tatu-bola batizado de Fuleco, também aparecem com frequência em montagens, charges e memes.

Patrocinadores está diretamente relacionado com o item anterior ao também reunir críticas, porém destinadas às empresas e prestadoras de serviços que patrocinam a FIFA e a Copa do Mundo, ou seja, estão envolvidas e concordam com as práticas envolvidas na realização do mundial. Visa, Coca-Cola e outras marcas estão entre os alvos das publicações.

O tema **Futebol** é encontrado em duas formas nas páginas do "Não Vai Ter Copa" do Facebook. A primeira é crítica e envolve textos e montagens sobre a violência entre as torcidas, os salários dos jogadores e uma possível alienação causada pelo esporte. Declarações dos ex-jogadores Pelé e Ronaldo, ambos envolvidos com o comitê organizador do evento, enfureceram os manifestantes e são constantemente citadas. A segunda forma de tratamento do futebol é humorística, mais precisamente quando o Brasil é eliminado do torneio na semifinal, após ser derrotado pela Alemanha pelo placar de 7 a 1, e quando o jogador Neymar sofre uma grave lesão após uma disputa de bola e sai de campo machucado contra a Colômbia, ficando de fora da partida seguinte, justamente contra os alemães. Neste caso, a piada também envolve um pouco de crítica social e compara o tratamento médico que o atleta receberá com as condições do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse tratamento varia de acordo com as páginas e será melhor explicado na análise descritiva individual de cada período observado.

Em **Manifestação**, optou-se por agrupar as postagens relacionadas às passeatas presenciais da mobilização do "Não Vai Ter Copa". Aqui, estão as publicações que são chamadas ou convites para eventos próximos, coberturas ao vivo ou balanços e reflexões. Eventos do Facebook, imagens contendo informações importantes a respeito dos pontos de encontro (data, local e temática da manifestação, por exemplo) ou vídeos gravados durante o ato são constantemente veiculados nas publicações como conteúdo adicional.

O tema **Mídia** está normalmente relacionado a termos como "manipulação" ou "tendenciosa". As páginas criticam não só uma suposta recepção passiva do público em relação aos conteúdos publicados, mas também a falta de cobertura dos protestos e o baixo número de publicações e reportagens relacionadas com a truculência da polícia.

Em **Obras em Geral**, construções, reformas e o descaso dos governos com obras paradas são citados de forma similar a Gastos da Copa, indicando

que os projetos poderiam ser executados de uma forma melhor, mais objetiva ou em outras localidades. Além disso, algumas das publicações acusam autoridades de transformarem cidades em verdadeiros canteiros de obras por bastante tempo e com muita proximidade da Copa do Mundo.

As postagens com o tema **Saúde** normalmente envolvem críticas ao Sistema Único de Saúde (SUS), citando a demora no atendimento a pacientes, a falta de verba destinada ao setor e a falta de qualidade nos equipamentos ou no atendimento dos hospitais. Aqui, também há comparações com Obras em geral e Gastos da Copa, já que, segundo os adeptos da mobilização do "Não Vai Ter Copa", maior atenção e verba poderiam ser empregadas à saúde em vez de destinadas ao evento.

O tema **Trabalho** é, junto com Moradia e Transporte, um dos mais citados no Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos da ANCOP. Ele está bastante relacionado com a Lei Geral da Copa e indica, por exemplo, a impossibilidade de vendedores ambulantes que não são parceiros da FIFA de trabalharem no entorno dos estádios.

A temática de **Greve** aparece mais de uma vez na análise e é uma das formas de *bridging* envolvendo a mobilização do "Não Vai Ter Copa". Em alguns casos, há chamados para uma greve geral, sem especificar classe trabalhadora ou assunto das demandas. Em outros, o apoio específico é claro na publicação A **Greve da CET** aborda a paralisação dos trabalhadores metroviários da Companhia de Engenharia de Tráfego, em São Paulo, ocorrida dias antes da abertura do mundial. **Greve dos professores** envolve especialmente protestos ocorridos no Rio de Janeiro, assim como o tema **Greve dos garis**. A **Greve dos municipais** ocorreu em Porto Alegre e foram detectadas **Greves de ônibus** e **Greve dos rodoviários** em mais de uma cidade.

Corrupção é um tema que não é comum a todas as páginas, mas aparece em alta quantidade quando está presente entre os assuntos discutidos nas publicações. As postagens citam as estratégias de políticos e partidos para conquistarem a reeleição, crimes de apropriação indevida de dinheiro, desvio de verbas ou superfaturamento de obras — envolvidas ou não com a Copa do Mundo de 2014. Charges, memes e montagens mostram figuras políticas famosas, como Dilma Rousseff ou Geraldo Alckmin (presidente do Brasil e

governador de São Paulo na época do mundial, respectivamente), ou apresentam figuras políticas genéricas, na forma de um engravatado com expressão maldosa no rosto. Já **Política** se diferencia ao mostrar a atuação política (ou contestação dela) e temas como eleições, sem necessariamente denunciar algum crime de corrupção.

As postagens classificadas com o tema **Educação** dizem respeito geralmente aos problemas do setor, como a falta de qualidade no ensino, a baixa verba destinada e a inexistência ou precariedade de material escolar. **Segurança**, relacionado à falta de segurança pública nas cidades, aparece com baixa frequência, mas é comum a mais de uma página. **Feminismo** e **Racismo** são mostrados de forma bastante reduzida nas análises e indicam *bridging* com outras temáticas nas páginas do "Não Vai Ter Copa". O surgimento deles aponta relação de apoio com outros temas que não fazem parte da pauta principal de demandas, reivindicações e ideais da campanha. Já **Turismo sexual** cita questões como prostituição e abuso de mulheres especialmente por turistas estrangeiros na época da Copa.

As postagens categorizadas como **Institucional** são publicações que dizem respeito ao coletivo, movimento, página ou articulação em si. Elas consistem em notas oficiais, comunicados, esclarecimentos ou mensagens em geral escritas pelos responsáveis pela página. Há também postagens que fazem trabalhos noticiosos, citando ações diretas dos comitês populares, como visitas a comunidades atingidas, por exemplo.

Desigualdade social é uma crítica que aparece ao alertar sobre a distribuição de renda no país e a disparidade financeira da população. Normalmente, essa temática é ilustrada com fotos, charges, memes e outras mídias que fazem provocação. **Economia** tem postagens relacionadas à situação financeira do país e do brasileiro, mas sem entrar exatamente no tema da desigualdade social. As publicações costumam lamentar ou criticar a situação econômica do Brasil ao citar como exagerada a arrecadação de impostos ou o preço cobrado por determinados produtos e serviços no país.

5.2 O algoritmo do Facebook como ferramenta e obstáculo da mobilização

Além da qualidade do conteúdo divulgado e do número de curtidas ou visualizações de uma página, há outro aspecto importante na fórmula que resulta na visibilidade que uma publicação terá no Facebook. Trata-se do algoritmo de classificação e exibição de postagens, uma variável técnica que é pouco levada em consideração em análises de conteúdo ou enquadramento, mas pode ajudar a explicar as implicações das *affordances* numa mobilização. De acordo com Jacques (2014), a Comunicação passou a se interessar pela temática por volta de 2013, quando pesquisas envolvendo temas como cultura e privacidade começam a surgir tendo como base o estudo dessa seleção de critérios do site. Por isso, faz-se necessário refletir um pouco sobre o que ele representa e qual sua importância no repertório online de uma campanha política.

Ao estudar a constituição do algoritmo do Facebook como uma novidade em convergência com as características contemporâneas da internet, Jacques (2014) cita que o próprio meio online vive há alguns anos uma fase em que a quantidade de dados é tão intensa que até mesmo encontrar uma determinada informação torna-se um desafio, mesmo com tantas ferramentas à disposição — e parte desse princípio a necessidade de uso de algoritmos de filtro e organização, como na busca do Google ou na exibição de postagens do Facebook. O autor cita ainda a dificuldade em analisar esses materiais, que não deve envolver somente uma leitura de superfície de *softwares*. A presente pesquisa não tem como objetivo fazer uma análise completa da organização de postagens ou do algoritmo do Facebook, mas reconhece a importância de que essa variável seja cada vez mais levada em conta nos estudos da área.

De acordo com o próprio Facebook, em uma postagem escrita por um de seus funcionários no blog da empresa, o objetivo do Feed de notícias (ou *newsfeed*, que é a ordem de postagens de *fanpages* e amigos de uma pessoa na página principal da rede social) é "entregar o conteúdo certo para as pessoas certas na hora certa para que elas não percam histórias que são importantes para elas" (BACKSTROM, 2013. Tradução nossa⁵⁸). O trabalho do site é intenso: em média, segundo o autor, são 1.500 histórias em potencial que podem ser apresentadas e muitos dos usuários não têm tempo para

⁵⁸ Trecho original: to deliver the right content to the right people at the right time so they don't miss the stories that are important to them.

visualizar todas elas. Por isso, o Facebook é obrigado a empregar o algoritmo que organiza a ordem com que essas postagens são apresentadas, além de constantemente modificá-lo e aprimorá-lo de acordo com os dados recebidos dos membros cadastrados e de eventuais novas ferramentas adicionadas ao serviço.

Segundo Constine (2014), são 100 mil indicadores diferentes — com pesos diferentes — que determinam que postagem será mostrada e em qual ordem isso acontece. Entre eles, a popularidade em curtidas, compartilhamentos e comentários da publicação em questão e das anteriores daquela página ou perfil, se o tipo de publicação é bem aceita pelo usuário (algo calculado se o alvo da página consumir muitos vídeos ou entrar bastante em eventos, por exemplo) e até a data em que aquele conteúdo saiu. Backstrom (2013) admite que o sistema de ranqueamento não é perfeito, ou seja, é possível que você não veja histórias interessantes de pessoas próximas a você. Ainda assim, o autor cita que testes internos mostram que o número de postagens lidas quando elas são dispostas em ordem cronológica é menor do que nos momentos em que elas estão na ordem determinada do algoritmo.

Em 2013, ano em que os protestos do “Não Vai Ter Copa” estavam bastante presentes na rede social, o Facebook passou por uma atualização no feed de notícias que garantia uma espécie de segunda chance a postagens com alto número de curtidas e compartilhamentos (que tiveram uma popularidade chamada de "orgânica" no jargão do marketing digital). A partir da novidade, essas publicações podem reaparecer para usuários que não tiveram a oportunidade de visualizá-las em um primeiro momento. Porém, a novidade não durou muito: de acordo com um estudo do Social Bakers de 2014⁵⁹, o alcance orgânico de uma postagem no Facebook caiu de 16% em fevereiro de 2012 para 6,15% em março de 2014. Isso significa que a chance de uma publicação surgir no feed de notícias de um usuário sem a necessidade de apelar para os anúncios caiu consideravelmente. Uma das críticas recentes feitas à rede social é justamente o alto número de privilégios aos anunciantes, que se sobrepõem em visibilidade a quem não realiza pagamentos.

⁵⁹ O estudo pode ser conferido em: <http://goo.gl/Z1G7Wo>

Além disso, em abril de 2014, o Facebook anunciou⁶⁰ medidas automáticas que teriam como objetivo limpar o Feed de notícias de mensagens consideradas spam, conteúdos repetidos e postagens “caça-curtidas”, ou seja, que têm como único objetivo pedir curtidas, compartilhamentos ou comentários para ter a visibilidade da página ampliada. Apesar de ter sido implementada oficialmente somente naquele período, a novidade já era testada a partir do algoritmo do Facebook, assim como qualquer outra implementação no site — o que significa que as páginas do “Não Vai Ter Copa” que eventualmente repetem conteúdo ou somente pedem curtidas e comentários já estariam prejudicadas.

De acordo com Loomer (2015), uma possibilidade de maior alcance de uma página é postar com mais frequência, todos os dias ou até mesmo em diferentes períodos de um único dia. Isso pode aumentar a quantidade de pessoas atingidas por uma publicação, já que elas acessam o Facebook em diferentes horários e possuem diferentes configurações em seus Feeds de notícia. Porém, o autor adverte que a rede social usa o algoritmo para filtrar o ruído, ou seja, descartar conteúdos que não acrescentam nada a você. No entanto, a qualidade da publicação precisa ser considerada, já que a quantidade aumentou substancialmente.

Há mais usuários no Facebook agora. Há mais marcas. E marcas estão postando mais frequentemente. Tudo isso cria mais ruído, portanto criando mais conteúdo que simplesmente será descartado e nunca alcançará o Feed de notícias de um usuário específico (LOOMER, 2015)

O autor também defende o uso ao algoritmo para organização e, para isso, faz uma comparação com o Twitter: na rede social que aceita mensagens de até 140 caracteres, dependendo da quantidade de pessoas que você segue (ou seja, acompanha as publicações), uma mensagem de uma marca ou amigo postada há duas horas pode ser impossível de ser visualizada devido à ordem cronológica de visualização. Segundo Jacques (2014), a aceitação do alto número de usuários cadastrados no Facebook “está resguardada pela confiabilidade que seu regime de visibilidade e ocultamento automatizado constitui” (p. 13). Porém, o autor alerta que essa catalogação forçada faz com

⁶⁰ A postagem completa está em: <http://bit.ly/1mZS0vP>

que haja um julgamento de conexões na rede social, algo capaz de restringir a obtenção de conhecimento e a interação com determinados contatos no site.

Há cursos inteiros baseados em como “vencer” o algoritmo e fazer com que determinadas postagens obtenham números melhores que outras simplesmente por serem publicadas em um determinado período. Um estudo da empresa de consultoria Social Bakers feito em 2011⁶¹ — e ainda utilizado anos depois como fonte confiável — comprovou que duas postagens por dia é uma frequência considerada ideal para uma pessoa ou página no Facebook que deseje alto engajamento e surgimento constante no feed de notícias de seus contatos. De acordo com os pesquisadores, enviar menos que isso faz com que a audiência somente mantenha uma conexão social com você (ou seja, permaneça curtindo a página, sem interagir muito com ela ou nem perceber que ela está ainda ali), enquanto o exagero no número de publicações acarreta na perda de engajamento. Já o número semanal fica entre cinco a dez postagens por semana. Na análise descritiva das postagens das páginas observadas, é possível notar que elas normalmente não seguem tais conselhos: algumas chegam a realizar mais de dez postagens em um único dia, às vezes sem grande diferenciação do conteúdo.

Desse modo, páginas de movimentos sociais e mobilizações podem sair perdendo na briga por visibilidade por não terem a otimização de publicações que várias páginas de marcas mantêm, já que, por exemplo, são gerenciadas por agências de publicidade e redes sociais que conhecem a teoria e os números do engajamento no Facebook. Pelo desconhecimento do algoritmo, os responsáveis pela página fazem as atualizações sem o conhecimento técnico — algo que não explica sozinho o porquê de algumas postagens receberem baixos números de compartilhamentos, comentários e curtidas, mas é uma explicação parcial do motivo.

Além disso, se o usuário tiver muitos amigos adicionados e consumir bastante o conteúdo postado por eles, esse tipo de publicação também pode aparecer com maior frequência do que as postagens de uma das linhas de frente do “Não Vai Ter Copa” na rede social. A situação pode ser um pouco diferente se o conteúdo vier do compartilhamento de um contato — como um

⁶¹ O estudo completo pode ser conferido em: <http://goo.gl/k2RP2B>

amigo da rede social que publica vídeos e fotos dessas páginas com frequência. Porém, aqui vale a mesma variável: essa pessoa também precisa ser beneficiada pelo algoritmo do Facebook para aparecer no topo do feed de notícias em questão. Levando em conta o que foi explicitado acima, nota-se que nem sempre a última publicação do Facebook será a mais importante para você. Segundo uma reportagem do Washington Post realizada em 2014⁶² sobre os "segredos" do algoritmo do Facebook, publicações feitas há até 40 horas ou mais podem aparecer no primeiro lugar do seu Feed de notícias, caso os cálculos da rede social — que são realizados também com base no seu histórico de navegação e interação — acreditem que aquele é o conteúdo mais relevante para você.

Transportando a explicação para o "Não Vai Ter Copa", pessoas que interagem constantemente com as páginas da mobilização (curtindo, comentando ou compartilhando publicações) têm mais chances de voltarem a ver postagens desses perfis em destaque em seus feeds de notícias. Por outro lado, quem somente curtiu a página, não realizou interações com ela — mas sim com muitos outros amigos ou perfis de marcas — dificilmente vai se deparar de forma orgânica com essas publicações. Se os próprios administradores não colaborarem com a criação de conteúdo de qualidade (ou seja, que não se enquadre em spam, caça-curtidas ou repetição de conteúdos), a tarefa torna-se ainda mais complicada para o movimento.

5.3 Sobre a análise das páginas

Definidos os critérios de análise e o método de coleta utilizado, é possível iniciar o estudo das páginas do "Não Vai Ter Copa" no Facebook a partir dos períodos previamente selecionados. Para melhor organização do conteúdo das *fanpages* mencionadas, as constatações e descobertas a respeito da mobilização na rede social foram divididas em três etapas: análise descritiva, análise interpretativa e reflexão dos resultados.

A análise descritiva envolve o relato da atividade das páginas estudadas da campanha "Não Vai Ter Copa" no Facebook. Ela resume a forma de

⁶² A reportagem pode ser conferida neste endereço: <https://goo.gl/emrLgX>

atuação de cada página para que seja possível compreender como cada uma age no período pesquisado. São descritos os temas mais abordados, como é o comportamento das publicações e quais os repertórios de ação coletiva empregados. Tabelas e gráficos ajudam a compreender números e divisões de temas de cada segmento, além de possibilitar a consulta da proporção de postagens, curtidas, compartilhamentos e outros fatos a respeito das *fanpages*. Como a análise de enquadramento com base no conteúdo publicado é o foco da pesquisa, o uso de estatísticas não é plenamente desenvolvido neste trabalho. Ainda assim, o apoio dos números auxilia na montagem do contexto de atuação da mobilização na rede social.

A segunda etapa diz respeito à análise de enquadramento propriamente dita. Os quadros enviados pelas páginas são detectados e descritos, com o objetivo de perceber os significados que são construídos durante os períodos selecionados. Isso acontece nos textos escritos pelos responsáveis pelas atualizações das contas e nos conteúdos adicionais, ou seja, eventuais notícias, imagens e vídeos compartilhados. Nesta etapa, é analisado também o alinhamento de quadros (*bridging, extension, amplification e transformation*) executado por cada uma das páginas e pela mobilização completa — sendo que pode não existir uma concordância entre os diferentes focos de ativismo no Facebook. A classificação de Benford e Snow (2000) de enquadramento prognóstico, diagnóstico e motivacional também é aplicada para contribuir com a construção do uso e do significado de cada quadro interpretativo selecionado pelas páginas da rede social.

Por fim, a reflexão com base nos resultados consiste em um tópico para discussão das descobertas da pesquisa. Elas envolvem inferências a respeito do resultado de ambas as análises e um panorama geral da campanha do "Não Vai Ter Copa" no Facebook a partir das páginas estudadas.

5.4 Análise descritiva

Neste segmento, serão realizadas as análises descritivas das quatro páginas selecionadas, separadas por ano de atuação. Gráficos e tabelas serão intercalados com o texto, que ajuda a compreender a atividade do movimento.

5.4.1 ANCOP – 2012

A página da foi criada em 2012 e, neste ano, acumulou um total de 89 postagens de 4 de agosto a 19 de dezembro. Entre os tópicos debatidos, nota-se que o Rio de Janeiro como cidade-sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos de 2016 é um local muito mais citado, com as outras capitais que receberiam jogos da Copa do Mundo (e também possuem seus próprios comitês) ganhando visibilidade de forma bem mais rara. Ao todo, o Rio de Janeiro é citado em 46 oportunidades. As demais cidades receberam destaque: Fortaleza (6 postagens); São Paulo (5 postagens); Curitiba (4 postagens); Natal e Brasília (2 postagens); e Salvador, Cuiabá e Porto Alegre (1 postagem).

Observa-se que o engajamento em comentários, curtidas e compartilhamentos cresce com o tempo, ainda que de forma bastante reduzida — especialmente em comentários, algo repetido nos anos seguintes (GRÁFICO 1). Na primeira publicação da história da página, uma notícia a respeito de gastos para os Jogos Olímpicos de 2016, há somente uma curtida e nenhum compartilhamento ou comentário.

Os números não são muito altos até de dezembro de 2012, embora haja crescimento no número de interações. Ao todo, nove postagens não receberam interação, enquanto sete delas só possuíam um comentário, compartilhamento ou curtida. Os números são bastante baixos, exceto por um *outlier* (ou seja, publicação com números que se diferencia para mais ou para menos da frequência média das demais) que ultrapassou 150 compartilhamentos.

Porém, compreende-se que não é possível julgar o alcance da página somente por essas três variáveis, que indicam interações, não visibilidade: a quantidade de visualizações de uma postagem e o alcance dela em relação ao número de pessoas que curtem uma página está disponível somente em uma página estatística para os administradores responsáveis.

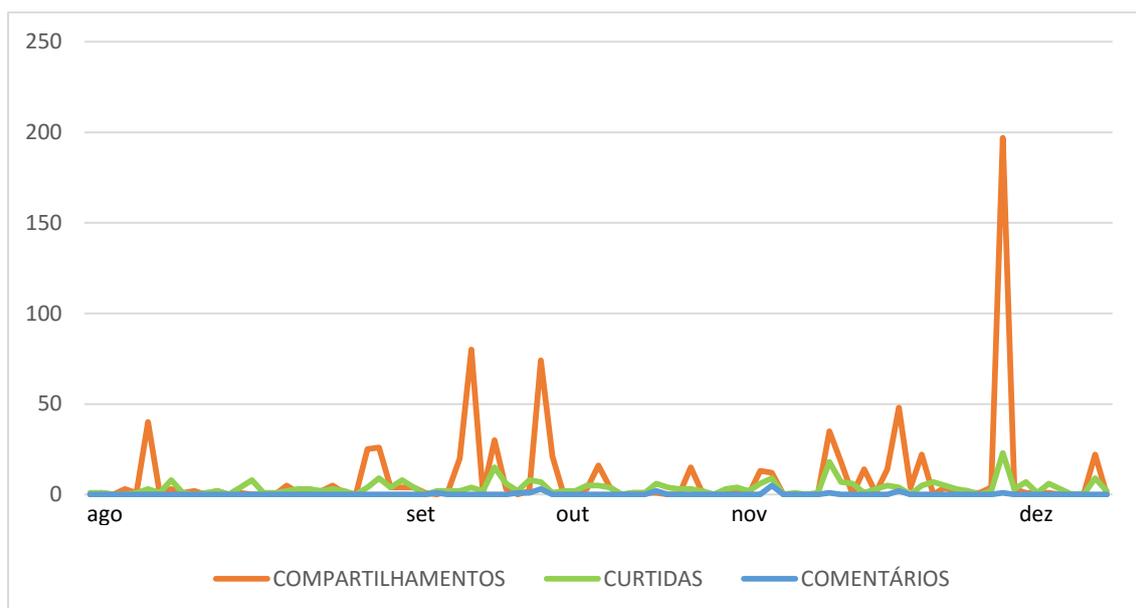


GRÁFICO 1 – Desempenho de interações – ANCOP – agosto a dezembro/2012
Fonte: dados do autor

Com relação ao conteúdo (TABELA 1), nota-se que as postagens são feitas em “blocos” temáticos, com várias publicações seguidas a respeito de um mesmo tema ou pauta do “Não Vai Ter Copa”. Assim, o tema “Moradia” aparece em seis publicações seguidas (6 de agosto e 13 de agosto de 2012) e em oito postagens das onze realizadas entre 14 de agosto e 22 de agosto. Já o tema “Manifestação” aparece em 7 de 10 postagens feitas entre 28 de novembro de 2012 e 4 de dezembro de 2012, sendo 5 delas em sequência. Essa aglutinação pode acontecer quando um determinado assunto está na agenda da mídia ou do público: a cobertura ou o anúncio de um protesto presencial, como uma passeata, naturalmente será intensificada.

O tema Obras em geral é bastante identificado e aparece neste ano com maior frequência do que nos demais. A razão é compreensível: no período, os estádios estavam em período de construção ou reforma. Em 2013, vários já haviam sido completados para a realização da Copa das Confederações.

TEMA	2012	2013	2014	Proporção
Institucional	6	18	87	22,15%
Moradia	29	32	34	18,96%
Manifestação	18	16	43	15,36%
FIFA	3	18	39	11,97%
Repressão policial/Vigilância	3	10	38	10,17%
Obras em geral	18	8	4	5,98%

Gastos da Copa	8	6	10	4,79%
Patrocinadores	3	1	7	2,19%
Trabalho	2	2	6	1,99%
Transporte	2	1	5	1,59%
Turismo sexual	1	3	4	1,59%
Lei Geral da Copa	1	0	4	0,99%
Greves	0	0	3	0,59%
Saúde	0	0	2	0,39%
Educação	0	1	1	0,39%
Desigualdade social	0	0	2	0,39%
Corrupção	1	0	0	0,19%
Mídia	0	1	0	0,19%

Fonte: dados do autor

A página quase não tem conteúdo próprio: o máximo de criação são postagens do site da ANCOP ou notas curtas e montagens da articulação. Várias das postagens são da ramificação do movimento social no Rio de Janeiro. O mais comum é o compartilhamento de notícias e atualizações de outras fontes com breves comentários em texto. A página faz chamadas para protestos (FIGURA 9), coberturas de passeatas e divulgação de manifestações, como uma contra a privatização e as obras que alterariam significativamente a estrutura do Maracanã, estádio no Rio de Janeiro que abrigaria a final da Copa do Mundo. Porém, isso é pouco regular – e menos intenso que em anos seguintes, como será visto nas próximas descrições.



FIGURA 9 – Cartaz em postagem da ANCOP em 2012 ⁶³
Fonte: Facebook

⁶³Postagem disponível em: <https://goo.gl/BjZFWW>

É possível definir a partir da análise de 2012 que o repertório de ação coletiva da ANCOP é bastante presencial e institucionalizado. Por ser uma articulação de comitês formados por movimentos sociais e ativistas, organizados desde 2010, com divisões regionais e participantes normalmente com experiência em mobilizações, já se espera que este segmento adote práticas que envolvam menor uso de violência, tentativa de diálogo com o governo ou repertórios que busquem visibilidade e resultados envolvendo diretamente as autoridades. Um exemplo (FIGURA 10) é a publicação de 16 de agosto de 2012 que tem como conteúdo adicional um vídeo mostrando a entrega de um Plano Popular de urbanismo ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, elaborado por moradores da Vila Autódromo (uma das possíveis localidades que sofreriam com remoções durante a Copa do Mundo) e especialistas ligados à ANCOP.



FIGURA 10 – Vídeo em postagem da ANCOP em 2012⁶⁴
Fonte: Facebook

As postagens de caráter institucional seguem a tendência de uma página que se propõe a ser uma articulação de diferentes movimentos sociais: elas envolvem notas oficiais, coberturas de eventos próprios da ANCOP e a publicação de materiais originais produzidos pela organização, como um dossiê de violações de direitos humanos na Copa do Mundo de 2014.

Entre os conteúdos, os protestos também citam a Lei Geral da Copa. A série de medidas impostas pela FIFA e aceitas pelas cidades-sede é criticada por impedir o trabalho de vendedores ambulantes, por exemplo, e favorecer o

⁶⁴Postagem disponível em: <https://goo.gl/hoi0jG>

comércio de patrocinadores da entidade no entorno dos estádios. A lei foi mais bem explicada no capítulo 2, a respeito do surgimento e das diferentes frentes do “Não Vai Ter Copa” dentro e fora da internet. A violência policial e a repressão, que serão temas mais recorrentes nos demais casos analisados, não foram muito abordados nas postagens, aparecendo como tema em somente três publicações.

O repertório da *fanpage* no ano indica uma tentativa em mostrar, a partir de fontes jornalísticas, como a Copa pode ser prejudicial às cidades-sede com gastos, remoção de moradores e obras em excesso. A alta quantidade de postagens é, na maioria, creditada a outras páginas dos comitês populares, especialmente o do Rio de Janeiro. O vídeo também é bastante usado como recurso para mostrar depoimentos de moradores contra o evento ou a cobertura de manifestações presenciais.

5.4.2 ANCOP – 2013

A página publicou 105 postagens de 11 de janeiro de 2013 a 23 de dezembro de 2013. A frequência de publicações é baixa se comparada ao ano anterior, já que o número de atualizações é somente um pouco maior para um período sete meses mais longo.

Não há um padrão de frequência e, enquanto alguns dias concentram várias postagens — foram sete publicações em 18 de junho, durante a Copa das Confederações —, há também longos períodos sem qualquer novidade na *fanpage* em um mesmo mês. Não há publicações entre 3 de junho e 11 de junho e entre 1º e 17 de julho, por exemplo, sendo que um dos períodos envolve a semana anterior à Copa e o outro encontra-se durante e logo após o torneio. Janeiro (4 postagens), abril (5 postagens), agosto (2 postagens) e setembro (2 postagens) também são meses de baixo movimento na página.

Essa ausência de publicações não é necessariamente algo ruim, já que o período era de intensa movimentação nas ruas e os administradores da página possivelmente estavam envolvidos com as manifestações. Entretanto, como foi discutido, em termos de mobilização, a ausência de publicações pode prejudicar o engajamento do público e a visibilidade das postagens no Facebook.

Como é possível notar (GRÁFICO 2), as interações da ANCOP aumentam em termos de compartilhamentos, com um maior número de postagens ultrapassando os 60 compartilhamentos. A quantidade de comentários permanece bastante baixa, enquanto as curtidas apresentam uma inconstância – ainda que esses altos e baixos dificilmente ultrapassem as 20 curtidas.

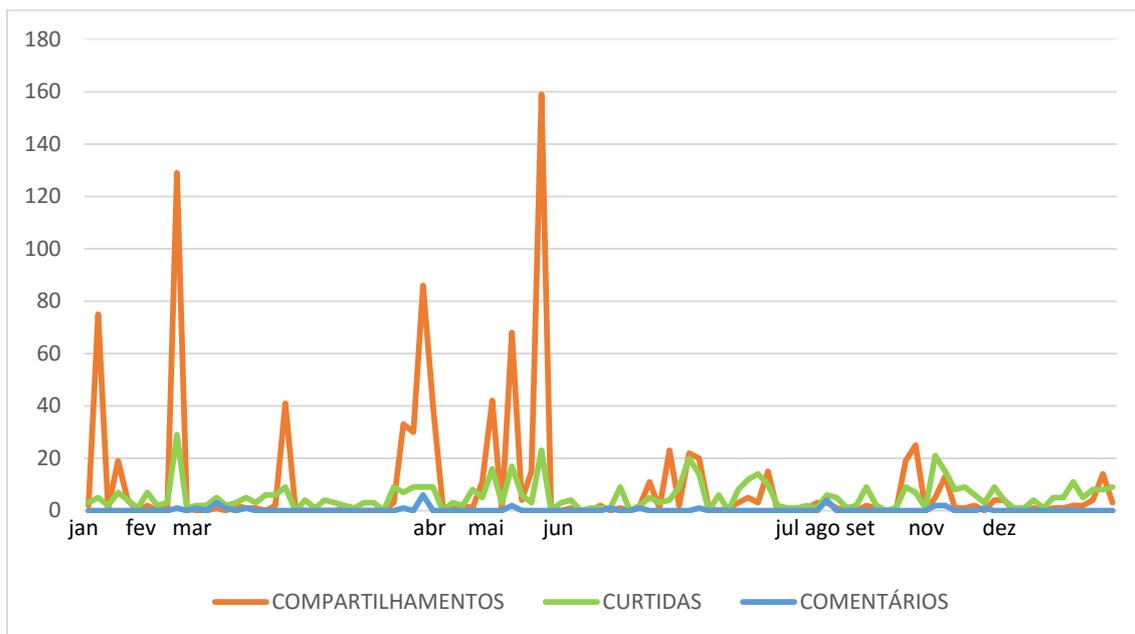


GRÁFICO 2 - Desempenho de interações - ANCOP – janeiro a dezembro/2013
Fonte: dados do autor

Entre as pautas que envolvem demandas e polêmicas da Copa do Mundo, Moradia é um tema bem recorrente no ano, com 33 publicações. Na época, vários dos estádios ainda estavam em processo de construção e setores das cidades-sede permaneciam em reforma, gerando denúncias sobre remoções, despejos e ocupações.

Naquele ano, a FIFA é um tema bastante recorrente. As críticas à entidade que controla a organização dos torneios oficiais de futebol ao redor do mundo são acompanhadas de um exemplo de repertório online que a página adota: chamadas para participação em uma votação pública pela internet para eleger a "pior corporação do mundo", segundo o site PublicEye (FIGURA 11). A votação continua a ter repercussão na página no ano seguinte e indica uma forma original de protesto que não envolve uma ação direta contra a instituição,

mas que afeta a moral da entidade e negativa ainda mais a imagem da corporação internacionalmente.

Como a época coincide com as manifestações do MPL de junho e julho de 2013, além da Copa das Confederações em algumas das cidades-sede da Copa do Mundo, a cobertura de passeatas presenciais aumenta. Além da ida às ruas para protestar contra o aumento da passagem no transporte público e outras pautas, incluindo a Copa do Mundo, a época é marcada por protestos durante jogos da seleção brasileira de futebol.



FIGURA 11 – Votação em postagem da ANCOP 2013⁶⁵
Fonte: Facebook

Interações permanecem baixas em curtidas, com publicações sem ao menos um clique. Porém, nota-se um aumento em compartilhamentos e comentários em relação a 2012. A quantidade de compartilhamentos é normalmente maior, ou seja, as postagens da ANCOP são mais disseminadas, já que são publicadas em perfis pessoais de outros usuários da rede social.

Novamente, a página aposta bastante em conteúdo externo, seja de outras *fanpages*, notícias ou artigos. Postagens de ativistas ou de comitês populares regionais no Facebook são frequentes, assim como notícias sobre problemas e polêmicas em relação ao evento. A postagem de vídeos também é um recurso bastante utilizado pela ANCOP no período, mas imagens e até áudios são publicados, indicando diversidade no formato das publicações.

⁶⁵Postagem disponível em: <https://goo.gl/w3E8oB>

Desta vez, ao contrário do que ocorreu em 2012, mais cidades-sede são tema de postagens (FIGURA 12) e não há um foco tão específico nos acontecimentos da preparação da Copa do Mundo no Rio de Janeiro — embora a cidade, palco da final do torneio, ainda seja bastante citada.



FIGURA 12 – Artigo em postagem da ANCOP em 2013⁶⁶
Fonte: Facebook

Assim como em 2012, a página mantém o tom mais oficial, institucionalizado. A organização é comprometida em denunciar e acompanhar as atividades dos demais comitês, a partir de uma linguagem profissional, apesar do tom crítico, refletindo a realização do torneio no país do ponto de vista da sociedade marginalizada e dos direitos humanos.

5.4.3 ANCOP – 2014

Ao todo, foram realizadas 246 postagens entre 7 de janeiro e 30 de julho. O número é mais que o dobro das publicações da página em 2013, sendo que o período estudado em 2014 corresponde a apenas metade de um ano. O mês de maior atividade é maio, faltando poucas semanas para o início da Copa do Mundo. Nele, são realizadas 80 atualizações. Aqui, uma tática de publicação recorrente em outras páginas é utilizada: a postagem em massa em um único dia. Só em 2 de maio, por exemplo, são 13 novidades na página. Em junho e julho, isso se repete em menores proporções. Já nos meses anteriores, a preferência é por um menor número de postagens no mesmo dia, como

⁶⁶ Postagem disponível em: <https://goo.gl/2KkaTw>

aconteceu nos dois anos anteriores. Durante a Copa do Mundo, a página também realiza um alto número de publicações, especialmente com relação às manifestações: são chamadas para as passeatas, material de cobertura e até um endereço em vídeo para acompanhar ao vivo a mobilização em Fortaleza.

A enquete do site PublicEye para eleger a pior corporação do mundo foi finalizada neste período. A FIFA ficou em terceiro lugar, mas foi a mais votada entre o público brasileiro, indicando sucesso na divulgação da campanha desta e de outras páginas críticas à entidade. A divulgação da votação é o único momento em que o conteúdo das publicações é repetido — no caso, o endereço da enquete em si.

Um número maior de publicações ultrapassa 50 compartilhamentos e curtidas, sendo que ambas as métricas apresentam um desempenho semelhante (GRÁFICO 3), apesar de diferentes proporções — ou seja, quando uma das interações é alta, é possível que a outra também apresente bons números. Por outro lado, assim como nos anos anteriores, o número de comentários continua bastante baixo, inclusive quando comparado com as curtidas e os compartilhamentos (este novamente o indicativo de melhor desempenho). Isso representa a falta de diálogo entre a publicação da ANCOP e o público que curte a página para receber as publicações.

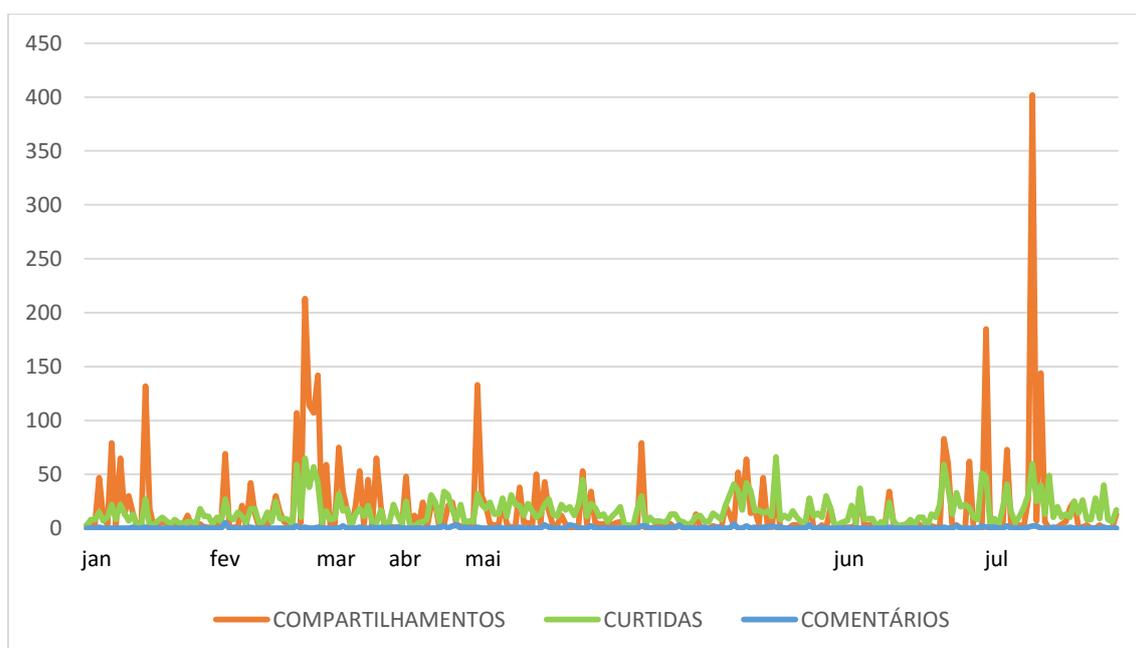


GRÁFICO 3 – Desempenho de interações – ANCOP – janeiro a julho/2014

Fonte: dados do autor

O ano também é marcado por uma série de publicações institucionais que envolvem a cobertura do evento "Encontro dos Atingidos — Quem Perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos", organizado pela ANCOP entre 1º e 3 de maio, em Belo Horizonte (FIGURA 13). O ato reúne movimentos sociais em geral, participantes dos comitês populares e atingidos pelas obras da Copa do Mundo. Palestras, mesas-redondas, depoimentos e reuniões serviram como exposição de casos e momento de planejamento para a mobilização. Ao todo, foram cerca de 500 participantes só no primeiro dia, de acordo com os organizadores.



FIGURA 13 – Foto em postagem da ANCOP em 2014⁶⁷
Fonte: Facebook

Em julho, a prisão de ativistas durante os protestos no Rio de Janeiro e até às vésperas da final da Copa do Mundo também é um tema abordado em forma de nota de repúdio, denúncia e manifestação de apoio. Neste momento, a página assume em maior volume seu caráter institucional, divulgando notas opinativas ou materiais produzidos pela ANCOP e seus comitês. Institucional, inclusive, é o tema mais presente nas postagens de 2014, com 80 aparições.

Neste ano, há o maior *outlier* da página em número de interações: uma postagem que pede um minuto de silêncio antes da final da Copa do Mundo entre Argentina e Alemanha, algo que não aconteceu. Ao todo, foram 402 compartilhamentos na publicação em português (o cartaz foi postado mais vezes no mesmo dia, em outros idiomas, mas nenhuma das imagens obteve

⁶⁷Postagem disponível em: <https://goo.gl/sgkbtX>

desempenho similar). É curioso notar como a página foi criticada pelo ato: em um comentário feito na publicação, a ANCOP é questionada sobre o porquê de a homenagem não envolver questões da Copa, como a morte de operários nas obras dos estádios, e sim temas internacionais, como a Palestina (FIGURA 14).



FIGURA 14 - Montagem em postagem da ANCOP em 2014⁶⁸
Fonte: Facebook

Durante todo o ano, a ANCOP quase não cita futebol e o esporte é ainda mais ignorado durante a Copa do Mundo. Uma menção à derrota para a Alemanha é feita, mas em tom crítico: uma publicação contendo um vídeo do jornal britânico The Guardian cita que o placar de 7 a 1 não deve ser motivo de vergonha, mas sim dados sobre as prisões de ativistas, os lucros da FIFA e os operários mortos em obras de estádios. A página também dá continuidade à política de abrir mais espaço para outras cidades-sede além do Rio de Janeiro. Prova disso é a cobertura completa do Encontro dos Atingidos, que aconteceu em Belo Horizonte, e o chamado para reuniões e manifestações em Fortaleza.

5.4.4 SE NÃO TIVER DIREITOS NÃO VAI TER COPA – 2014

Ao todo, no período pesquisado, foram 457 postagens na página entre 24 de janeiro e 28 de julho. Vale ressaltar que o curto espaço de tempo é justificado pelo fato de a página ter sido criada somente em 2014 e o período

⁶⁸Postagem disponível em: <https://goo.gl/HMknPY>

da pesquisa se encerrar em julho do mesmo ano, quando a Copa do Mundo se encerrou. Ainda assim, a frequência de publicações na página é bastante alta para apenas sete meses. É curioso notar que a regularidade de atualiações cai bastante com a chegada da Copa do Mundo em si (GRÁFICO 4), inclusive com vários dias dos meses de junho e julho de 2014 sem qualquer publicação, enquanto outros possuem diversas postagens — algumas delas repetidas.

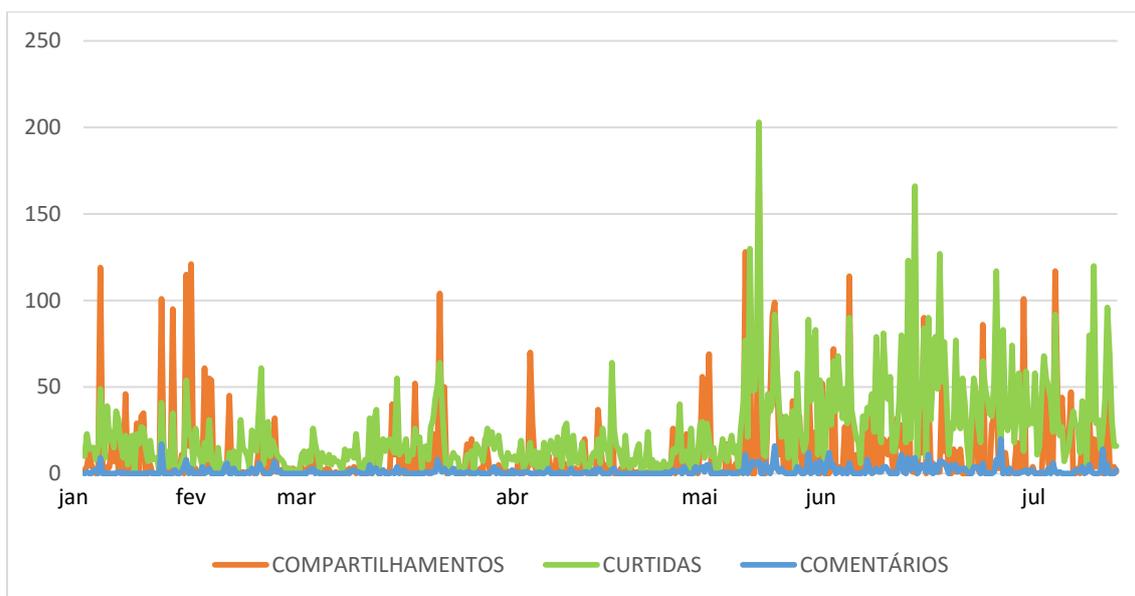


GRÁFICO 4 – Desempenho de interações – Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa – janeiro a julho/2014

Fonte: dados do autor

Em comparação com o Contra Copa 2014 e a ANCOP, a página menciona menos as pautas de demandas sociais (TABELA 2). Os temas mais comuns encontrados no período pesquisado são Manifestações e Repressão policial/Vigilância e essa combinação faz bastante sentido. Ao mesmo tempo em que chama para eventos e realiza a cobertura ao vivo ou posterior de passeatas presenciais, a *fanpage* denuncia prisões e o uso da violência pelas autoridades. Normalmente, essas publicações aparecem em sequência: primeiro, há as convocações e, após ou durante a realização do ato, as críticas.

TABELA 2 – OS TEMAS EM “SE NÃO TIVER DIREITOS NÃO VAI TER COPA”

TEMA	2014	Proporção
Manifestação	332	60,80%
Repressão policial/Vigilância	105	19,23%
Institucional	26	4,76%
Greves	16	2,93%
Moradia	13	2,38%
Saúde	13	2,38%

Educação	8	1,46%
Futebol	8	1,46%
FIFA	7	1,28%
Política	6	1,09%
Transporte	5	0,91%
Gastos da Copa	3	0,54%
Obras em geral	2	0,36%
Mídia	2	0,36%

Fonte: dados do autor

Há muitas convocações para manifestações presenciais, frequentemente com uma montagem indicando hora, data, local e pauta. Em alguns casos, o evento do Facebook é compartilhado. Nota-se também um uso ineficiente da rede social como ferramenta de divulgação. A página realiza postagens com o mesmo conteúdo em períodos diferentes de um único dia ou em uma sequência de dias seguidos. Compreende-se que o objetivo é atingir o público em diferentes horários e fixar os dados do evento para que participantes não se esqueçam, mas a estratégia dentro da rede social pode ser prejudicial para o desempenho da *fanpage*. No caso específico do coletivo, a página acaba usada como um mecanismo de divulgação do repertório presencial, além de fazer denúncias contra eventuais abusos do aparato policial do Estado. Especialmente nas publicações sobre manifestações (FIGURA 15), faz bastante uso de *hashtags* no texto.

FIGURA 15 – Montagem na postagem Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014⁶⁹
Fonte: Facebook

⁶⁹Postagem disponível em: <https://goo.gl/QaRfzH>

Algumas postagens se enquadram como institucionais, notas oficiais do coletivo a respeito de si mesmo. Essas postagens incluem comunicados direcionados a outros grupos ou páginas, comentários feitos após a realização de um protesto ou na forma de notas de esclarecimento. Entre as publicações, há uma mensagem em forma de consulta: o coletivo deseja saber quais pautas devem ser abordadas no decorrer do ano, mais especificamente após a Copa do Mundo. Trata-se de uma forma de prolongar os protestos e a ação do coletivo para além do mundial, mesmo que as pautas relativas ao evento não sejam mais abordadas. Foi observado ainda que a página mantém ligação com outra aqui estudada: ela compartilha publicações realizadas pelo Contra Copa 2014. A prisão de ativistas durante manifestações é uma pauta compartilhada com outras *fanpages* e, no caso do coletivo, tratada com bastante frequência. São pedidos de libertação, denúncias sobre uma suposta detenção feita sem motivos legais e chamadas para passeatas presenciais pedindo a liberação dos manifestantes.

Entre as publicações em Futebol, há uma menção à derrota da seleção brasileira contra a Alemanha na semifinal em um tom de humor. Nota-se também um repertório original no Facebook, sendo esta página a única que adotou essa forma de protesto. Trata-se de uma ação intitulada "poemaço", publicação de poesias que criticam a Copa do Mundo compostas por membros do coletivo, leitores ou autores desconhecidos. Ao todo, foram 19 postagens da campanha em 11 de junho de 2014, um dia antes da abertura da Copa. Os números de comentários, curtidas e compartilhamentos não são baixos em comparação com o desempenho em geral da página, mas a publicação de todas as postagens no mesmo dia pode ter interferido negativamente na visibilidade.

5.4.5 NÃO VAI TER COPA (2013)

A página apresentou 399 postagens de 30 de setembro a 31 de dezembro de 2013, uma frequência alta de publicações para um período tão curto (aproximadamente quatro meses de atividade). O número é explicado pela atividade diária da página: nos dias de postagem, dificilmente menos de cinco publicações são realizadas em 24 horas. Em 1º e 2 de outubro, foram 18

por dia. Como citado, a estratégia pode prejudicar o engajamento do público (GRÁFICO 5) e a visibilidade nos *feeds* de notícias de quem eventualmente curtiu a página e recebe as atualizações. Outro fator que também se repete em relação à *fanpage* anterior é a republicação do mesmo conteúdo em diferentes dias.

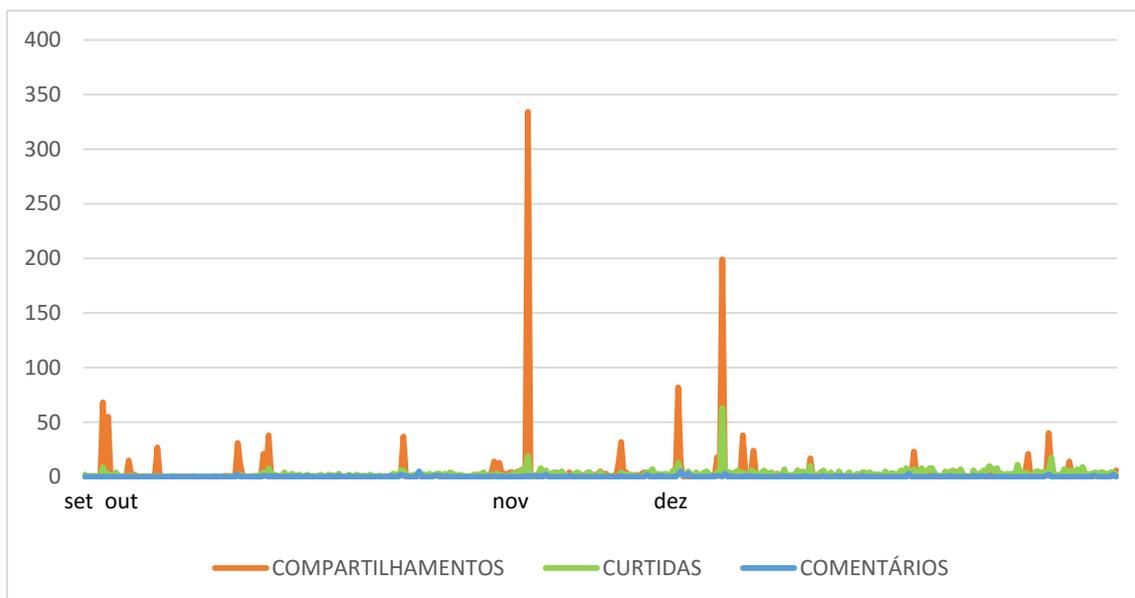


GRÁFICO 5 – Desempenho de interações – NÃO VAI TER COPA – setembro a dezembro/2013

Fonte: dados do autor

Um exemplo da alta repetição de conteúdo é a montagem que acusa futebol, mídia, educação, repressão policial e polarização política de "controlar" o Brasil (FIGURA 16). Só em 2013, ela foi publicada em 13 de outubro⁷⁰ (sem interações), 29 de outubro⁷¹ (2 curtidas e 12 compartilhamentos), 13 de novembro⁷² (2 curtidas) e 22 de dezembro⁷³ (3 curtidas e 1 comentário).

Como é possível acompanhar pelo gráfico, a página se destaca somente em compartilhamentos – e, ainda assim, é um baixo número de publicações. Os comentários são bastante escassos e a quantidade de curtidas acompanha as postagens com alto número de compartilhamentos, porém em uma escala bem mais reduzida.

⁷⁰ Postagem disponível em: <https://goo.gl/1kPZYC>

⁷¹ Postagem disponível em: <https://goo.gl/eyqhwq>

⁷² Postagem disponível em: <https://goo.gl/HmtAsi>

⁷³ Postagem disponível em: <https://goo.gl/fEqhwb>



FIGURA 16 – Montagem em postagem do NÃO VAI TER COPA em 2013⁷⁴

Fonte: Facebook

Já entre as temáticas mais populares (TABELA 3), Corrupção aparece em primeiro (sendo que ela aparece pouco ou sequer é citada nas demais páginas estudadas). Quando o político não é retratado com um desenho genérico de um homem ganancioso e vilanesco, há críticas às figuras do Partido dos Trabalhadores (PT), como Dilma Rousseff e Luis Inácio Lula da Silva, além de Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Charges e montagens sobre desvio de verbas ou manipulação são retratados. As eleições, que aconteceriam três meses após a Copa, são mencionadas com sugestões à população: que políticos não sejam reeleitos e que haja consciência na hora de votar.

TABELA 3 – OS TEMAS EM “NÃO VAI TER COPA”

TEMA	2013	2014	Proporção
Corrupção	128	177	29,93%
Manifestação	90	160	24,53%
Repressão policial/Vigilância	49	41	8,83%
Educação	30	27	5,59%
Mídia	25	31	5,49%
Futebol	16	27	4,02%
Desigualdade social	10	25	3,43%
Obras em geral	10	21	3,04%
Transporte	15	15	2,94%

⁷⁴Postagem disponível em: <https://goo.gl/8dEfdH>

Saúde	16	14	2,45%
FIFA	8	17	2,45%
Economia	11	13	2,35%
Gastos da Copa	5	7	1,17%
Institucional	1	7	0,78%
Moradia	4	4	0,78%
Greves	2	3	0,49%
Patrocinadores	2	3	0,49%
Política	1	3	0,39%
Segurança	1	0	0,09%
Falta de água em SP	0	1	0,09%
Racismo	0	1	0,09%

Fonte: dados do autor

Os temas Mídia e Futebol têm crítica à imprensa e ao esporte. Muitas postagens não têm texto, só por imagem, vídeo ou postagem de outra página. Quando há texto, são frases curtas sem argumentação, com chavões e frases de senso comum como “Enquanto isso, no Brasil...” para explicitar a realidade do país e criticar a relevância exagerada da Copa no país. Apesar de muitas publicações do tema Manifestação, os conteúdos não são convocações ou coberturas, e sim cartazes, montagens com frases de efeito (FIGURA 17) e chamados genéricos. Como a página surge após a Copa das Confederações e os protestos de junho, eles são pouco citados.



FIGURA 17 – Imagem na página NÃO VAI TER COPA em 2013⁷⁵
Fonte: Facebook

⁷⁵Postagem disponível em: <https://goo.gl/x6Zt2u>

5.4.6 NÃO VAI TER COPA – 2014

Ao todo, foram realizadas 585 postagens entre 2 de janeiro e 14 de julho. Trata-se do período com maior quantidade de publicações entre todas as páginas pesquisadas. Em geral, a *fanpage* não exibe um comportamento muito diferente em 2014, comparado com o ano anterior. Várias temáticas se repetem, a frequência de postagens é intensa e o estilo agressivo dos conteúdos é mantido. As atualizações são mais intensas, com diversas publicações ao longo de um único dia. A repetição de conteúdo novamente é notada, o que pode explicar o GRÁFICO 6: algumas postagens atingem um número expressivo de interações, mas o desempenho cai rapidamente, criando inconstância na frequência. Assim como em 2013, há repetição no conteúdo, com várias montagens e fotos reaparecendo ao longo dos meses.

Apesar disso, comentários, curtidas e compartilhamentos foram superiores em quantidade ao ano anterior. O *outlier* não chega a um número tão grande quanto o de 2013, mas há mais publicações que ultrapassam 50 compartilhamentos ou curtidas. A partir da segunda metade de maio, a quantidade de curtidas cresce consideravelmente e chega a ultrapassar a média de comentários — mudança de cenário não vista em demais páginas.

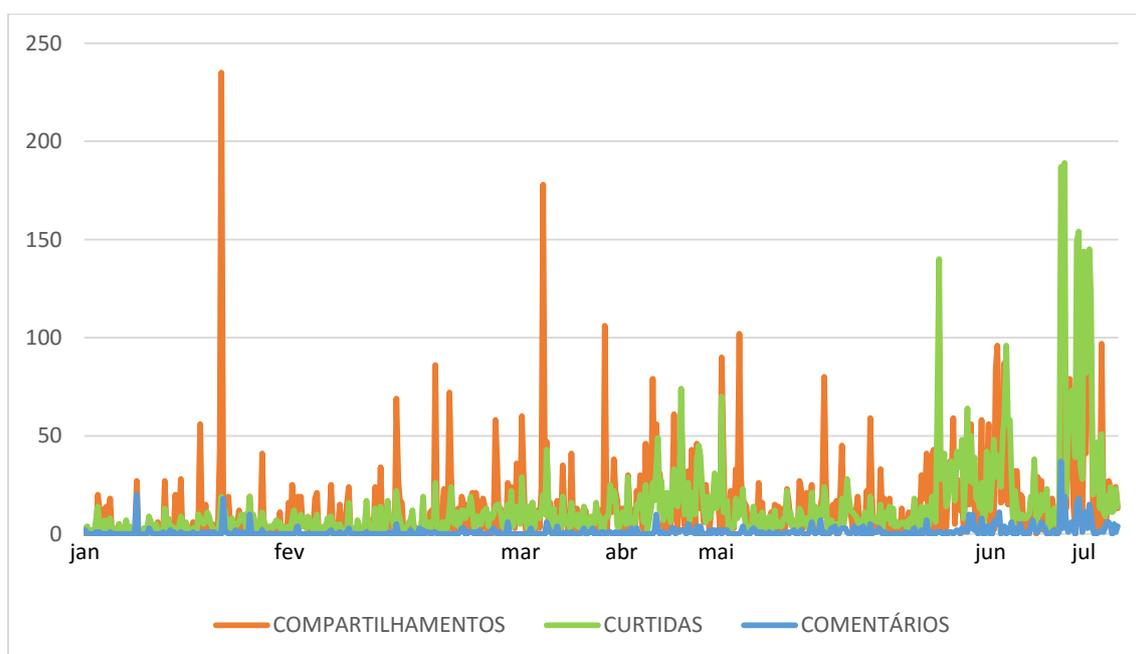


GRÁFICO 6 – Desempenho de interação – NÃO VAI TER COPA – janeiro a julho/2014

Fonte: dados do autor

Como é possível perceber a partir do gráfico, o número de compartilhamentos cai aos poucos, embora seja, durante quase todo o ano, a variável que mais apresenta número altos ao longo do estudo nesta página. Entretanto, a quantidade de curtidas aumenta e, no final do período estudado, chega a ultrapassar os compartilhamentos. Ao mesmo tempo, o número de comentários cresce nos últimos instantes do período estudado, mais precisamente no período de realização Copa do Mundo. Isso indica um maior número de interação em texto entre a página, que realiza a postagem de um conteúdo, e as pessoas que curtem a *fanpage* e visualizaram uma publicação no *feed* de notícias. Já a diminuição nos compartilhamentos indica que as publicações foram menos disseminadas pelo Facebook. Não há como comprovar, mas a repetição das postagens pode ser um dos fatores envolvidos.

Entre as temáticas, há uma pluralidade um pouco maior nas postagens, que passeiam por temas diferentes com maior frequência do que no ano anterior. Porém, Mídia e Corrupção, que não são exatamente pautas da campanha “Não Vai Ter Copa”, continuam ocupando um grande espaço. Ainda há uma alta quantidade de críticas às figuras do PT, assim como ao PSDB, mais personificado na figura de Geraldo Alckmin.

Assim como foi detectado em outras páginas, o número de publicações cai bastante durante a realização da Copa do Mundo: entre 12 de junho e 14 de julho, são somente 23 postagens. Nenhuma delas diz respeito às partidas em si: o tom de críticas com temáticas variadas é mantido. Em outros momentos do ano, o tema Futebol é tratado sempre de forma crítica. O esporte é citado como algo alienante, que faz o brasileiro deixar de pensar em problemas sociais (FIGURA 18). Além disso, a violência nos estádios é citada como uma consequência da falta de educação. As já mencionadas declarações dos ex-jogadores Pelé e Ronaldo também são alvo de críticas nas publicações. Na véspera do torneio, há uma atualização em que a página declara a torcida para a derrota da seleção brasileira.

Ao contrário das outras *fanpages* pesquisadas, ela faz poucas chamadas para protestos. Ao todo, são 8 chamadas para passeatas presenciais e 6 publicações ao vivo durante uma manifestação — um número bastante baixo levando em conta a frequência e a quantidade de publicações

da página. Devemos levar em conta ainda que a cobertura em tempo real é de um único dia. A NÃO VAI TER COPA chega a criticar as mobilizações de junho de 2013, alegando que o slogan “O gigante acordou” não é mais válido, pois os protestos teriam diminuído de intensidade logo depois.



FIGURA 18 – Montagem na página NÃO VAI TER COPA em 2014⁷⁶
Fonte: Facebook

A página acumula uma alta presença do tema Manifestação (160), mas poucas postagens falam de um protesto que ainda vai acontecer. Ainda, há a publicação de cartazes de protestos anteriores (FIGURA 19) com mensagens de impacto.



FIGURA 19 – Cartaz na página NÃO VAI TER COPA em 2014⁷⁷
Fonte: Facebook

Em relação ao conteúdo adicional, a situação não se altera se comparada ao ano anterior. As publicações envolvem imagens (fotos,

⁷⁶ Postagem disponível em: <https://goo.gl/86L7fz>

⁷⁷ Postagem disponível em: <https://goo.gl/g5m48n>

montagens, memes, charges ou colagens) que muitas vezes não são acompanhadas de um texto na postagem.

5.4.7 CONTRA COPA 2014 – 2013

A página apresenta 108 postagens de 9 de novembro a 31 de dezembro. O número de publicações não é exagerado, mas a *fanpage* não deixa de realizar postagens com frequência. Exceto em 3 de dezembro, quando realiza oito postagens no mesmo dia, a página tem atividade espaçada e sem repetir os conteúdos e os temas em uma mesma sequência. Porém, até esse caso é justificado, já que se trata de um tutorial para que você personalize o seu perfil pessoal do Facebook para exibir indignação com a Copa do Mundo na própria linha do tempo. Nota-se ainda um número baixo de comentários até o final do ano (GRÁFICO 7), quando duas publicações geram uma interação mais significativa. Como já foi notado em outras páginas, um compartilhamento volumoso normalmente significa o mesmo nas curtidas, porém em menor proporção.

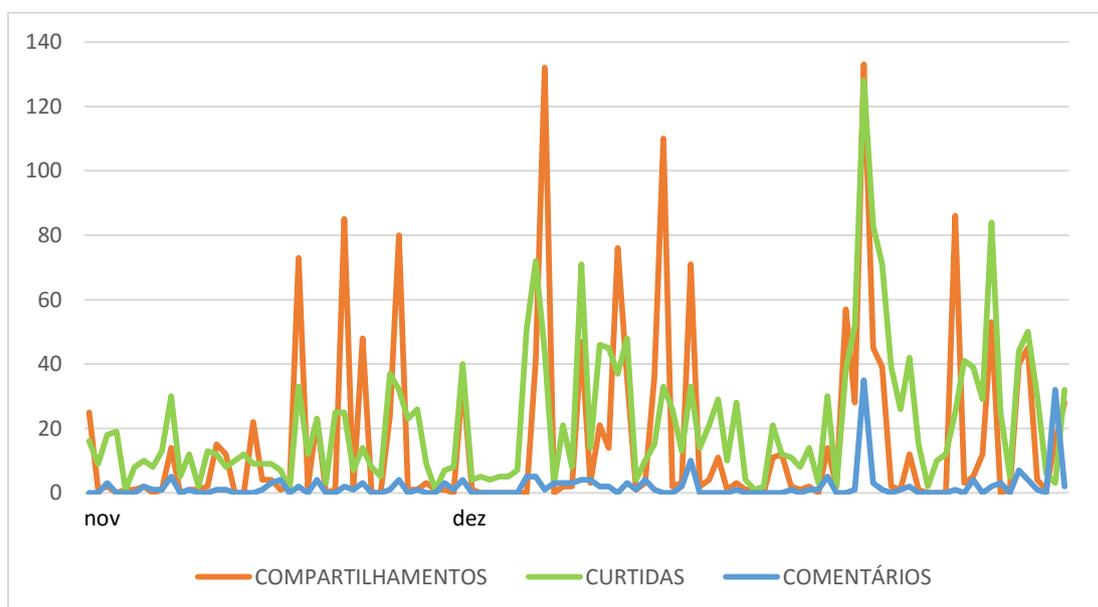


GRÁFICO 7 – Desempenho de interações – Contra Copa 2014 – novembro a dezembro/2013
Fonte: dados do autor

A *fanpage* traz uma alta variedade de conteúdos adicionais compartilhados: há uma mescla de imagens, textos, notícias, artigos, eventos e vídeos, diversificando também os temas tratados durante as atualizações.

Quase todas as publicações acompanham um texto escrito pelos responsáveis da página (FIGURA 20). Ele varia entre palavras de incentivo, resumo de notícias, críticas e alguns dos gritos do movimento, como a *hashtag* "#naovaitercopa" e a expressão "FIFA Go Home".



FIGURA 20 – Foto em postagem da Contra Copa 2014 em 2013⁷⁸
Fonte: Facebook

A página realiza uma alta quantidade de postagens relacionadas com as manifestações presenciais contra a Copa do Mundo, localizadas em diversas cidades — até em algumas que não receberiam jogos do evento. A ação faz sentido, já que é a Contra Copa 2014 a responsável pela criação dos eventos no Facebook. A pauta de repressão policial, que acompanha as manifestações em outras páginas, aqui aparece em baixo número (TABELA 4).

Por conta do foco nos protestos presenciais, as pautas relativas à Copa do Mundo em si aparecem, mas existem em menor número e com maior foco em certas temáticas. Neste período, a Contra Copa 2014 foca bastante nos gastos realizados com o mundial. As publicações usam números como o custo de obras dos estádios e a verba que deixa de ser investida em outras áreas.

TABELA 4 – OS TEMAS EM “CONTRA COPA 2014”

TEMA	2013	2014	Proporção
Manifestação	52	287	43,85%
Repressão policial/Vigilância	9	142	19,53%

⁷⁸Postagem disponível em: <https://goo.gl/EfI08v>

Greves	0	37	4,78%
FIFA	15	18	4,26%
Gastos da Copa	14	19	4,26%
Moradia	11	19	3,88%
Futebol	2	23	3,36%
Mídia	3	17	2,58%
Saúde	1	18	2,45%
Obras em geral	3	14	2,19%
Educação	2	12	1,81%
Institucional	2	11	1,68%
Política	0	13	1,68%
Transporte	3	6	1,16%
Desigualdade social	2	2	0,51%
Falta de água em SP	0	3	0,38%
Patrocinadores	2	0	0,25%
Corrupção	1	1	0,25%
Economia	1	1	0,25%
Segurança	1	1	0,25%
Lei Geral da Copa	0	1	0,12%
Turismo sexual	0	1	0,12%
Feminismo	0	1	0,12%
LGBT	0	1	0,12%

Fonte: dados do autor

Para divulgar as manifestações ou mostrar algumas das pautas, a página também se dedica a publicar registros do repertório presencial das manifestações. Por isso, fotos de pichações, cartazes, adesivos colados em postes e desenhos em ambientes urbanos são comuns. Questões políticas, como antipetismo, “anti-PSDB” e uma crítica ao prefeito do Rio de Janeiro surgem em postagens. A *fanpage* também publica críticas às declarações de dois ex-jogadores e membros do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014. Em diferentes entrevistas, tanto Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, quanto Ronaldo Nazário, o Ronaldo Fenômeno, criticaram as manifestações e demandas das campanhas do “Não Vai Ter Copa” e colocaram o futebol em primeiro plano. Ao justificar a verba destinada para o torneio e não para outros setores, Ronaldo citou que “não se faz uma Copa do Mundo com hospitais”. Já Pelé citou que os gastos deveriam ser esquecidos, enquanto os protestos poderiam ser retomados somente após a Copa.

As pautas das postagens são bem variadas e há bastante conteúdo próprio, seja montagens ou textos produzidos pelos responsáveis pelas páginas. Entre os temas criticados, destacam-se os gastos da Copa, as obras nas cidades-sede e a FIFA.

5.4.8 CONTRA COPA 2014 – 2014

Ao todo, foram 500 postagens entre 1º de janeiro e 28 de julho de 2014. A quantidade e a frequência aumentam significativamente em relação ao ano anterior. São identificados (GRÁFICO 8) quatro *outliers*, com uma publicação ultrapassando 3 mil compartilhamentos. O número de curtidas não apresenta diferenciais, mas é maior que em outras páginas. Comentários permanecem em número expressivo, mas não tão alto quanto os outros dois indicadores.

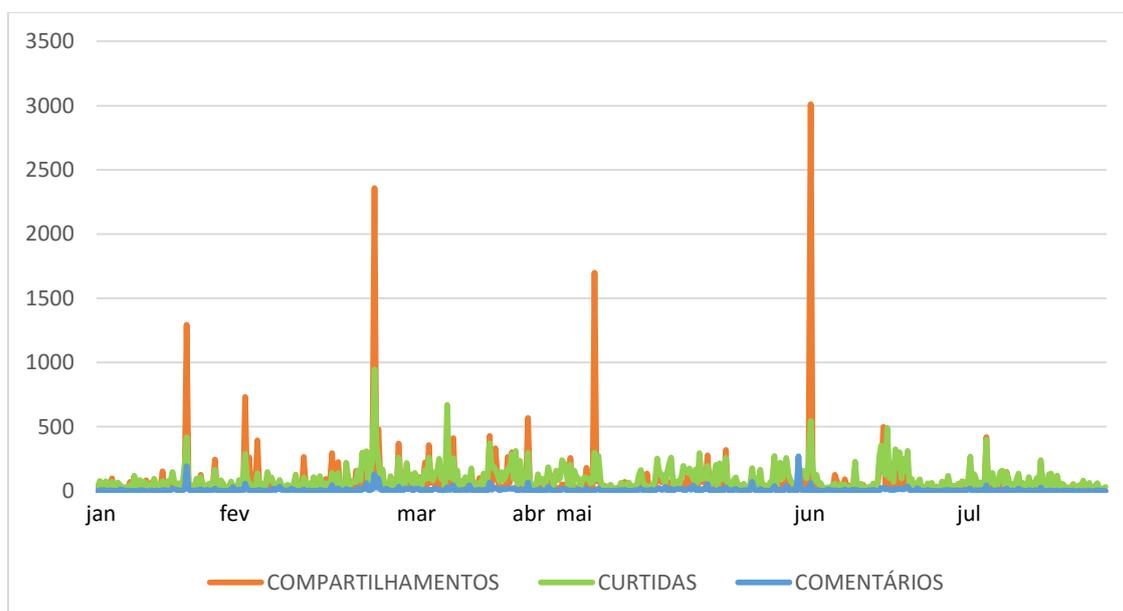


GRÁFICO 8 – Desempenho de interações – Contra Copa 2014 – janeiro a julho/2014

Fonte: dados do autor

A página comporta-se diferente também na originalidade das publicações: há muitas postagens repetidas e seguidas. No dia 6 de maio, são seis convocações para um ato a ser realizado no final daquele mês em São Paulo. E, em vez de compartilhar conteúdo de outras páginas ou notícias, a *fanpage* prefere em 2014 postar uma maior quantidade de vídeos e imagens (FIGURA 21).

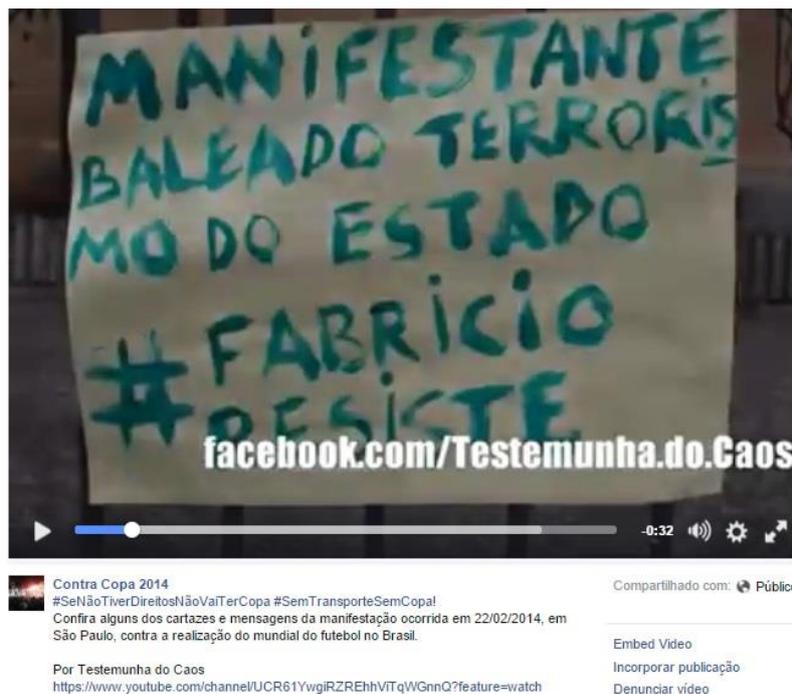


FIGURA 21 – Cartaz na página Contra Copa 2014 em 2014⁷⁹
 Fonte: Facebook

Como a Contra Copa 2014 é uma das responsáveis por criar os eventos no Facebook sobre os protestos presenciais, há bastante convocação e cobertura ao vivo dos protestos. O foco dessas publicações é maior em São Paulo, cidade de abertura da Copa do Mundo e palco de muitas passeatas que antecederam os jogos. É notado também o uso de *hashtags*, especialmente nas postagens que convocam para movimentos.

A página apresenta um comportamento padronizado ao longo dos meses: expõe o problema da Copa ou faz *bridging* com alguma situação, chama para um protesto presencial, denuncia uma eventual repressão policial na passeata e volta a falar sobre demandas e reivindicações. Mas o conteúdo compartilhado é bastante variado: há fotos dos protestos, charges ironizando ou criticando a Copa do Mundo e vídeos que mostram passeatas, músicas feitas contra o evento e outras situações. A prisão de ativistas como Fábio Hideki e Rafael Marques recebe intensa cobertura em junho de 2014, com críticas ao governo de São Paulo e à Polícia Militar. Antes disso, a página realiza muitas postagens sobre a Copa do Mundo durante seu acontecimento. Várias delas misturam críticas com humor: há menções sobre a derrota de 7 a 1 sofrida pela seleção brasileira contra a Alemanha, piadas com a lesão do

⁷⁹Postagem disponível em: <https://goo.gl/YNQcKp>

atacante Neymar durante a partida anterior, contra a Colômbia, e comparações do tratamento oferecido ao jogador com o SUS.

5.5 Análise interpretativa

Na análise interpretativa, os alinhamentos de quadros serão identificados a partir das postagens das páginas estudadas no Facebook. O processo envolve a classificação de temas (realizado em conjunto com a análise descritiva), na identificação das fases da mobilização (TARROW, 2009) e no relato de formação de dois processos: a formação de quadros a partir de um conjunto de discursos e o alinhamento como estratégia de comunicação.

5.5.1 ANCOP

Em termos de alinhamento, a página da ANCOP realiza o *frame amplification* em larga escala durante os três anos pesquisados, com as pautas da Copa sendo altamente difundidas e discutidas ao longo de sua atuação no Facebook. Dessa forma, tópicos como Gastos da Copa, Obras em Geral e Moradia são divulgados na tentativa de mobilizar a opinião da ANCOP sobre os temas. Em 2014, o *frame amplification* das pautas da Copa ainda existe, mas acaba em segundo plano pelo foco nas manifestações e em outras postagens. Ainda assim, apesar do desvio de estratégia apresentado nas publicações do último ano, muitas das quais inexistentes em termos de alinhamento, a página pode ser considerada a mais comprometida com as denúncias sociais do mundial. Tal fato vai ao encontro da análise prévia da associação: trata-se do movimento mais institucionalizado entre os observados e, portanto, o que menos altera as pautas originais da campanha.

Já o *frame bridging* está presente ao longo dos anos analisados, mas não com a mesma intensidade desde o início. Em 2012, há uma única ligação entre os chamados quadros ideologicamente desconectados (PRUDENCIO, SILVA JR., 2014): uma postagem sobre incêndios supostamente criminosos em favelas. A baixa quantidade de *bridging* indica falta de estratégia, pois fortalecer laços com outras mobilizações já no início é uma forma de obter maior apoio e reconhecimento não só no meio ativista.

Ele é identificado — ainda com baixa frequência nas atualizações — em 2013. No ano, há a conexão com uma remoção de uma ocupação batizada de Pinheirinho II, em São Paulo, e com as passeatas do MPL em julho. Mesmo assim, apenas uma postagem foi dedicada à remoção e duas aos protestos relacionados com transporte público. Somente em 2014 essas ligações são mais presentes (FIGURA 22).



FIGURA 22 – Bridging da ANCOP em 2014⁸⁰
Fonte: Facebook

Há ligações com Bom Senso F.C.⁸¹ (em forma de apoio e demonstrando suporte ao futebol, já que são críticas à CBF e FIFA); contra a remoção forçada de quilombolas e o movimento #OcupeEstelita⁸² (denúncia de truculência e remoção forçada); expondo a questão do racismo no futebol (e acusando a FIFA de negligência); a repressão LGBT na Rússia (em forma de nota de repúdio); sobre a prisão de indígenas no Rio Grande do Sul após uma passeata e até sobre a questão palestina, apoiando a criação do país em território atualmente pertencente a Israel. As greves dos garis, no Rio de Janeiro, e dos municipais, em Porto Alegre, também são citadas — estas sob

⁸⁰Postagem disponível em: <https://goo.gl/KdAicw>

⁸¹Trata-se de um movimento organizado por ex-jogadores de futebol e atletas em atividade preocupados com questões atuais do esporte no Brasil. As pautas envolvem a reorganização do calendário nacional e demandas envolvendo o endividamento de clubes.

⁸²O Movimento Ocupe Estelita é a campanha de uma área ocupada em Recife, o Cais José Estelita, vendida a construtoras para a realização de empreendimentos residenciais e comerciais. A aquisição é vítima de processos e consultas do Ministério Público local.

bandeiras de apoio e solidarização. Porém, as greves são as exceções, por receberem atenção de um número maior que uma postagem.

A ANCOP utiliza-se do enquadramento motivacional em forma de convocações para comparecimento aos protestos. Na chamada, faz a cobertura ao vivo de passeatas ao mesmo tempo em que convoca a população para ir às ruas naquele exato momento. Além disso, compartilha conteúdos de manifestações que já passaram (FIGURA 23) e publica o endereço dos próprios eventos, buscando apoio direto de possíveis participantes. Em 2014, há citações a respeito da pauta da desmilitarização da polícia. Porém, esse conteúdo não é desenvolvido o suficiente para que seja possível detectar um alinhamento.



FIGURA 23—Fotos na página da ANCOP em 2013⁸³
Fonte: Facebook

⁸³ Disponível em: <https://goo.gl/8gou2f>

A página realiza um enquadramento de diagnóstico durante todos os anos, citando o que estaria de errado com a organização do evento. As postagens indicam que as obras da Copa do Mundo são prejudiciais à população e que o gasto é excessivo, especialmente com os estádios construídos ou reformados. Esse é o recurso de **questionamentos**, que também aparece na figura da *hashtag* “#copaparaquem?” (FIGURA 24) e é uma forma de denúncia sobre como a preparação para a Copa é conduzida. Ela chama a sociedade a refletir sobre a verba excessiva empregada na Copa do Mundo e a falta de projetos em áreas carentes do país. Além disso, há o reforço do quadro de **violação de direitos/injustiça**, quando a página cita que as remoções são forçadas por autoridades policiais e a partir das denúncias e das críticas acerca da Lei Geral da Copa, indicando o desrespeito à população em termos de moradia, trabalho, transporte e demais pautas.



FIGURA 24 – #copaparaquem na ANCOP em 2014⁸⁴
Fonte: Facebook

É possível identificar ainda o recurso de **solicitação**, em que são pedidas a governos responsáveis melhores condições em saúde, educação, segurança, economia, transporte e trabalho — sendo que o contexto pode ou não estar diretamente relacionado com a Copa do Mundo no Brasil. Em determinados casos, o que aparece na formação do quadro é a questão

⁸⁴ Postagem disponível em: <https://goo.gl/mlmchl>

trabalhista, como no *bridging* com greves, e de transporte, ao pedir passe livre ou veículos modernos.

Bastante citadas nas postagens, a FIFA também está presente nos quadros gerados pela ANCOP. A entidade e seus patrocinadores são criticados por se aproveitarem do mundial, violarem direitos da população, explorarem o Brasil durante o torneio e de se importarem apenas com o lucro — enquanto, evocando novamente o questionamento, quem deveria receber benefícios é a população brasileira. A associação também é tida como “a pior corporação do ano” (FIGURA 11). Esse é o recurso de **anticorporação**. A página ainda deixa clara a intenção de não ser contra o futebol em si, mas sim opor-se ao modelo de evento proposto pela FIFA e adotado pelo Governo Federal.

As autoridades policiais, com o aval de governos municipais e estaduais, são bastante criticadas e denunciadas pela forma violenta e desmedida com que fazem as manifestações se dispersarem. Especialmente em 2014, quando as passeatas presenciais contra a Copa se intensificam. Prisões de ativistas durante e antes de protestos também são criticadas, sob a acusação de criminalização de movimentos sociais. A ANCOP defende-se com notas públicas de repúdio ao comportamento e denúncias em forma de comunicados e até vídeos que mostram tais ações. Esse é o quadro da **violência**.

Apesar do nome da *fanpage* envolver a ameaça de que não haverá Copa no caso de não atendimento das demandas, em nenhum momento a página esclarece se o objetivo é mesmo impedir a realização do mundial.

5.5.2 SE NÃO TIVER DIREITOS NÃO VAI TER COPA

A página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter copa realiza *frame amplification*, porém a intensidade desse alinhamento é menor se comparado com a ANCOP, especialmente por conta da proporção com temas como manifestação e repressão policial. As pautas estão presentes nas convocações para protestos presenciais, mas não há o desenvolvimento pleno das temáticas para os leitores das postagens sintam-se convencidos a integrar a causa.

No *frame bridging* identificado, a página mantém os princípios de priorizar protestos presenciais. Por isso, foram detectadas ligações com a greve dos professores, da CET (FIGURA 25), dos rodoviários e greve dos

cobradores e motoristas de ônibus. Além disso, o MPL é citado por conta da participação em um protesto e em algumas das *hashtags* utilizadas. Em uma postagem, fica claro o respeito pelo movimento: uma nota institucional esclarece que determinada convocação serve tanto para um evento do "Não Vai Ter Copa" quanto para uma palestra organizada pelo MPL.



FIGURA 25 – Chamada na página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014⁸⁵

Fonte: Facebook

A página apresenta ainda um esboço de *frame extension* ao citar o apoio e discutir o tema da desmilitarização da polícia. Ela não é a única a fazer isso, mas nem todas as *fanpages* esboçam o argumento como demanda durante os protestos (FIGURA 26). O alinhamento dá indícios de desenvolvimento ao surgir em consequência das denúncias de truculência, incorporadas às pautas da Copa. Porém, o processo não acontece em totalidade, já que o assunto é pouco abordado ou citado somente nos momentos após repressão em uma manifestação.

⁸⁵ Postagem disponível em: <https://goo.gl/O8Evic>

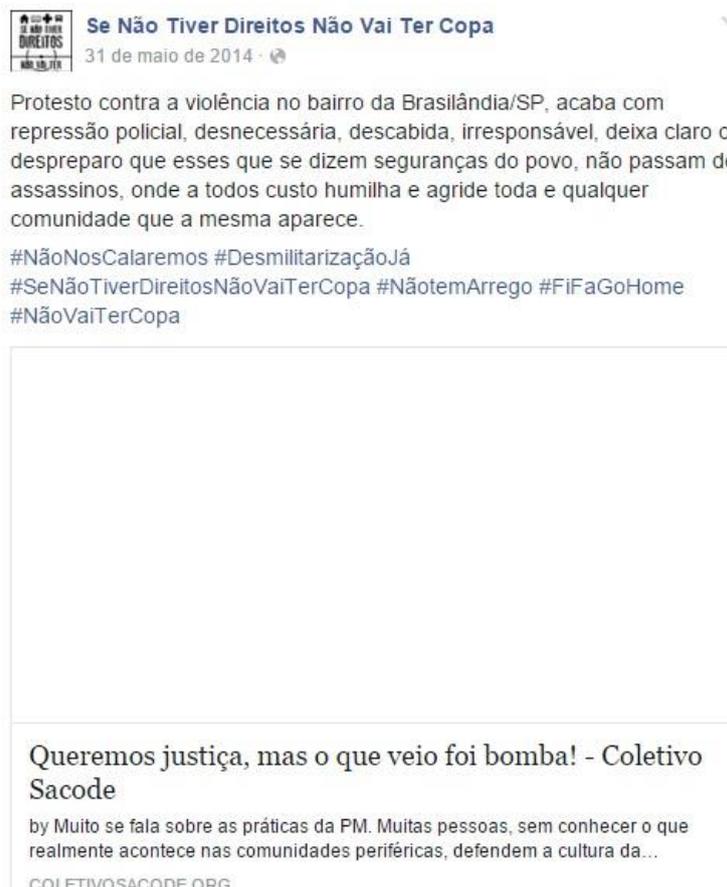


FIGURA 26 – *Protoextension* na página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014⁸⁶

Fonte: Facebook

A convocação para manifestações é feita com as já discutidas postagens em massa do material de divulgação do evento, como cartazes e montagens. O uso de *hashtags* é o que ajuda na formação do quadro motivacional. Ele é construído ao convencer o leitor de que as próximas manifestações presenciais serão maiores e mais efetivas que as anteriores ("*#13MVaiSerMaior*", se referindo a uma passeata no dia 13 de março de 2014). Outra estratégia adotada é a divulgação de outros eventos acontecendo em paralelo, em um caso de combinação de repertórios. Assim, saraus, oficinas de cartazes e apresentações culturais acontecem com o protesto na tentativa de atrair mais participantes interessados. O recurso de **solicitação** também é observado nas convocações. O uso de *hashtags* e a divisão por temas (as solicitações e as manifestações são abordadas em um tema por vez) indicam a ideia de que a

⁸⁶ Postagem disponível em: <https://goo.gl/j1jwrE>

sociedade demanda mais saúde, educação, transporte e moradia (FIGURA 27).



FIGURA 27 – Cobertura na página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa em 2014⁸⁷

Fonte: Facebook

Por consequência da alta quantidade de postagens a respeito de manifestações presenciais, há também a existência do quadro de **violência**. A ação violenta especialmente da Polícia Militar é criticada. Termos como "desnecessária", "descabida" e "irresponsável" descrevem a atitude das tropas de choque. Ao final do período estudado, o quadro é utilizado para denunciar (e, ao mesmo, pedir a libertação) dos ativistas Fábio Hideki e Rafael Marques, presos durante uma passeata.

O recurso de **anticorporação** é desenvolvido nas postagens em baixa intensidade, mas aparece na *hashtag* #FifaGoHome e em #SaúdePadrãoFifa ou derivados — trocando "Saúde" por outro tema solicitado. Enquanto a primeira mostra o descontentamento da mobilização com a presença da entidade no país, as demais indicam as demandas da mobilização. Por fim, o quadro de **violação de direitos/injustiça** aparece no próprio nome da página: os direitos humanos e básicos estariam não só sendo violados, mas também ignorados.

⁸⁷ Postagem disponível em: <https://goo.gl/QnXl8i>

5.5.3 NÃO VAI TER COPA

Em 2013, a página realiza *frame bridging* com diversas campanhas. Há apoio e divulgação de atos pela educação no Rio, greve dos funcionários do metrô em São Paulo e uma paralisação de estudantes, além de indignação com o caso Amarildo⁸⁸ e o aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro. De todos os movimentos, só o primeiro é citado mais de uma vez, com a *fanpage* sendo solidária à causa e publicando fotos das manifestações. Em 2014, o *frame bridging* é ainda mais diversificado: são apoiadas greves como a dos garis no Rio de Janeiro, de rodoviários e metroviários, da CET, de professores e policiais em Pernambuco, além de um ato contra um projeto para implementar o chamado "vagão rosa", exclusivo para mulheres no transporte coletivo. Amarildo é novamente citado (FIGURA 28), somente com o grito da campanha "Cadê o Amarildo?" como texto de apoio. A greve da CET recebe mais atenção que os demais casos, vários citados em uma única publicação.



FIGURA 28 – *Bridging* na página NÃO VAI TER COPA em 2014⁸⁹
Fonte: Facebook

⁸⁸ O ajudante de pedreiro Carlos Amarildo da Silva virou símbolo da violência policial. Durante uma operação na favela da Rocinha, ele desapareceu após uma abordagem e seu paradeiro foi desconhecido até fevereiro de 2016, quando 12 policiais foram condenados por homicídio, ocultação de cadáver e suborno a moradores para alteração de depoimentos. Reportagem completa em: <http://goo.gl/XzyCpB>

⁸⁹ Postagem disponível em: <https://goo.gl/enK8s3>

O *frame amplification* se manifesta especialmente a partir do quadro **violação de direitos/injustiça**. As postagens indicam que a Copa do Mundo recebe mais atenção do governo que o país em si, deixando de lado educação, transporte e economia, reforçando (ou ignorando) a desigualdade social. Em 2014, esse quadro é reforçado pelas obras, que são caras ou estão atrasadas. Ainda assim, as pautas contrárias à competição ou com demandas existem em menor proporção pela quantidade de posts, levando a um enquadramento menos assertivo.

A página apresenta um comportamento similar nos dois anos no quesito de formação de quadros. O recurso **descaso na política** envolve variadas críticas ao Executivo e Legislativo brasileiro e descarta a possibilidade de que é possível a realização de um bom trabalho em um cargo político no Brasil. A figura do político é estereotipada, como citado na análise descritiva (FIGURA 29).



FIGURA 29 – Política na página NÃO VAI TER COPA em 2013⁹⁰
Fonte: Facebook

O antipetismo e as críticas ao PSDB são maioria, mas o sentimento apartidário é bastante presente, junto com a máxima de que os políticos, ao menos aqueles ocupando cargos nos dois anos de atuação da página, não são capazes de realizar um bom trabalho e possuem desvio de caráter. É curioso como, dentro do quadro, há ainda um prognóstico: a solução, ao menos para consertar ou amenizar a situação política do país, estaria em não reeleger quem já estava em algum cargo na época e efetuar a prisão dos

⁹⁰ Postagem disponível em: <https://goo.gl/sy0Fwk>

comprovadamente corruptos. Esse é um exemplo de prognóstico, ou seja, solução para o caso apresentado.

Outro comportamento diferenciado aparece na *fanpage* em forma de recurso. Trata-se de **manipulação**, que envolve críticas aos meios de comunicação e à imprensa brasileira. A manipulação aparece de duas formas: distorção de fatos e notícias, como na cobertura de protestos e na omissão de denúncias às agressões da polícia a manifestantes; e alienação, algo que não se limita ao jornalismo. A segunda tem como principais exemplos as charges e montagens da programação da televisão, juntas à figura da Rede Globo, responsáveis por “entorpecer” a sociedade (FIGURA 30) e fechar seus olhos para problemas políticos e sociais. O futebol e a atenção recebida pelo esporte também são retratados a partir do quadro. A página, entretanto, não apresenta soluções ou alternativas para obter informações.



FIGURA 30 – Charge na página NÃO VAI TER COPA em 2014⁹¹
Fonte: Facebook

O quadro motivacional de convocação para manifestações também aparece em ambos os anos. Aqui, além do chamado usando cartazes e fotos de protestos anteriores, a página realiza críticas aos protestos de junho de 2013 — mais precisamente, ao fato de que o número de participantes das passeatas da época não se repetiu nos meses seguintes, contrariando o *slogan* “O gigante acordou” utilizado nos atos. Por fim, há ainda a repressão policial a partir do quadro **violência**, retratando a resposta truculenta da polícia aos

⁹¹ Postagem disponível em: <https://goo.gl/f6rQVJ>

protestos presenciais. Charges e montagens indicam que o comportamento violento está naturalizado na PM, retratada como uma instituição que repele de forma quase automática qualquer sinal de mobilização nas ruas.

5.5.4 CONTRA COPA 2014

Basicamente, o comportamento da página é uma mescla do foco em questionamentos e denúncias da ANCOP com a agressividade crítica do NÃO VAI TER COPA. Nos dois meses de atuação em 2013, é possível detectar o *frame bridging* em duas publicações. Em uma, lamenta a morte de um ativista durante uma operação de arrecadação de alimentos. Na outra, demonstra apoio ao movimento contra o despejo de moradores da Vila Andrade, em São Paulo. Na publicação, há a convocação para uma passeata em defesa da causa.

Em 2014, entretanto, a *fanpage* realiza uma alta quantidade — com alta diversidade — de ligações com outras causas a partir do alinhamento de *frame bridging*. Elas incluem os encontros de jovens da periferia que foram batizados de “rolezinhos” (em forma de apoio); a morte de um cinegrafista da Rede Bandeirantes durante uma passeata (solidariedade em relação ao ocorrido) e ao caso Amarildo (crítica à polícia e apoio). O alinhamento também é detectado nas greves dos garis, da CET, dos rodoviários, dos professores e dos policiais no Recife. O apoio ao MPL e as críticas com a falta de água em São Paulo, que começava a ser agendada na mídia, são citados. Temas que também aparecem em outras páginas e passam pelo *frame bridging* incluem o povo palestino (apoio à formação de um país); a questão da mulher (criticando o projeto do “vagão rosa”) e a repressão LGBT na Rússia (em forma de repúdio).

Assim como nas *fanpages* anteriores, é possível identificar o *frame amplification* das pautas, especialmente em Gastos da Copa, Desigualdade social, Obras em geral e Moradia. Em 2014, o reforço das discussões acerca da agenda de problemas causados pela Copa do Mundo ocorre em menor proporção devido ao foco em protestos, mas os responsáveis pela Contra a Copa 2014 arrumam formas de unir os conteúdos (FIGURA 31). Ainda assim, como a quantidade de postagens no ano é maior, surgem mais

publicações a respeito de temas como educação e transporte do que no período anterior.



FIGURA 31 – Montagem na página Contra Copa 2014 em 2014⁹²

Fonte: Facebook

O recurso **descaso na política** também surge, especialmente a partir de 2014. Aqui, o foco está na incompetência dos governantes, que estariam por trás das ordens da repressão policial. PT e PSDB são os partidos mais citados, mas as críticas não se restringem. A "bancada da bala" de vereadores de São Paulo é criticada e uma publicação em tom de piada chega a pedir a morte de políticos pelo mosquito da dengue. Já o recurso de **questionamentos** é abordado nos temas Gastos da Copa e Obras em Geral. Especialmente em 2014, postagens sobre essas pautas realizam reflexões acerca da verba empregada nas arenas (FIGURA 32) e nas obras no entorno dos estádios, citando que outros setores do país estariam carentes de orçamento enquanto muito dinheiro é empregado no evento. Além disso, projetos prometidos não estariam sendo entregues.

⁹²Postagem disponível em: <https://goo.gl/0V8ro4>

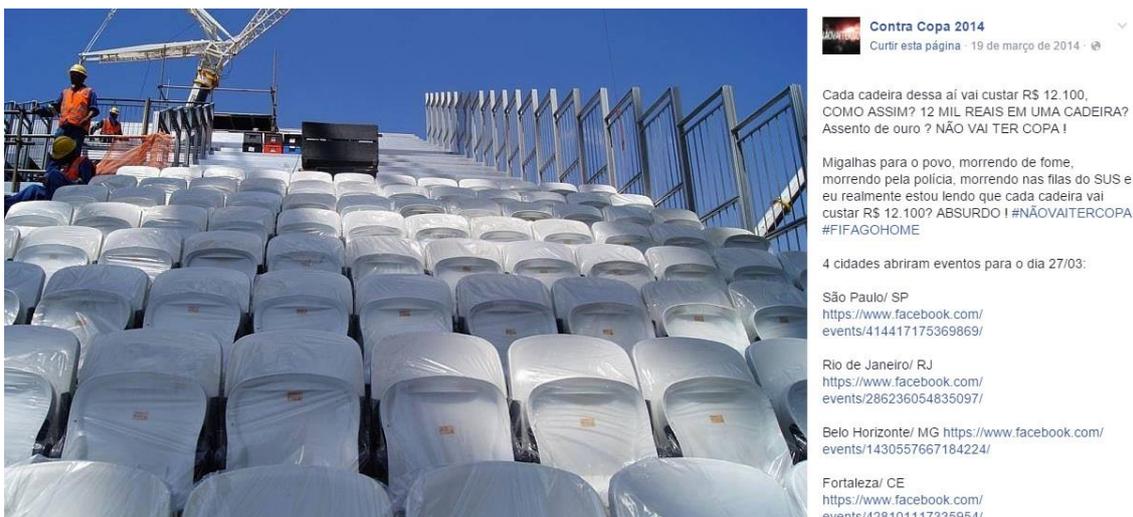


FIGURA 32 – Questionamento na página Contra Copa 2014 em 2014⁹³

Fonte: Facebook

O quadro motivacional de convocação aposta nas chamadas em massa para passeatas. Elas variam entre a publicação de cartazes e termos imperativos, como "participe" e "compartilhe". Aqui, entretanto, há um quadro inédito e exclusivo: **impedimento**. Em uma postagem, a página deixa claro que é vontade do movimento realmente impedir a realização da Copa, mesmo que essa seja uma tarefa difícil (FIGURA 33). Ela explica os processos necessários e procura alimentar as esperanças dos demais ativistas e simpatizantes.



FIGURA 33 – Impedimento na página Contra Copa 2014 em 2014⁹⁴

Fonte: Facebook

⁹³ Disponível em: <https://goo.gl/jvnfH5>

⁹⁴ Postagem disponível em: <https://goo.gl/sgK6Eu>

Os meios de comunicação são criticados a partir do recurso de **manipulação**. A página indica que a "mídia" não mostra a verdade nos protestos, o que é usado como pretexto para convocações. Além disso, a imprensa seria uma das responsáveis por criminalizar movimentos sociais e colocar a sociedade contra os ativistas. A Rede Globo é o alvo mais frequente. O quadro **violência** aparece em ambos os anos. Em 2013, nota-se uma tendência em denunciar a truculência da polícia, avisar sobre ações de tropas de choque e lamentar os confrontos entre ativistas e autoridades. No ano seguinte, a quantidade de postagens que reforça esse comportamento aumenta consideravelmente, mantendo o foco de denúncia e divulgação de abuso de poder.

Por fim, o quadro de **violação de direitos/injustiça** surge de duas maneiras. A primeira é a mesma da ANCOP, como forma de denúncia a respeito de remoções ou a aplicação da Lei Geral da Copa. A segunda é a privação do direito de protesto e manifestação e está relacionada com os quadros de repressão.

5.6 Reflexões sobre os resultados

A partir da análise interpretativa e das descrições realizadas do comportamento de cada *fanpage*, é possível realizar um resumo seguido de reflexão acerca do alinhamento e processo de formação de quadros, com base nos variados discursos elaborados pelas páginas do "Não Vai Ter Copa". A partir dessas considerações, a pesquisa é capaz de estabelecer conclusões mais precisas a respeito da mobilização no Facebook entre os períodos estudados.

5.6.1 O "Não Vai Ter Copa" como recurso motivacional

Utilizando as análises anteriores, é possível resumir em formato de tabela os quadros encontrados, assim como os diferentes alinhamentos identificados e produzidos na campanha "Não Vai Ter Copa" no Facebook (TABELA 5).

TABELA 5 – QUADROS E ALINHAMENTOS

PÁGINA	ALINHAMENTOS	QUADROS PRODUZIDOS
ANCOP	<i>Frame bridging e frame amplification</i>	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional)
Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa	<i>Frame bridging, frame amplification e esboço de frame extension</i>	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional)
NÃO VAI TER COPA	<i>Frame bridging e frame amplification</i>	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional) e descaso político (prognóstico)
Contra Copa 2014	<i>Frame bridging, frame amplification e esboço de frame extension</i>	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional), descaso político (prognóstico) e impedimento (prognóstico)

Fonte: dados do autor

O quadro inicial é de que a Copa não é benéfica e que o país tem problemas demais para gastar atenção e verba com o evento. Porém, trata-se de uma ideia frágil, incapaz de convencer sozinha os fãs de futebol que priorizam o esporte, por exemplo. Como a campanha não se sustenta por si, a mobilização aproveita uma série de pautas adicionais (relacionadas, porém extras) que "orbitam" ao redor do tema majoritário e buscam sentimentos de motivação e indignação em ativistas em potencial.

Em termos de alinhamento de quadros, é possível confirmar que não há *frame transformation* na campanha do “Não Vai Ter Copa”. Esse processo exige uma alta quantidade de debate e troca de quadros, algo que não acontece suficientemente no período pesquisado, ou seja, uma mobilização de curta duração restrita à internet. Além disso, o processo poderia ser arriscado: a alteração dos quadros e significados poderia resultar na perda de sentido da mobilização em si, que já é bastante limitada por um período de tempo, antes e durante a Copa do Mundo. O que se percebe é que não há debate em decorrência do baixo diálogo, da quantidade reduzida de comentários e da inexistência de mediação nas publicações — os próprios responsáveis pelas páginas raramente publicam respostas às postagens de usuários. Esse é um dos fatores que dificultam o *frame extension* e a comunicação com outros tópicos. Além disso, não há qualquer tipo de negociação evidente ou debate direto com o opositor, ao menos no Facebook. Trata-se de algo esperado, já

que as redes sociais das entidades envolvidas, como FIFA e Governo Federal, não realizariam debates pela rede social.

O *frame amplification* das pautas da agenda contrárias à Copa do Mundo (como gastos, moradia, FIFA, saúde, transporte e obras) existe e tem na página da ANCOP seu mais fiel representante, mas o processo perde intensidade em algumas das *fanpages* por conta da presença dos temas Corrupção, Manifestação (na forma de cobertura de passeatas ou chamada para protestos presenciais) e Repressão policial/Vigilância. Eles não dizem respeito diretamente às demandas e ao cenário de protestos contra a Copa do Mundo e, por consequência, não consistem em uma forma de alinhamento de quadros.

O caso do antipetismo, vale ressaltar, é mais direcionado para a presidenta Dilma Rousseff, em exercício durante o final da preparação e a realização da Copa do Mundo. Ela foi vaiada em eventos públicos, como a abertura do mundial, e é uma das figuras públicas mais citadas em postagens e montagens do “Não Vai Ter Copa” direcionadas ao governo. À primeira vista, a questão do antipetismo, oposição ao partido do Governo Federal, parece ser um enquadramento, não um repertório. Entretanto, neste caso, ele se comporta como os dois elementos — além de ser usado na resignificação e interpretação dos quadros dos protestos, ele é um elemento que surge de forma espontânea para reforçar os argumentos e até garantir maior longevidade ao movimento, que poderia continuar após a realização dos jogos da Copa do Mundo. Um fenômeno similar é o antipartidarismo, que é a aversão por militantes de partidos políticos brasileiros e a proibição de bandeiras e outros símbolos eleitorais em passeatas.

De acordo com Prudencio (2014), as *hashtags* #ForaDilma, #ForaPT, #ForaPadilha (Ministro da Saúde do Brasil na época do projeto, também pertencente ao PT) foram identificadas em pesquisas relacionadas ao movimento contrário ao programa do governo Mais Médicos, que levou médicos brasileiros e estrangeiros a municípios com baixo número atuante de profissionais na área da saúde. Já no Movimento Passe Livre, destinado a lutar contra o aumento das passagens de ônibus, Dilma ou o partido não foram citados diretamente — algo explicado pelo caráter municipal de cada protesto, já que o valor cobrado pelos bilhetes está diretamente ligado às contas do

Estado e das cidades em questão. O fenômeno do antipartidarismo foi observado nos protestos de junho de 2013, que unificaram uma série de pautas, a maioria de caráter nacional (ver ALDÉ e SANTOS, 2014).

Algo que se observa na análise descritiva é que a quantidade de postagens é tanta que quase todos os temas acabam cobertos pelas páginas estudadas, em ao menos uma publicação. Entretanto, nem todas dão a mesma importância ou fazem alinhamento de quadros com eles. Além disso, a atualização massiva pode fazer com que publicações importantes se percam no *feed* de notícias do usuário ou nas próprias *fanpages* — algo reforçado pela explicação já realizada relativa ao algoritmo do Facebook. Outra consequência é que poucos são os exemplos de *frame bridging* realmente intensos, que ultrapassam uma postagem ou citam as páginas de outras pautas no Facebook. A cobertura das greves é o que mais recebe importância.

Uma estratégia possível seria utilizar o *frame extension* para buscar a atenção e o apoio de quem, no momento anterior ao mundial, ainda era a favor da Copa. Com a proximidade ou já durante o evento, torna-se cada vez mais difícil realizar mudanças, conquistar demandas ou agrupar mais adeptos — afinal, é compreensível a falta de resultados. Já o foco se distancia levemente do campeonato e passa a citar mais direitos e solicitações do próprio movimento, como a libertação dos ativistas presos. Ou seja, embora as páginas contem com um tema em comum, cada uma delas percorre o próprio caminho no Facebook, cada uma com quadros próprios que coincidem parcialmente. A campanha enquadra-se em uma definição que explica o comportamento de mobilizações recentes:

Protestos contemporâneos ilustram como a ação coletiva é frequentemente executada por indivíduos com diferentes lógicas, valores, interesses e propósitos, sem que precisem reconciliar suas diferenças. Em outras palavras, o que observamos é que indivíduos se engajam em protestos não necessariamente para adquirir algum tipo de consenso com outros manifestantes, mas para expressar suas visões e demandas pessoais (MENDONÇA e ERCAN, 2015, p. 273. Tradução nossa⁹⁵)

⁹⁵ Trecho original: In fact, contemporary protests illustrate how collective action is often performed by individuals with different logics, values, interests and purposes, without them having to reconcile their differences. In other words, what we observe is that individuals engage in protest not necessarily to achieve some sort of consensus with other protesters, but to express their personal views and demands.

A mobilização, portanto, é dotada de uma estrutura descentralizada e horizontal. Em termos de objetivos, segundo Tarrow (2009), essas mobilizações são dispositivos enfatizadores que ressaltam a gravidade — e, normalmente uma injustiça — de uma condição social. Assim, a partir dos quadros mobilizados, elas redefinem como injusto ou imoral algo visto anteriormente como desastroso pela sociedade, embora até tolerável. O caso da Copa do Mundo, falsamente benéfica, segundo os movimentos, é um exemplo cabível.

As páginas da campanha "Não Vai Ter Copa" no Facebook acabam funcionando como o quadro motivacional da mobilização como um todo. Cada uma delas realiza o alinhamento dos quadros segundo suas orientações. Nota-se a predominância do processo de *frame amplification* e *frame bridging*, o que já era esperado em se tratando de redes sociais — considerando também as *affordances* do Facebook. Assim, o Não Vai Ter Copa significou uma oportunidade para amplificar problemas brasileiros historicamente diagnosticados — mau uso de recursos públicos, déficit de moradia e saúde, presença de corrupção, violência e descaso político, tudo dentro de um quadro motivacional. Esse é o papel assumido pelo Facebook na estrutura da mobilização.

CONCLUSÕES

A partir da análise do repertório de ação coletiva, da base organizacional e dos enquadramentos, torna-se possível compreender a campanha do “Não Vai Ter Copa” na estrutura de mobilização do Facebook. Tendo em vista a estratégia de fortalecer pautas que não estejam ligadas ao torneio e demandas ou reivindicações que não sejam consequências do megaevento, é possível afirmar que a Copa do Mundo de 2014 foi uma oportunidade política. Diferentes ativistas e movimentos sociais realizaram mobilizações em torno de uma vasta e variada agenda de temas externos que são enquadrados durante a mobilização. A janela momentânea foi utilizada principalmente por gerar visibilidade nacional e internacional, ser um momento de grande importância para a população e envolver o país no assunto durante um longo período.

Tanto a análise descritiva quanto a interpretativa aplicadas indicam que, a partir dos protestos, a mobilização forma uma agenda de temas que orbitam em torno da Copa. Eles não são apenas as solicitações, como moradia, transporte e saúde, mas também violência policial, opressão do Estado e corrupção. Além disso, enquanto é possível estabelecer uma ligação entre o megaevento e questões de solicitação a partir do questionamento sobre o uso da verba e da atenção do governo, a situação não é a mesma quando isso acontece com as pautas de repressão — afinal, elas dizem respeito ao próprio movimento, não à Copa em si. A oportunidade política foi utilizada com maior frequência em protestos mais voltados (embora não somente) para pautas de caráter menos específico do país, utilizando o evento como um pretexto, por receber atenção e gerar polêmicas e sentimentos. Exemplos são os questionamentos a respeito do gerenciamento do país e do dinheiro investido nele e a injustiça em relação a setores marginalizados da sociedade brasileira.

McAdam (2006, p. 341) sugere que o lema "ações falam mais do que palavras" é verdadeiro durante fases iniciais da mobilização. No Facebook, o "Não Vai Ter Copa" escolheu desde o início o foco dos discursos. As ações online existiram, como a votação que elegeu a FIFA uma das piores corporações do mundo, mas foram isoladas e enfraquecidas também pela falta de união entre as diferentes páginas. A partir da seleção e do estudo de cada *fanpage* escolhida, a pesquisa foi capaz de construir uma imagem bem

estabelecida do “Não Vai Ter Copa” no Facebook, graças à ampla amostragem da campanha. Diferentes faces da mobilização foram encontradas, indicando a falta de comunicação, horizontalidade e descentralização do movimento — ao menos nas publicações feitas de forma pública, há pouca interação entre as páginas e diferentes visões e objetivos a respeito de uma mesma temática.

A ANCOP caracteriza-se por organização e atuação institucionalizadas, aproximando-se da população prejudicada pela Copa do Mundo e realizando atividades como reuniões para a formulação de planos populares, além das mais tradicionais passeatas. No Facebook, a estratégia é realizar denúncias e divulgar os eventos. O Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa é um coletivo focado em solicitações a respeito de problemas sociais e econômicos que já atingiam o país antes do megaevento, focando a estratégia no Facebook nas convocações para passeatas presenciais. A NÃO VAI TER COPA comporta-se na rede social de forma agressiva e prefere a comunicação por meio de montagens e imagens em vez de textos, utilizando o argumento da corrupção na política e na manipulação da mídia e deixando ainda mais de lado as pautas da Copa do Mundo. Por fim, a Contra Copa 2014 tem um comportamento mais eclético, aproveitando elementos de todas as três páginas anteriores.

É preciso levar em conta que a pauta do “Não Vai Ter Copa” é relevante e baseada em fatos, números e depoimentos — o país possui fraquezas em temas como moradia, transporte e educação. Porém, da forma como foi construída e mobilizada na campanha a partir das postagens no Facebook, ela se torna frágil, no sentido de pouca sustentação se for construída somente em torno da Copa do Mundo; e fragmentada demais, ao construir uma agenda extensa para uma única mobilização, facilmente perdendo o foco em meio a tantos itens e tornando-se incapaz de dedicar atenção o suficiente para todas as temáticas, com o objetivo de efetivamente realizar conquistas.

A falta de enquadramentos de prognóstico que efetivamente considerem soluções, possibilidades ou alternativas para a Copa ou os problemas sociais do Brasil enfraquecem o movimento — não por serem obrigatórios, mas porque os temas, como Corrupção, resultam na construção de discursos rasos, insuficientes para criar uma argumentação mais elaborada. Sobram publicações motivacionais, normalmente a respeito do repertório presencial, indicando também uma certa limitação de campanha online da mobilização.

O alinhamento de quadros detectado ajuda a comprovar a dificuldade das páginas do Facebook em conquistar mais adeptos e realizar um resultado efetivo. O *frame extension* existe como um esboço, indicando a falta de diálogo e de estratégias de expansão. O *frame bridging* é relativamente variado, mas restringe-se a uma única publicação em vários dos casos, exceto nas greves, que recebem maior solidariedade da campanha. Por fim, o *frame amplification* realiza o destaque desejado em alguns momentos, mas em outros perde espaço para publicações sem caráter de enquadramento. Isso não significa que a postagem de cobertura de movimentos ou denúncias sobre repressão policial seja negativa: uma mobilização com a intenção de alcançar públicos diversos e volumosos deve desenvolver uma estratégia. O Facebook aparenta ter sido usado como um fim em si mesmo, sem explorar os recursos da ferramenta ou definir uma utilização.

Assim, a hipótese estabelecida no início da pesquisa é rejeitada. O resultado esperado ao longo da mobilização no Facebook era a mudança de pauta ou até o *frame transformation* realizado após a aproximação (e, portanto, realização) da Copa do Mundo. Entretanto, os movimentos obstinados em cancelar o evento não mudaram a pauta, enquanto os que nem sequer deixam claro se o “Não Vai Ter Copa” é um grito literal permaneceram amplificando as próprias temáticas durante todo o período de atividade estudado.

Se a mobilização desejava agendar os temas, foi bem-sucedida na medida do possível — polêmicas e denúncias se tornaram públicas para uma parcela da sociedade brasileira que não estava ciente dos fatos e para as autoridades, cuja atenção foi ao menos conquistada durante protestos presenciais agendados pela mídia. Porém, como esta pesquisa não realiza análises posteriores à realização da Copa e não faz comparações entre o repertório e os enquadramentos dos protestos presenciais, não é possível medir tal efetividade. Como os grupos lidaram com as questões depois do torneio e a comparação do universo da mobilização no online e no presencial é uma possibilidade para estudos futuros.

Um questionamento paralelo que surge é que, além de evidenciar temas a partir da janela política da Copa, a campanha precisa fazer com que eles sejam debatidos para além dos próprios participantes — todos já convencidos de que o evento causa prejuízos ao país. Entretanto, os enquadramentos

devem ser formulados com o objetivo de atingir a sociedade não convencida desses argumentos e favorável ao mundial, além de eventuais autoridades responsáveis. É necessário um enquadramento focado, forte e bem realizado para convencer fãs de futebol e brasileiros ansiosos pelo evento a mudarem de opinião e passarem a enxergá-lo com os olhos críticos da mobilização.

Não é possível definir claramente todos os elementos e a importância deles na baixa efetividade da campanha. Porém, na análise do Facebook, são identificados dois fatores. O primeiro é a mobilização em si, a partir dos temas agendados e do alinhamento de quadros insuficiente. O segundo envolve os algoritmos da rede social: por falta de conhecimento técnico da ferramenta, os movimentos fazem uso equivocado das postagens em frequência e conteúdo, repetindo publicações e realizando o chamado *flood*, que significa a “inundar” um local com mensagens consecutivas. Porém, deve-se reconhecer que o quesito técnico não é o único fator para baixos números nas publicações: é possível que as postagens tenham recebido visualizações, mas careciam de conteúdo ou interesse por parte de demais usuários.

Nota-se ainda os limites em estabelecer uma pesquisa com base no Facebook. São muitos os dados a serem coletados e nem sempre a rede social facilita a pesquisa ou coleta dessas informações. Além disso, a expectativa e o entusiasmo dos ativistas se convertem em frustração, ao menos na busca por resultados dentro da rede social. O que se pode afirmar é que, pelo menos no caso do "Não Vai Ter Copa", o Facebook assume bem o papel de difusão do quadro de motivação e por essa razão a predominância de *amplification*. Ressalta-se ainda que há mais possibilidades de exploração do material coletado, como cruzar os dados de número de curtidas, compartilhamentos e comentários com os temas e seus respectivos alinhamentos. Com isso, pode ser possível visualizar em que momento e por quais temas houve maior interação nas publicações, por exemplo.

Os resultados ainda trazem perspectivas a respeito do ativismo digital no Facebook, cujos estudos conclusivos e embasados por análises de dados ainda florescem gradativamente. É possível identificar, por exemplo, que o Facebook possui um papel acessório nas campanhas, não sendo o repertório-chave de um movimento social. Assim, deve ser considerado que a internet nem sempre vai ser o carro-chefe de uma mobilização: em alguns casos, ele é

parte integrante ou acessória de um quadro maior. No caso do "Não Vai Ter Copa", os protestos presenciais são claramente mais divulgados, o que é comprovado inclusive pela cobertura massiva desses protestos nas páginas da rede social.

O ativismo político na internet encontra no Brasil um cenário bastante favorável de pesquisa, ao menos na presença de mobilizações nos meios online. Mas, como mostra a presente pesquisa, o movimento pode precisar de uma estratégia de postagens para garantir visibilidade — além da estratégia de enquadramentos e alinhamento de quadros. Essa é uma característica compartilhada com as passeatas presenciais: a escolha do local e do horário de uma passeata, por exemplo, é tão importante quanto o conteúdo dos protestos.

Por fim, a análise indica ainda que a ideia de solicitar reformas ou incluir demandas poderia resultar em maiores chances de sucesso, se comparado com o impedimento completo do evento. É verdade que não há indícios em curto prazo de medidas de grande porte do Governo Federal ou dos responsáveis municipais e estaduais realizadas especialmente graças aos protestos do "Não Vai Ter Copa". Porém, a Copa do Mundo de 2014 no Brasil também ocorreu como o planejado: todas as exigências feitas ao governo brasileiro foram atendidas, os estádios foram construídos ou reformados a tempo (o que não aconteceu com todas as obras nas cidades, vale ressaltar) e as partidas foram realizadas com sucesso — ou seja, em resumo, "teve Copa" e tudo aconteceu como a FIFA previa e esperava.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra, SANTOS, João Guilherme Bastos dos. **As manifestações de junho: Estratégia em rede para resistência civil.** *In:* XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

ALVEZ, Giovanni. **Ocupar Wall Street... E depois?** *In:* HARVEY, David; DAVIS, Mike; ŽIŽEK, Slavoj; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir P. (org.). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.* São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2012

ALVES, Nara Tsujimoto Teixeira. **Da formação de redes à Esfera Pública na Internet: Uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online comunicação e crise.** *In:* Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero Volume 2, número 1 - Junho 2010.

AMADEU, Sérgio. **Para analisar o poder tecnológico como poder político.** 2011. *In:* Cultura, política e ativismo nas redes digitais / Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteadado (orgs). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

AMADEU, Sérgio; PENTEADO, Cláudio; BRAGA, Sérgio. **Introdução.** *In:* Cultura, política e ativismo nas redes digitais / Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga, Cláudio Penteadado (orgs). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

AYRES, Jeffrey M. **Transnational activism in the Americas: the internet and innovations in the repertoire of contention.** *In:* COY, Patrick G. (ed.). *Research in Social Movements, conflicts and change.* Amsterdam: Elsevier, 2005

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. **Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment.** *In:* *Annual Review of Sociology*, v. 26, 2000.

BENFORD, Robert; SNOW, David; WORDEN, Steven. **Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation.** *In:* *American Sociological Review*, Vol. 51, No. 4, 1986.

BLOOD, Robert. **Activism and the Internet: From e-mail to new political movement.** *In:* *Journal of Communication Management*, Vol. 5, Iss 2, 2001.

CALVERT, Aubin; WARREN, Mark E. **Deliberative Democracy and Framing Effects: Why Frames are a Problem and How Deliberative Minipublics Might Overcome Them.** *In:* *Deliberative Minipublics.* Kimmo Grönlund, André Bächtiger, and MaijaSetälä (org.). Colchester, UK: ECPR Press, 2015.

CANEL, Eduardo. **New Social Movement Theory and Resource Mobilization Theory: The Need for Integration.** *In:* *Organizing Dissent: Contemporary Social Movements in Theory and Practice*, E.K. Carroll, Toronto: Garamond Press, 1992.

CARVALHO, Marcelo Savio. **A trajetória da internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança.** [Rio de Janeiro], 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013

CHRISTENSEN, Henrik S. **Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means?.** *In: First Monday Peer-Reviews Journal on the internet*, vol 16, number 2, 2011.

CONROY, Meredith; FEEZELL, Jessica T; GUERRERO, Mario. **Facebook and political engagement: A study of online political group membership and offline political engagement.** *In: Computers in Human Behavior* 28, 2012.

DAMO, Arlei. **A Copa das Manifestações – afinidades eletivas entre megaeventos.** *In: 37º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).* Águas de Lindóia/SP, de 23 a 27 de setembro de 2013

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction.** 2nd edition. Melnourne: Blackwell Publishing, 2006

GAMSON, William A. **Encounters with Unjust Authority.** Dorsey Press, 1982

GAMSON, William. MEYER, David S. **Framing politica opportunity.** *In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GOHN, Maria da Glória (org.); BINGEL, Breno M. (org.). **Movimentos Sociais na Era Global.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience.** Boston: Northeastern University Press, 1974.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia: Problemas e perspectivas.** São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson; **Participação política online: questões e hipóteses de trabalho.** *In: Internet e Participação Política no Brasil.* GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco J. A. (Orgs.). Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

GOMES, WILSON; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. **"Politics 2.0": A campanha on-line de Barack Obama em 2008.** *In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba*, v. 17, n. 34, p. 29-43, out. 2009

GORITO, Andréia de V. **Copa pra quem? O que dizem os contrários à**

realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. *In: Comunicação e esporte: copa do mundo 2014 [recurso eletrônico] / Org. Ary José Rocco Júnior – São Paulo: INTERCOM, 2014.*

HARVEY, David; DAVIS, Mike; ŽIŽEK, Slavoj; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir P. (org.). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2012.

HENRIQUES, Sandra. **As Manifestações no Brasil e a formação de redes sociais móveis no contexto da sociedade atual.***In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.211-226, maio 2014*

HINDMAN, Matthew. **The Myth of Digital Democracy.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

ISKANDER, Elizabeth. **Connecting the national and the virtual: can Facebook activism remain relevant after Egypt's January 25 uprising?***In: International journal of communication, 5, pp. 13-15, 2011.*

JACQUES, Edu. **Web algorítmica: a constituição da visibilidade no newsfeed do Facebook.** *In: III COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS, Japaratinga-AL, 24 de setembro de 2014.*

JENKINS, Craig J.; KLANDERMANS, Bert. **The Politics of Social Protest: Comparative Perspectives on States and Social Movements.** Taylor & Francis e-Library, 2005.

KARLSEN, Rune. **Followers are opinion leaders: The role of people in the flow of political communication on and beyond social networking sites.** *In: European Journal of Communication 1-18, 2015.*

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and public policies.** Boston: Little Brown, 1984.

KLEINA, Nilton. **O Facebook como repertório e esfera pública virtual nos protestos do "Não Vai Ter Copa".** *In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Foz do Iguaçu-PR, 2 a 5 de setembro de 2014.*

KOOPMANS, Ruud. **Protest in Time and Space: The Evolution of Waves of Contention.** *In: The Blackwell Companion to Social Movements. David A. Snow, Sarah A. Soule e Hanspeter Kriesi (ed.). Blackwell Publishing, 2004.*

KRIESI, Hanspeter. **The organizational structure of new social movements in a political context.***In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.*

MACEDO, Raquel. **"Não Vai Ter Copa" e "Vem Pra Rua": Uma análise dos enunciados e seus possíveis estatutos de fórmula.** *In: V SAPPIL – Estudos*

de Linguagem, UFF, nº1, 2014

MAIA, Rousiley C. M. **Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa.** *In:* Lua Nova, São Paulo, 76: 87-118, 2009.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política.** *In:* GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco J. A. (Orgs.). Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2011

MARICHAL, Jose. **Political Facebook groups:** Micro-activism and the digital front stage. *In:* First Monday Peer-Reviewed Journal on the Internet, vol. 18, nº 12, 2 de dezembro de 2013.

MARINGONI, Gilberto. **A palavra e a ordem do #NãoVaiTerCopa.** *In:* Revista CULT Nº 191, junho de 2014

McADAM, Doug. **The framing function of movement tactics: Strategic dramaturgy in the American civil rights movement** *In:*McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** Lua Nova, n.76, pp. 11-48, 2009.

_____. **Dynamics of Contention.**
Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ERCAN, Selen A. Ercan. **Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil,** *In:* Policy Studies, 36:3, 2015.

MITRE, Maya; DOIMO, Ana Maria; MAIA, Rousiley. **Movimentos sociais, Internet e novos espaços públicos:** o caso da DH Net. *In:* Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. X, p. 62-92, 2003.

MUNCK, Geraldo L. **Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política:** Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais. *In:* Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997.

NEUMAYER, Christina; RAFFL, Celina. **Facebook for Global Protest:** The Potential and Limits of Social Software for Grassroots Activism. *In:* 2008 Community Informatics Conference: ICTs for Social Inclusion: What is the Reality?

PAPACHARISSI, Zizi. **The virtual sphere: the internet as a public space.** *In:* SAGE Publications, Vol. 4. 2002.

PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel

dos; ARAÚJO, Rafael Aguiar de Paula; SILVA, Sidney Jard da. **Ação política na internet brasileira.** *In:* Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.1, p.111-132, jan./mar. 2011.

PEREZ, Bernardes de Moraes T; MOTTINHA, Santos R. **Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira.** *In:* Rev. Int. Investig. Cienc. Soc. Vol. 9 nº2, diciembre 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?)** *In:* Matrizes. Ano 7– nº 2, jul/dez 2013.

PESCHANSKI, João Alexandre. **Os "ocupas" e a desigualdade econômica.** *In:* HARVEY, David; DAVIS, Mike; ŽIŽEK, Slavoj; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir P. (org.). Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2012

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política.** *In:* XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002.

POZOBON, Rejane de Oliveira; SCHAEFER, Ricardo. **Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento:** uma proposta de sistematização conceitual. *In:* Ínterin, v. 19. n.1. p. 120-135, jan./jul. 2015 2015

PROSSER, Elisabeth. **Intervenção urbana: vandalismo ou arte?** *In:* Colóquio Nacional do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações. (Curitiba, 16 e 17 de novembro de 2006). Curitiba: UFPR, 2006.

PRUDENCIO, Kelly. **Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política.** *In:* Revista Compolítica, n. 4, vol. 2, ed. ago-dez, 2014

PRUDENCIO, Kelly. CARBORNAR, Camila. **Abolição já ou depois?** Disputas de enquadramento na luta por reconhecimento dos direitos dos animais no Brasil. *In:* VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), Rio de Janeiro-RJ, 22 a 24 de abril de 2015.

PRUDENCIO, Kelly; SILVA JR., José Geraldo. **A comunicação política das micromobilizações na internet:** uma proposta metodológica a partir da observação do hip hop em Curitiba. *In:* XXIII Encontro Anual da Compós, Fortaleza-PA, 27 a 30 de maio de 2014.

ROMÃO, Wagner de Melo. **#naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014.** *In:* Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR|Vol. 1 – n. 2 – 2013.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BARROS, Chalini Torquato Gonçalves. **Internet como esfera pública?** Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais. *In:* Estudos em Comunicação, nº9, 161-183, maio de 2011

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai; NICOLÁS, Maria Alejandra. **Internet e política em análise:** levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados entre 2000 e 2011. In: XXI Encontro Anual da Compós, Juiz de Fora-MG, Junho de 2012

SCHIMMEL, Kimberly. **Os grandes eventos esportivos: desafios e perspectivas.** Paulo Cesar Montagner e Pedro A. Funari (org.). Belo Horizonte: UNICAMP. Coleção CEA v Esporte, 2013.

SNOW, David A.; SOULE, Sarah H; KRIESI, Hanspeter. **Mapping the Terrain.** In: The Blackwell Companion to Social Movements. David A. Snow, Sarah A. Soule e HanspeterKriesi (ed.). Blackwell Publishing, 2004

TANG, Gary; LEE, Francis L.F. **Facebook Use and Political Participation:** The Impact of Exposure to Shared Political Information, Connections With Public Political Actors and Network Structural Heterogeneity. In: Social Science Computer Review, 31: 763, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento.** Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAYLOR, Verta; VAN DYKE, Nella. **"Get up, stand up":** Tactical repertoires of Social Movements. In: The Blackwell Companion to Social Movements. David A. Snow, Sarah A. Soule e HanspeterKriesi (ed.). Blackwell Publishing, 2004.

TUFECKI, Zeynep; WILSON, Christopher. **Social Media and the Decision to Participate in Political Protest:** Observations FromTahrir Square. In:Journalof Communication (2012).

VIMIEIRO, Ana Carolina. **Afinal, o que pensamos sobre a Copa? Uma breve análise dos enquadramentos do tema.** In: Debate, Belo Horizonte, v.6, n.2, p.39-46, Mai. 2014.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. **Entre o explícito e o implícito:** proposta para a análise de enquadramentos da mídia. In:Revista Lumina, Vol.3, nº2, 2009.

WESLING, Mike. **Expanding the Public Sphere:** The Impact of Facebook on Political Communication. In: The New Vernacular, 2007.

WILHELM, Anthony G. **Democracy in the Digital Age:** Challenges to political life in cybespace. New York: Routledge, 2000.

WRIGHT, Scott. **Politics as usual?** Revolution, normalization and a new agenda for online deliberation. In: New Media Society, 14: 224, 2012.

ZALD, Mayer N. **Culture, ideology, and strategic framing.** In:McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural

framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Outras referências

AFIUNE, Giulia. BARROS, Ciro. FONSECA, Bruno. MOTA, Jessica. **Tem dinheiro público, sim, senhor**. 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/06/tem-dinheiro-publico-sim-senhor/>>. Acesso em: 17/01/2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Articulação Nacional**. Disponível em: <http://portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279>. Acesso em: 17/01/2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Lei Geral da Copa: um “chute no traseiro” do povo**, 2012. Disponível em: <pcb.org.br/portal2/2539>. Acesso em: 17/01/2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil**, 2012. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos>. Acesso em: 17/01/2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Campanha #COPAPRAQUEM? expõe violações de direitos e questiona real legado do megaevento**. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=547%3Acampanha-#copapraquem>. Acesso em: 17/01/2016.

ESCORCIA, Dagoberto. Betancur: **"Colombia no tienetempo para atender las extravagancias de laFIFA"**. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/10/27/deportes/404521215_850215.html>. Acesso em: 17/01/2016.

BACKSTROM, Lars. **News Feed FYI: A Window Into News Feed**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/business/news/News-Feed-FYI-A-Window-Into-News-Feed>>. Acesso em: 17/01/2016.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.976**, 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI_4976_VOTO_MRL.pdf>. Acesso em: 17/01/2016.

BRASIL. **Lei nº 12.663 de 5 de junho de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: 17/01/2016.

BRUM, Adriana. **Operários do setor elétrico da Arena da Baixada entram em greve**. 2014. Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/copa/2014/operarios-do-setor-eletrico-da-arena-da-baixada-entram-em-greve-8rkzhrdfsjs8otxuqyck77cdou>>. Acesso em: 17/01/2016.

CARNEIRO, Júlia Dias; PUFF, Jefferson. **Anfitriões de Copas passadas lembram atritos com a FIFA**. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120315_copa_fifa_jc_jp.shtm>. Acesso em: 17/01/2016.

COMITÊ POPULAR DOS ATINGIDOS PELA COPA 2014. **#Copapraquem?** 2011. Disponível em: <<http://atingidoscopa2014.wordpress.com/copapraquem>>. Acesso em: 17/01/2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA SP. **Quem somos**. 2011. Disponível em: <<https://comitepopularesp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/>>. Acesso em: 17/01/2016.

COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS. **Quem somos**. 2014. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/index.php?page_id=47>. Acesso em: 17/01/2016.

CONSTINE, Josh. **Why Is Facebook Page Reach Decreasing? More Competition And Limited Attention**. Disponível em: <<http://techcrunch.com/2014/04/03/the-filtered-feed-problem/>>. Acesso em: 17/01/2016.

DUTRA, Francisco. **Para economizar aluguel, Buriti instala três secretarias no Mané Garrincha**, 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/618647/para-economizar-aluguel-buriti-instala-tres-secretarias-no-mane-garrincha>>. Acesso em: 17/01/2016.

DW. **Germany's World Cup Report Hails Economic, Social Success**. 2006. Disponível em: <<http://www.dw.de/germanys-world-cup-report-hails-economic-social-success/a-2263053>>. Acesso em: 17/01/2016.

ENVOLVERDE. **A Copa Mundial da Fifa conta seus mortos no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/copa-mundial-da-fifa-conta-seus-mortos-brasil>>. Acesso em: 17/01/2016.

FIALHO, Gabriel. **Governo Federal, FIFA e CBF apresentam legados da Copa do Mundo de 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/governo-federal-fifa-e-cbf-apresentam-legados-da-copa-do-mundo-de-2014>>. Acesso em: 17/01/2016.

FÓRUM POPULAR DA SAÚDE. **Manifestação - Se não tiver DIREITOS não vai ter COPA**, 2013. Disponível em: <<http://www.forumpopulardesaude.com.br/2013/12/manifestacao-se-nao-tiver-direitos-nao.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

FÓRUM SOCIAL URBANO. **Quem somos?**.2010. Disponível em: <<https://forumsocialurbano.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 17/01/2016.

G1 SÃO PAULO. **Movimentos por moradia fazem atos contra a Copa em pontos da cidade**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/movimentos-por-moradia-fazem-atos-contra-copa-em-pontos-da-cidade.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

GLOBOESPORTE.COM. **Greve dos operários da Arena das Dunas completa 10 dias**. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/04/greve-dos-operarios-da-arena-das-dunas-completa-dez-dias.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Os brasileiros e a Copa de 2014: Movimentos de opinião pública e de mercado**.2011. Disponível em: <<http://ibope.com.br/pt-br/conhecimento/relatoriospesquisas/Lists/RelatoriosPesquisaEleitoral/Job%20110137%20-%20Paper%20Os%20Brasileiros%20x%20Copa%202014.pdf>>. Acesso em: 17/01/2016.

IBOPE NIELSEN ONLINE. **Total de pessoas com acesso à internet atinge 77,8 milhões**. Disponível em: <<http://ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Total%20de%20pessoas%20com%20acesso%20%C3%A0%20internet%20atinge%2077,8%20milh%C3%B5es.aspx>>. Acesso em: 17/01/2016.

iG São Paulo. **Atos contra Copa são marcados por poucos manifestantes e muitos PMs em capitais**, 2014a. Disponível em: <<http://copadomundo.ig.com.br/2014-06-23/protesto-contra-copa-reune-60-pessoas-no-rs-df-sp-e-rj-tambem-terao-atos.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

iG São Paulo. **MTST reúne 12 mil pessoas no Itaquerao: "Queremos nossa reivindicação atendida"**, 2014b. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2014-06-04/em-protesto-contra-a-copa-do-mundo-sem-teto-se-concentram-na-zona-leste-de-sp.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

LOOMER, Jon. **How to Maximize Organic Reach in the Facebook News Feed**. Disponível em: <<http://www.jonloomer.com/2013/12/10/increase-facebook-organic-reach/>>. Acesso em: 17/01/2016

MAGALHÃES, Vagner. **SP: rolezinho Black Bloc abre temporada do "não vai ter Copa"**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-rolezinho-black-bloc-abre-temporada-do-nao-vai-ter-copa,09825e8e8acc3410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

MARINGONI, Gilberto. **A palavra e a ordem do "Não Vai Ter Copa"**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-palavra-e-a-ordem-do-naovai-ter-copa-6025.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

MELLIS, Fernando. **Articulador de coletivo Se não tiver direito, não vai ter Copa define grupo: "Precisa estar indignado"**. 2014. Disponível em <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/articulador-de-coletivo-se-nao-tiver-direito-nao-vai-ter-copa-define-grupo-precisa-estar-indignado-23062014>>. Acesso em: 17/01/2016.

MENDONÇA, Renata. **Copa: Prejuízo de 'elefantes brancos' já supera R\$ 10 milhões**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/02/150212_elefantes_brancos_copa_rm>. Acesso em: 17/01/2016.

OLIVEIRA, Nielmar de. **Copa gera 1 milhão de empregos e pode injetar R\$ 30 bilhões, aponta estudo**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-06/copa-gera-1-milhao-de-empregos-e-injeta-r-30-bilhoes-na-economia-brasileira>>. Acesso em: 17/01/2016.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Balanco Final da Copa do Mundo**. 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/BlogDoPlanalto/balano-final-da-copa-20141>>. Acesso em: 17/01/2016.

PORTAL DA COPA. **Após adiamentos, Corinthians começa obras do estádio da Copa**. 2011a. Disponível em: <<http://portal2014.org.br/noticias/7129/APOS+ADIAMENTOS+CORINTHIANS+COMECA+OBRAS+DO+ESTADIO+DA+COPA.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

PORTAL DA COPA. **Cobertura do Maracanã começa a ser demolida**. 2011b. Disponível em: <<http://portal2014.org.br/noticias/7076/COBERTURA+DO+MARACANA+COMECA+A+SER+DEMOLIDA.html>>. Acesso em: 17/01/2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Brasília > Estádios**. 2014. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/tema.seam?tema=6&cidadeSede=2>>. Acesso em: 17/01/2016.

RUIZ, Vanessa. **Zona leste de São Paulo é palco de violência em manifestações anti-Copa**. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/12/manifestacao-recomeca-em-sao-paulo-com-black-blogs-confronto-e-fogo.htm>>. Acesso em: 17/01/2016.

TOMAZINE, Rodrigo. **Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/>>. 2014a. Acesso em: 17/01/2016.

TOMAZINE, Rodrigo. **Por que «Não vai ter Copa»?**. 2014b. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/01/9097>>. Acesso em: 17/01/2016.

RIZZO, Marcelo; PASSOS, Paulo. **Iniciativa privada bancou 17% dos estádios da Copa.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/01/1571494-iniciativa-privada-bancou-apenas-7-dos-estadios-da-copa-do-mundo.shtml>>. Acesso em: 17/01/2016.

ZERO HORA. **Cronologia da candidatura do Brasil à Copa do Mundo de 2014.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2007/10/cronologia-da-candidatura-do-brasil-a-copa-do-mundo-de-2014-1662987.html>>. Acesso em: 17/01/2016.